



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA VETERINÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS**

**A CONTRIBUIÇÃO DO FUNDO CONSTITUCIONAL DE
FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE PARA O
AGRONEGÓCIO DO ESTADO DE GOIÁS**

ANTONIO HENRIQUE PEREIRA DOS SANTOS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM AGRONEGÓCIOS

**BRASÍLIA/DF
MARÇO/2010**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA VETERINÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS**

**A CONTRIBUIÇÃO DO FUNDO CONSTITUCIONAL DE
FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE PARA O AGRONEGÓCIO DO
ESTADO DE GOIÁS**

ANTONIO HENRIQUE PEREIRA DOS SANTOS

ORIENTADOR: FLÁVIO BORGES BOTELHO FILHO, DR.

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM AGRONEGÓCIOS
PUBLICAÇÃO: 39/2010**

**BRASÍLIA – DF
MARÇO/2010**

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA E CATALOGAÇÃO

SANTOS, A. H. P. A contribuição do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste para o agronegócio do Estado de Goiás. Brasília: Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, 2010, 166 p. Dissertação de Mestrado.

Documento formal, autorizando a reprodução desta dissertação de mestrado para empréstimo ou comercialização, exclusivamente para fins acadêmicos, foi passado pelo autor à Universidade de Brasília e acha-se arquivado na Secretaria do Programa. O autor reserva para si os outros direitos autorais de publicação. Nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor. Citações são estimuladas, desde que citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

Santos, Antonio Henrique Pereira dos

A contribuição do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste para o agronegócio do Estado de Goiás. / Antonio Henrique Pereira dos Santos; orientação de Flávio Borges Botelho Filho – 2010.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília /Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, 2010.

1. Financiamento
2. Agronegócio
3. Fundos Constitucionais
4. Desenvolvimento Regional
5. Estado de Goiás

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA VETERINÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS**

**A CONTRIBUIÇÃO DO FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO
CENTRO-OESTE PARA O AGRONEGÓCIO DO ESTADO DE GOIÁS**

ANTONIO HENRIQUE PEREIRA DOS SANTOS

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO SUBMETIDA AO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGRONEGÓCIOS, COMO PARTE DOS
REQUISITOS NECESSÁRIOS À OBTENÇÃO DO
GRAU DE MESTRE EM AGRONEGÓCIOS.**

APROVADA POR:

**FLÁVIO BORGES BOTELHO FILHO, Dr. (UnB)
(ORIENTADOR)**

**MAURO EDUARDO DEL GROSSI, Dr. (UnB)
(EXAMINADOR INTERNO)**

**JADER JOSÉ DE OLIVEIRA, Dr. (SEDH)
(EXAMINADOR EXTERNO)**

BRASÍLIA/DF, 26 DE MARÇO DE 2010.

Aos homens e mulheres que vivem do seu trabalho no campo com a esperança de que o amanhã seja sempre melhor.

Aos meus pais Nacor e Maria Dolores, aos meus irmãos Ana Maria, Rita de Cássia, Nacôr Paulo, Eurípedes, Humberto e Luzo.

À minha esposa Fabyola, pelo apoio incondicional em todos os momentos, pela companhia nas noites e madrugadas de estudo, pela paciência demonstrada ao longo desse tempo e por entender o quanto o curso representa na minha formação profissional.

Agradeço ao meu orientador, professor Dr. Flávio Borges Botelho Filho, pelo apoio e pelos direcionamentos dados ao trabalho.

Meus agradecimentos ao professor Dr. Mauro Eduardo Del Grossi, pela contribuição dada na elaboração dos testes estatísticos.

Agradeço também aos colegas do Banco do Brasil que sempre me apoiaram nessa empreitada, especialmente à Lidianny Martins, à Lúcia Helena, ao Ronaldo Santos, ao Luiz Carlos, e ao Clériston Fernandes.

RESUMO

Este trabalho trata da importância do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO e da sua contribuição no agronegócio do Estado de Goiás. A hipótese levantada na pesquisa foi a de que o agronegócio recebe maior atenção na concessão de crédito do que em razão da vocação agrícola do estado. O estudo, além de avaliar os dados relativos ao agronegócio, mensurou a aplicação dos recursos do FCO nas demais atividades econômicas contempladas pelo Fundo. A pesquisa baseou-se em dados secundários coletados no Banco do Brasil, no Ministério da Integração Nacional, a nível de Município, e consolidados para Microrregiões e para Mesorregiões do Estado de Goiás. A partir dos dados encontrados foi possível identificar as Microrregiões e Mesorregiões com maior nível de desenvolvimento e aquelas que receberam maior quantidade de recursos do Fundo. Foram utilizados métodos de estatística descritiva, testes de média e cálculo das taxas de crescimento (regressão log-linear contra o tempo), com base nos valores aplicados pelo Fundo e nos números do PIB de cada Mesorregião estudada. As conclusões obtidas foram fundamentadas com base nos dados das 5 (cinco) Mesorregiões de Goiás. Com a análise dos dados foi possível comprovar que a maior parte dos recursos do Fundo foi direcionada ao financiamento do agronegócio, embora não tenha sido possível estabelecer uma relação direta entre as taxas de crescimento na aplicação dos recursos e as taxas de crescimento do PIB, percebe-se que, em momento de queda nas taxas de crescimento do PIB, houve aumento na taxa de aplicação dos recursos do FCO, atuando como dispositivo que reduz os impactos negativos da queda da atividade econômica no setor.

Palavras-chave: 1. Fundos Constitucionais 2. Financiamento 3. Agronegócio 4. Estado de Goiás

ABSTRACT

This work deals with the importance of the Constitutional Finance Fund of the Mid-West – FCO and its contribution to agribusiness in the state of Goiás. The research hypothesis is that agribusiness receives greater attention in the concession of credit due to the farming image of the state. Apart from evaluating the data relevant to agribusiness, the study also measures the application of resources to the other economic activities that make up the FCO. The research was developed through secondary data collected from Banco do Brasil and the Ministry of National Integration at the municipal level and later consolidated in the micro and mid level regions of the state of Goiás. Based on this data, it was possible to identify the micro and mid level regions with the greatest level of development and those that received a larger part of resources from the Fund. Descriptive statistical methods, mean tests and growth rate calculations (log-linear regression against time) were used based on the amounts used by the Fund and the GDP figures for each of the mid level regions being researched. The conclusions reached were supported based on the data from the 5 (five) Mid level regions of Goiás. Analyzing the data, it was possible to prove that the largest portion of the resources of the Fund was destined toward the financing of agribusiness, but it was not possible to establish a direct relationship between the growth rates in the application of the resources and the GDP growth rate. It was noted that during a fall in the GDP growth rate, there was a rise in the rate of application of resources by the FCO, serving as a mechanism for reducing the negative impacts that occurred in the sector.

Keywords: 1. Constitutional Funds 2. Financing 3. Agribusiness 4. State of Goiás

LISTA DE SIGLAS

BASA	Banco da Amazônia S.A.
BNB	Banco do Nordeste S.A.
FNE	Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FNO	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPI	Imposto Sobre Produtos Industrializados
IR	Imposto de Renda
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MCR	Manual de Crédito Rural
MGE	Média e Grande Empresa
MPE	Micro e Pequena Empresa
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SEDH	Secretaria Especial dos Direitos Humanos
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – FCO Empresarial para Micro e Pequena Empresa – Faturamento Bruto Anual	17
Tabela 02 – FCO Empresarial para Média e Grande Empresa – Faturamento Bruto Anual	18
Tabela 03 – FCO Empresarial para Média e Grande Empresa – Porte do Mutuário/tipologia	18
Tabela 04 – FCO Rural - Porte/Renda Bruta Agropecuária	19
Tabela 05 – FCO Rural – Porte do Mutuário/Tipologia	19
Tabela 06 – Valores Aplicados pelo FCO no Agronegócio dos Estados da Região Centro-Oeste	24
Tabela 07 – PIB do agronegócio nos estados da região Centro-Oeste	25
Tabela 08 – Total do PIB dos Estados da Região Centro-Oeste	25
Tabela 09 – Valores Aplicados pelo FCO nos Estados da Região Centro-Oeste	26
Tabela 10 – Percentual de Recursos do Fundo Aplicados em cada Estado	27
Tabela 11 – PIB do Estado de Goiás	28
Tabela 12 – Valores Aplicados pelo FCO no Estado de Goiás	29
Tabela 13 – Percentual de Recursos do FCO Aplicados no Agronegócio de Goiás	30
Tabela 14 – Percentual de Recursos do FCO Aplicados na Área Empresarial de Goiás	31
Tabela 15 – Percentual de Recursos do FCO Aplicados no Agronegócio da Mesorregião Norte Goiano	35
Tabela 16 – Percentual de Recursos do FCO Aplicados na Área Empresarial da Mesorregião Norte Goiano	35
Tabela 17 – Valores Aplicados pelo FCO na Mesorregião do Norte Goiano	36
Tabela 18 – PIB na Mesorregião do Norte Goiano	37
Tabela 19 – Valores Aplicados pelo FCO na Mesorregião do Sul Goiano	40
Tabela 20 – Percentual de Recursos do FCO Aplicados no Agronegócio da Mesorregião Sul Goiano	41
Tabela 21 – Percentual de Recursos do FCO Aplicados na Área Empresarial da Mesorregião Sul Goiano	41
Tabela 22 – PIB na Mesorregião do Sul Goiano	41
Tabela 23 – Valores Aplicados pelo FCO na Mesorregião do Centro Goiano	44
Tabela 24 – Percentual de Recursos do FCO Aplicados no Agronegócio da Mesorregião Centro Goiano	45
Tabela 25 – Percentual de Recursos do FCO Aplicados na Área Empresarial da Mesorregião Centro Goiano	45
Tabela 26 – PIB na Mesorregião do Centro Goiano	45
Tabela 27 – Valores Aplicados pelo FCO na Mesorregião do Leste Goiano	48

Tabela 28 – Percentual de Recursos do FCO Aplicados no Agronegócio da Mesorregião Leste Goiano	49
Tabela 29 – Percentual de Recursos do FCO Aplicados na Área Empresarial da Mesorregião Leste Goiano	49
Tabela 30 – PIB na Mesorregião do Leste Goiano	49
Tabela 31 – Valores Aplicados pelo FCO na Mesorregião do Noroeste Goiano	52
Tabela 32 – Percentual de Recursos do FCO Aplicados no Agronegócio da Mesorregião Noroeste Goiano	53
Tabela 33 – Percentual de Recursos do FCO Aplicados na Área Empresarial da Mesorregião Noroeste Goiano	53
Tabela 34 – PIB da Mesorregião do Noroeste Goiano	53
Tabela 35 – PIB na Microrregião de Anápolis	55
Tabela 36 – Percentual de Distribuição dos Recursos do FCO na Microrregião de Anápolis em Relação ao total do Estado de Goiás	55
Tabela 37 – Valores Aplicados pelo FCO na Microrregião de Anápolis	56
Tabela 38 – PIB da Microrregião de Anicuns	59
Tabela 39 – Percentual de Distribuição dos Recursos do FCO na Microrregião de Anicuns em Relação ao Total do Estado de Goiás	60
Tabela 40 – Valores Aplicados pelo FCO na Microrregião de Anicuns	61
Tabela 41 – PIB da Microrregião de Aragarças	64
Tabela 42 – Percentual de Distribuição dos Recursos do FCO na Microrregião de Aragarças em Relação ao Total do Estado de Goiás	65
Tabela 43 – Valores Aplicados pelo FCO na Microrregião de Aragarças	66
Tabela 44 – PIB da Microrregião de Catalão	69
Tabela 45 – Percentual de Distribuição dos Recursos do FCO na Microrregião de Catalão em Relação ao Total do Estado de Goiás	69
Tabela 46 – Valores Aplicados pelo FCO na Microrregião de Catalão	70
Tabela 47 – PIB da Microrregião de Ceres	73
Tabela 48 – Percentual de Distribuição dos Recursos do FCO na Microrregião de Ceres em Relação ao Total do Estado de Goiás	73
Tabela 49 – Valores Aplicados pelo FCO na Microrregião de Ceres	74
Tabela 50 – PIB da Microrregião da Chapada dos Veadeiros	77
Tabela 51 – Percentual de Distribuição dos Recursos do FCO na Microrregião de Chapada dos Veadeiros em Relação ao Total do Estado de Goiás	77
Tabela 52 – Valores Aplicados pelo FCO na Microrregião da Chapada dos Veadeiros	78
Tabela 53 – PIB na Microrregião do Entorno de Brasília	81
Tabela 54 – Percentual de Distribuição dos Recursos do FCO na Microrregião do Entorno de Brasília em Relação ao Total do Estado de Goiás	81
Tabela 55 – Valores Aplicados pelo FCO na Microrregião do Entorno de Brasília	82
Tabela 56 – PIB da Microrregião de Goiania	85
Tabela 57 – Percentual de Distribuição dos Recursos do FCO na Microrregião de Goiânia em Relação ao Total do Estado de Goiás	86

Tabela 58 – Valores Aplicados pelo FCO na Microrregião de Goiania	87
Tabela 59 – PIB da Microrregião de Iporá	90
Tabela 60 – Percentual de Distribuição dos Recursos do FCO na Microrregião de Iporá em Relação ao Total do Estado de Goiás	91
Tabela 61 – Valores Aplicados pelo FCO na Microrregião de Iporá	92
Tabela 62 – PIB da Microrregião de Meia Ponte	95
Tabela 63 – Percentual de Distribuição dos Recursos do FCO na Microrregião de Meia Ponte em Relação ao Total do Estado de Goiás	95
Tabela 64 – Valores Aplicados pelo FCO na Microrregião de Meia Ponte	96
Tabela 65 – PIB na Microrregião de Pires do Rio	99
Tabela 66 – Percentual de Distribuição dos Recursos do FCO na Microrregião de Pires do Rio em Relação ao Total do Estado de Goiás	100
Tabela 67 – Valores Aplicados pelo FCO na Microrregião de Pires do Rio	101
Tabela 68 – PIB da Microrregião de Porangatu	104
Tabela 69 – Percentual de Distribuição dos Recursos do FCO na Microrregião de Porangatu em Relação ao Total do Estado de Goiás	104
Tabela 70 – Valores Aplicados pelo FCO na Microrregião de Porangatu	105
Tabela 71 – PIB da Microrregião de Quirinópolis	108
Tabela 72 – Percentual de Distribuição dos Recursos do FCO na Microrregião de Quirinópolis em Relação ao Total do Estado de Goiás	109
Tabela 73 – Valores Aplicados pelo FCO na Microrregião de Quirinópolis	110
Tabela 74 – PIB da Microrregião do rio vermelho	113
Tabela 75 – Percentual de Distribuição dos Recursos do FCO na Microrregião de Rio Vermelho em Relação ao Total do Estado de Goiás	113
Tabela 76 – Valores Aplicados pelo FCO na Microrregião de Rio Vermelho	114
Tabela 77 – PIB na Microrregião de São Miguel do Araguaia	117
Tabela 78 – Percentual de Distribuição dos Recursos do FCO na Microrregião de São Miguel do Araguaia em Relação ao Total do Estado de Goiás	117
Tabela 79 – Valores Aplicados pelo FCO na Microrregião de São Miguel do Araguaia	118
Tabela 80 – Valores Aplicados pelo FCO na Microrregião de São Miguel do Araguaia	121
Tabela 81 – Percentual de Distribuição dos Recursos do FCO na Microrregião de Sudoeste de Goiás em Relação ao Total do Estado de Goiás	121
Tabela 82 – Valores Aplicados pelo FCO na Microrregião de Sudoeste de Goiás	122
Tabela 83 – PIB na Microrregião do Vale do Rio dos Bois	125
Tabela 84 – Percentual de Distribuição dos Recursos do FCO na Microrregião de Vale do Rio dos Bois em Relação ao Total do Estado de Goiás	126
Tabela 85 – Valores Aplicados pelo FCO na Microrregião do Vale do Rio dos Bois	127
Tabela 86 – PIB da Microrregião do Vão do Paranã	130
Tabela 87 – Percentual de Distribuição dos Recursos do FCO na Microrregião de Vão do Paranã em Relação ao Total do Estado de Goiás	130
Tabela 88 – Valores Aplicados pelo FCO na Microrregião do Vão do Paranã	131

Tabela 89 – Taxa de Crescimento na Aplicação dos Recursos do FCO no Agronegócio da Região Centro-Oeste	158
Tabela 90 – Taxa de Crescimento do PIB do Agronegócio na Região Centro-Oeste	158
Tabela 91 – Taxa de Crescimento na Aplicação dos Recursos do FCO na Região Centro-Oeste	159
Tabela 92 – Taxa de Crescimento do PIB na Região Centro-Oeste	159
Tabela 93 – Médias dos Recursos do FCO Aplicados no Agronegócio da Região Centro-Oeste	160
Tabela 94 – Médias do PIB do Agronegócio na Região Centro-Oeste	160
Tabela 95 – Médias dos Recursos Aplicados pelo FCO na Região Centro-Oeste	161
Tabela 96 – Médias do PIB na Região Centro-Oeste	161
Tabela 97 – Taxa de Crescimento na Aplicação dos Recursos do FCO no Agronegócio das Mesorregiões de Goiás	162
Tabela 98 – Taxa de Crescimento do PIB do Agronegócio nas Mesorregiões de Goiás	162
Tabela 99 – Taxa de Crescimento na Aplicação dos Recursos do FCO nas Mesorregiões de Goiás	163
Tabela 100 – Taxa de Crescimento do PIB nas Mesorregiões de Goiás	163
Tabela 101 – Médias dos Recursos do FCO Aplicados no Agronegócio das Mesorregiões de Goiás	164
Tabela 102 – Médias do PIB do Agronegócio nas Mesorregiões de Goiás	164
Tabela 103 – Médias dos Recursos Aplicados pelo FCO nas Mesorregiões de Goiás	165
Tabela 104 – Médias do PIB nas Mesorregiões de Goiás	165
Tabela 105 – PIB do Agronegócio no Brasil	166
Tabela 106 – Total do PIB no Brasil	166

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – PIB do Agronegócio nos Estados da Região Centro-Oeste	24
Gráfico 02 – Valores Aplicados pelo FCO no Agronegócio da Região Centro-Oeste	24
Gráfico 03 – Total do PIB dos Estados da Região Centro-Oeste	26
Gráfico 04 – Valores Aplicados pelo FCO - Região Centro-Oeste	26
Gráfico 05 – PIB do Estado de Goiás	29
Gráfico 06 – Valores Aplicados pelo FCO no Estado de Goiás	29
Gráfico 07 – Distribuição de Valores Aplicados pelo FCO no Agronegócio de Goiás	30
Gráfico 08 – Valores Aplicados pelo FCO na Área Empresarial do Estado de Goiás	32
Gráfico 09 – PIB na Mesorregião do Norte Goiano	36
Gráfico 10 – Valores Aplicados pelo FCO na mesorregião do Norte Goiano	36
Gráfico 11 – PIB na mesorregião do Sul Goiano	40
Gráfico 12 – Valores Aplicados pelo FCO na mesorregião do Sul Goiano	40
Gráfico 13 – PIB na mesorregião do Centro Goiano	44
Gráfico 14 – Valores Aplicados pelo FCO na mesorregião do Centro-Goiano	44
Gráfico 15 – PIB na mesorregião do Leste Goiano	48
Gráfico 16 – Valores Aplicados pelo FCO na mesorregião do Leste Goiano	48
Gráfico 17 – PIB da mesorregião do Noroeste Goiano	52
Gráfico 18 – Valores Aplicados pelo FCO na mesorregião do Noroeste Goiano	52

LISTA DE FIGURAS

Mapa 1 – Região Centro-Oeste	22
Mapa 2 – Estado de Goiás	27
Mapa 3 – Mesorregião do Norte Goiano	33
Mapa 4 – Mesorregião do Sul Goiano	37
Mapa 5 – Mesorregião do Centro Goiano	42
Mapa 6 – Mesorregião do Leste Goiano	46
Mapa 7 – Mesorregião do Noroeste Goiano	50
Mapa 8 – Microrregião de Anápolis	54
Mapa 9 – Microrregião de Anicuns	59
Mapa 10 – Microrregião de Aragarças	64
Mapa 11 – Microrregião de Catalão	68
Mapa 12 – Microrregião de Ceres	72
Mapa 13 – Microrregião de Chapada dos Veadeiros	76
Mapa 14 – Microrregião do Entorno de Brasília	80
Mapa 15 – Microrregião de Goiânia	85
Mapa 16 – Microrregião do Iporá	90
Mapa 17 – Microrregião de Meia Ponte	94
Mapa 18 – Microrregião de Pires do Rio	99
Mapa 19 – Microrregião de Porangatu	103
Mapa 20 – Microrregião de Quirinópolis	108
Mapa 21 – Microrregião de Rio Vermelho	112
Mapa 22 – Microrregião de São Miguel do Araguaia	116
Mapa 23 – Microrregião de Sudoeste de Goiás	120
Mapa 24 – Microrregião do Vale do Rio dos Bois	125
Mapa 25 – Microrregião do Vão do Paranã	129

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Taxa de Crescimento na Aplicação dos Recursos do FCO e Taxa de Crescimento do PIB – Agronegócio – Região Centro-Oeste	138
Quadro 02 – Taxa de Crescimento na Aplicação dos Recursos do FCO e Taxa de Crescimento do PIB - Região Centro-Oeste	140
Quadro 03 – Média anual de Recursos Aplicados pelo FCO e Média anual do PIB – Agronegócio – Região Centro-Oeste	141
Quadro 04 – Média anual de Recursos Aplicados pelo FCO e Média anual do PIB – Região Centro-Oeste	142
Quadro 05 – Taxa de Crescimento na Aplicação dos Recursos do FCO e Taxa de Crescimento no PIB – Agronegócio – Mesorregiões de Goiás	143
Quadro 06 – Taxa de Crescimento na Aplicação dos Recursos do FCO e Taxa de Crescimento no PIB – Mesorregiões de Goiás	145
Quadro 07 – Média de Recursos Aplicados pelo FCO e Média do PIB – Agronegócio – Mesorregiões de Goiás	147
Quadro 08 – Média de Recursos Aplicados pelo FCO e Média do PIB – Mesorregiões de Goiás	148
Quadro 09 – Taxa de Crescimento do PIB do Brasil	149

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
1.1 Apresentação	1
1.2 O problema	2
1.3 A justificativa	3
1.4 Hipótese e Objetivos	3
1.4.1 Hipótese	3
1.4.2 Objetivo Geral	4
1.4.3 Objetivos Específicos	4
2. REFERENCIAL TEÓRICO E MÉTODO	5
2.1 Os Fundos Constitucionais	5
2.1.1 Criação dos Fundos Constitucionais	5
2.1.2 Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE	7
2.1.3 Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO	7
2.1.4 Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO	8
2.1.5 A importância dos Fundos Constitucionais	8
2.2 Conceitos e Definições Relacionadas ao Crédito Bancário	11
2.3 Papel do Estado no Desenvolvimento Regional	13
2.4 Procedimentos Metodológicos	14
2.4.1 Caracterização da Pesquisa	14
2.4.2 Análise dos Dados	15
3. ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO FCO	16
3.1 Apresentação	16
3.2 Programas do FCO Disponibilizados na Região	17
3.3 Oferta de Crédito para a Região	21
3.4 Região Centro-Oeste	22
3.4.1 Estado de Goiás	27
3.4.2 Mesorregiões do Estado de Goiás	32
3.4.2.1 Mesorregião do Norte Goiano	33
3.4.2.2 Mesorregião do Sul Goiano	37
3.4.2.3 Mesorregião do Centro Goiano	42
3.4.2.4 Mesorregião do Leste Goiano	46
3.4.2.5 Mesorregião do Noroeste Goiano	50
3.4.3 Microrregiões do Estado de Goiás	54
3.4.3.1 Microrregião de Anápolis	54
3.4.3.2 Microrregião de Anicuns	59
3.4.3.3 Microrregião de Aragarças	64
3.4.3.4 Microrregião de Catalão	68
3.4.3.5 Microrregião de Ceres	72
3.4.3.6 Microrregião de Chapada dos Veadeiros	76
3.4.3.7 Microrregião do Entorno de Brasília	80
3.4.3.8 Microrregião de Goiania	85
3.4.3.9 Microrregião de Iporá	90
3.4.3.10 Microrregião de Meia Ponte	94
3.4.3.11 Microrregião de Pires do Rio	99

3.4.3.12	Microrregião de Porangatu	103
3.4.3.13	Microrregião de Quirinópolis	108
3.4.3.14	Microrregião de Rio Vermelho	112
3.4.3.15	Microrregião São Miguel do Araguaia	116
3.4.3.16	Microrregião Sudoeste de Goiás	120
3.4.3.17	Microrregião Vale do Rio dos Bois	125
3.4.3.18	Microrregião Vão do Paranã	129
4.	ANÁLISE DOS DADOS	134
4.1	Condições Estabelecidas para Análise	134
4.2	Metodologia Utilizada na Apuração das Taxas de Crescimento e Testes de Média	134
4.3	Análise dos Dados da Região Centro-Oeste	137
4.3.1	Análise da Taxa de Crescimento na Aplicação dos Recursos do FCO e na taxa de crescimento do PIB do Agronegócio	137
4.3.2	Análise da Taxa de Crescimento na Aplicação dos Recursos do FCO e na taxa de crescimento do PIB	139
4.3.3	Análise das Médias dos Recursos Aplicados no Agronegócio pelo FCO Com as Médias do PIB do Agronegócio dos Estados da Região	140
4.3.4	Análise das Médias dos Recursos Aplicados pelo FCO com as Médias do PIB dos Estados da Região	141
4.4	Análise dos Dados do Estado de Goiás	142
4.4.1	Análise da Taxa de Crescimento na Aplicação dos Recursos do FCO e na Taxa de Crescimento do PIB do Agronegócio nas Mesorregiões do Estado de Goiás	142
4.4.2	Análise da Taxa de Crescimento na Aplicação dos Recursos do FCO e na Taxa de Crescimento do PIB das Mesorregiões do Estado	144
4.4.3	Análise das Médias dos Recursos Aplicados no Agronegócio pelo FCO Com as Médias do PIB do Agronegócio nas Mesorregiões do Estado	145
4.4.4	Análise das Médias dos Recursos Aplicados pelo FCO com as Médias do PIB das Mesorregiões do Estado	147
4.5	Análise com Base nos Dados do PIB Nacional	149
5.	CONCLUSÕES	150
6.	REFERÊNCIAS	153
	APÊNDICES	

1. INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO

A reunião de recursos para viabilizar ações que possibilitem a implementação de medidas que tenham como conseqüência a melhoria da qualidade de vida de um povo, é o que motiva a criação de reservas, materializadas por meio dos Fundos. Parte dos recursos que financiam o crédito rural no Brasil, é proveniente de fundos que foram instituídos para fazer frente à escassez de crédito com a qual convive a agricultura brasileira.

Com a regulamentação da constituição de 1988, foram instituídos os Fundos Constitucionais do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO), por meio da Lei 7.827/1989, de 27.09.1989. Esses Fundos têm o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social das respectivas regiões, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos.

Os Fundos Constitucionais têm seus recursos formados a partir da destinação de 3% do produto da arrecadação dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados; dos retornos e resultados de suas aplicações; do resultado da remuneração dos recursos momentaneamente não aplicados, calculado com base em indexador oficial; de contribuições, doações, financiamentos e recursos de outras origens, concedidos por entidades de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras; de dotações orçamentárias ou outros recursos previstos em lei (Art. 6º da Lei 7.827/1989).

Gasques et. al. (2000) mostram que a média de aplicações, nos últimos anos da década de 90, representava menos de 30% do que se aplicava no auge do sistema de crédito rural, durante a década de 70, constatação de que os mecanismos tradicionais de financiamento do setor estavam esgotados.

A pesquisa direcionou os esforços nos Fundos Constitucionais, que envolvem recursos de captação compulsória e que são geridos por bancos públicos a partir de uma legislação que define seus objetivos e sua forma de atuação (BARBOSA, 2005).

Pretende-se que este trabalho contribua para a disseminação de conhecimentos acerca do tema estimulando o debate e a participação da sociedade civil organizada na formulação das políticas de desenvolvimento local e na formação de conselhos que fiscalizem com maior eficiência a destinação dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento.

1.2 O PROBLEMA

A importância da aplicação dos recursos do FCO no Estado de Goiás, como fonte subsidiada para o Crédito Rural e para outras Atividades Produtivas.

O desenvolvimento das regiões beneficiadas pelos Fundos Constitucionais de Financiamento depende do equilíbrio na distribuição dos recursos, de forma a contemplar o maior número possível de pretendentes. Em função da grande vocação agrícola apresentada pela região Centro-Oeste, percebe-se claramente a necessidade de que os recursos destinados sejam em sua maioria alocados na concessão de crédito rural, a fim de viabilizar o desenvolvimento sustentável da região.

Para mensurar a importância dos Fundos Constitucionais de Financiamento a pesquisa pretende explorar informações acerca do FCO, cuja área de atuação é no Centro-Oeste, focando a análise nos dados do Estado de Goiás.

Para Araújo e Almeida (1997), diante do esgotamento do Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR, os agentes do setor (produtores, cooperativas, agroindústrias e comerciantes de insumos e produtos, dentre outros) estão alocando mais eficientemente seus recursos e também procurando novas formas e fontes para financiar suas atividades.

O agronegócio brasileiro vem se consolidando como importante setor dentro da economia, exigindo com isso que sejam disponibilizadas condições compatíveis com a necessidade do setor para assegurar o seu crescimento. Os programas de financiamento estabelecidos nas diretrizes do Fundo Constitucional do Centro-Oeste, buscam maior eficácia¹ na aplicação dos recursos.

1.3 A JUSTIFICATIVA

O presente trabalho pretende contribuir para o estudo da importância dos Fundos Constitucionais na alocação de recursos para concessão de crédito. Procura-se também ressaltar a importância dos recursos do FCO na economia do Estado de Goiás, tendo em vista a vocação sua agrícola.

1.4 HIPÓTESE E OBJETIVOS

1.4.1 Hipótese

A hipótese utilizada na pesquisa é a de que a sistemática de aplicação dos recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste privilegia o financiamento do agronegócio. Tendo em vista a vocação agrícola do estado e que a disponibilização de recursos do Fundo tem influência direta nas taxas de crescimento do PIB do Estado.

¹ Eficácia estabelece uma relação entre os resultados obtidos e os objetivos pretendidos.

1.4.2 Objetivo Geral

A pesquisa busca evidenciar a contribuição do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste para o agronegócio do Estado de Goiás, no período de 2002 a 2008, identificando também o volume de recursos aplicados em outras atividades econômicas, tais como: indústria, comércio, serviço e turismo. O levantamento foi realizado buscando dados dos 246 (duzentos e quarenta e seis) municípios do estado, agrupando-os também nas 18 (dezoito) microrregiões e nas 05 (cinco) mesorregiões de Goiás.

1.4.3 Objetivos Específicos

- Identificar o volume de recursos aplicados pelo FCO na Região Centro-Oeste², especificando as atividades beneficiadas na área rural e em atividades empresariais.
- Detalhar os valores destinados ao Estado de Goiás, estabelecendo comparações entre os recursos direcionados ao financiamento da atividade rural, especificando as destinações feitas ao financiamento do custeio, investimento e agricultura familiar. A pesquisa também apresentará os valores destinados ao financiamento das atividades empresariais, tais como: indústria, comércio, serviços e turismo;
- Comparar a taxa de crescimento do volume de recursos do FCO, aplicados no Estado de Goiás, e também a taxa de crescimento do PIB do estado;
- Comparar as médias dos recursos aplicados pelo Fundo na Região Centro-Oeste e no Estado de Goiás e também as médias do PIB.

² A Região Centro-Oeste formada pelos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal

2. REFERENCIAL TEÓRICO E MÉTODO

2.1 OS FUNDOS CONSTITUCIONAIS

2.1.1 Criação dos Fundos Constitucionais

Os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste foram instituídos por meio da Lei 7.827, de 27.09.1989, a partir da regulamentação do artigo 159, da Constituição Federal de 1988, os quais chamaremos a partir daqui de Fundos Constitucionais.

Conforme define o artigo 4º da Lei 7.827/1989, são beneficiários de recursos dos Fundos Constitucionais, os produtores e empresas, pessoas físicas e jurídicas, além das cooperativas de produção que desenvolvam atividades produtivas nos setores agropecuário, mineral, industrial e agroindustrial.

O artigo 5º da Lei 7.827/1989, com redação dada pela Lei 9.808, de 1999 e pela Lei Complementar 125, de 2007, determina que, para efeito de aplicação dos recursos, entende-se por:

- a) Norte, a região compreendida pelos Estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Roraima, Rondônia, e Tocantins;
- b) Nordeste, a região abrangida pelos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, além da parte do Estado de Minas Gerais, incluída a área de atuação da Sudene;
- c) Centro-Oeste, a região de abrangência dos Estados de Mato-Grosso, Mato Grosso do sul, Goiás e Distrito Federal;

d) Semi-árido, a região inserida na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, com precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm (oitocentos milímetros), definida em portaria daquela autarquia.

Conforme descrito no artigo 7º da Lei 7.827/1989, com redação dada pela Lei nº 10.177/2001, a Secretaria do Tesouro Nacional – STN, liberará ao Ministério da Integração Nacional, nas mesmas datas e, no que couber, seguindo a mesma sistemática adotada na transferência dos recursos dos Fundos de Participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, os valores destinados aos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, cabendo ao Ministério da Integração Nacional, observada essa mesma sistemática, repassar os recursos às instituições federais de caráter regional e do Banco do Brasil S.A.

O artigo 14-A da Lei 7.827/1989, com redação dada pela Lei Complementar nº 125, de 2007, definiu que é atribuição do Ministério da Integração Nacional estabelecer as diretrizes e orientações gerais para as aplicações dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, de forma a compatibilizar os programas de financiamento com as orientações da política macroeconômica, das políticas setoriais e da Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

Conforme apontado por Arida (2005), caberia mencionar, em primeiro lugar, uma questão de governança, uma vez que esses fundos são administrados por conselhos curadores tripartites, compostos por representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo. Assim, embora se tratando de fundos provenientes do imposto de renda e do imposto sobre produto industrializados, as aplicações

desses recursos não são definidas num processo político mais amplo, o que envolveria, naturalmente, a participação do Congresso Nacional.

2.1.2 Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE

A área de atuação do FNE é formada pela Região Nordeste e municípios dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo incluídos na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Nordeste-Sudene (art. 5º da Lei 7.827/1989).

Para a formação do Fundo Constitucional, conforme previsto no inciso I do artigo 6º da Lei 7.827/1989, é destinado 1,8% (um inteiro e oito décimos por cento) do produto da arrecadação do imposto de renda e do imposto sobre produtos industrializados. A operacionalização do FNE está a cargo do Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB.

2.1.3 Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO

A área de abrangência do FNO é constituída pelos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Roraima, Rondônia e Tocantins, na região Norte (art. 5º da Lei 7.827/1989).

Para a formação do Fundo Constitucional, de acordo com o estabelecido no inciso I do artigo 6º da Lei 7.827/1989, é destinado o 0,6% (seis décimos por cento) do produto da arrecadação do imposto de renda e do imposto sobre produtos industrializados. A operacionalização desse Fundo está a cargo do Banco da Amazônia S.A. - BASA.

2.1.4 Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

A área de abrangência do FCO é constituída pelos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal (art. 5º da Lei 7.827/1989).

Para a constituição do FCO, conforme previsto no inciso I do artigo 6º da Lei 7.827/1989, é destinado 0,6% (seis décimos por cento) do produto da arrecadação do imposto de renda e do imposto sobre produtos industrializados.

A administração do FCO está a cargo dos seguintes agentes: Ministério da Integração Nacional, Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional do Centro-Oeste – CONDEL e Banco do Brasil.

O Ministério da Integração Nacional tem atribuição de estabelecer diretrizes e prioridades para a aplicação dos recursos e dos programas de financiamento.

O CONDEL é um órgão colegiado integrante da estrutura básica do Ministério da Integração Nacional, com as atribuições previstas no artigo 14º da Lei nº.827/1989 e foi instalado em 08.07.1997.

2.1.5 A importância dos Fundos Constitucionais

Os fundos asseguram às regiões fontes estáveis de recursos, a médio e longo prazos, para serem aplicados em programas de financiamento aos setores produtivos (agropecuário, agroindustrial e industrial), tendo como função precípua reduzir desigualdades regionais com financiamento de regiões menos desenvolvidas e, para isso, têm recursos garantidos com a cota parte de dois impostos importantes, que são aplicados por meio de instituições financeiras de caráter regional (GASQUES; VILLA VERDE, 1995; CARVALHO, 2002; FERREIRA; MENDES, 2003; JAYME JR.; CROCCO, 2005; PAIVA, 2008).

Os Fundos Constitucionais visam corrigir desequilíbrios regionais, garantindo às regiões mais pobres recursos para o crescimento e melhorias sociais. A missão

dos Fundos Constitucionais, as diretrizes e metas estabelecidas para o desenvolvimento das regiões beneficiárias e os programas de financiamento buscam maior eficácia na aplicação dos recursos (PAIVA, 2008).

O objetivo principal dos Fundos é contribuir para o desenvolvimento econômico das regiões, compatibilizando-se aos planos locais de desenvolvimento. No caso do FCO a área de aplicação dos recursos é definida na reunião anual do Conselho Deliberativo (Condel) e superintendências de desenvolvimento (CARVALHO, 2002; PAIVA, 2008).

Respeitadas as disposições dos planos regionais de desenvolvimento, na formulação dos programas de financiamento, devem ser observados alguns critérios, dentre os quais:

- a) o financiamento deve ser concedido exclusivamente aos setores produtivos das regiões beneficiadas;
- b) será dado atendimento preferencial às atividades produtivas de mini e pequenos produtores rurais e de micro e pequenas empresas,
- c) a ação será integrada às instituições federais sediadas nas regiões;
- d) o empreendimento levará em conta a preservação do meio-ambiente;
- e) será dado apoio à criação de novos centros, atividades e pólos de desenvolvimento que possam reduzir as diferenças econômicas e sociais entre as regiões. (PAIVA, 2008).

Em se tratando de descentralização dos recursos, os Fundos Constitucionais têm papel de destaque, pois a sua falta deixa os investimentos nas regiões periféricas à mercê da cruel lógica dos mercados (CARVALHO, 2002; JAYME JR.; CROCCO, 2005; PAIVA 2008).

Gasques e Villa Verde (1995) “*apud*” Paiva (2008) consideram que a Constituição de 1988 criou uma nova fonte de recursos para a agricultura, constituída de parte dos recursos dos fundos constitucionais.

No Brasil, os fundos públicos de investimento foram criados a partir de fontes fiscais ou parafiscais para financiar projetos para reduzir os desequilíbrios inter e intra-regionais (PAIVA, 2008).

Os recursos dos Fundos Constitucionais são direcionados pela demanda, ou seja, pelas atividades econômicas locais que atendem aos requisitos do banco, dentro do critério estabelecido pelo Condel. Não há, do ponto de vista do planejamento regional, nenhuma diretriz de alocação setorial ou regional. Assim, estando os financiamentos direcionados pelas forças de mercado, é pouco provável que atividades de setores ou áreas menos desenvolvidas sejam atendidas, com os aplicação dos recursos tendendo a se concentrar em municípios mais desenvolvidos. Então é necessária uma política de planejamento regional dos Fundos, de forma a superar/atenuar problemas de falhas de coordenação, o que leva ao desenvolvimento desigual (PAIVA, 2008).

As bases para uma política de financiamento do desenvolvimento regional encontram nos Fundos um papel central. Seus resultados, no entanto, dependem da recuperação da capacidade de planejamento do Estado e da coordenação entre o governo federal, bancos públicos e privados, estados e municípios. O caráter assimétrico e conflituoso do federalismo no Brasil, e as limitações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF³, impõem a necessidade de maior clareza e eficiência na forma de articular este planejamento, pois a disponibilidade de crédito

³ A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, foi instituída pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

no financiamento do desenvolvimento regional é fundamental. (JAYME JR.; CROCCO, 2005; PAIVA, 2008).

Azzoni (2002) afirma haver no país um descompasso com a necessidade de política regional que comprometem a eficiência produtiva nacional. Segundo este autor existe duas maneiras de caracterizar um problema regional: desigualdade e concentração. Ele alerta para o fato da excessiva concentração de pessoas levar a deseconomias de aglomeração e ao comprometimento das atividades econômicas. Na mesma linha de raciocínio, o autor afirma ainda que o desejável, em termos de planejamento, é induzir o crescimento em áreas menos favorecidas de forma a nivelar as rendas entre as regiões díspares.

Azzoni (2002) afirma ainda que deixar o crescimento sob o domínio do mercado tende a levar ao aumento das desigualdades regionais. O pensamento dele pode ser traduzido no fato das regiões mais ricas servirem como atrativo natural para os investimentos, seja por melhor infra-estrutura ou por oferecer mercado maior.

2.2 CONCEITOS E DEFINIÇÕES RELACIONADAS AO CRÉDITO BANCÁRIO

As aplicações de recursos na concessão de crédito são denominadas de operação de crédito, que se caracterizam por ser com ou sem destinação específica Niyama (2005).

Segundo Niyama (2005), as operações de crédito devem ser classificadas em:

I - Empréstimos: operações realizadas sem destinação específica ou vínculo à comprovação da aplicação de recursos;

II - Títulos descontados: operações de desconto de títulos, quer sejam duplicatas que tenham por lastro transações mercantis, quer sejam notas promissórias;

III - Financiamentos: com destinação específica, vinculada à comprovação da aplicação de recursos.

Segundo Von Pischke (1999) “*apud*” Souza (2007, p.24), existem algumas condições fundamentais para a efetivação de uma operação de crédito. A primeira delas é a confiança mútua entre o banco e o tomador de crédito. A segunda condição é a sustentabilidade. Em finanças, a sustentabilidade significa que o aplicador recupera os recursos emprestados mais um montante adicional, que deve ser ao menos igual ao custo de oportunidade do capital.

A disponibilização do crédito bancário ao tomador é dificultada principalmente pelos seguintes fatores: exigência de garantias reais, burocracia com documentos para confecção de cadastro e exigências de reciprocidade.

O acesso aos serviços financeiros é fundamental para o desenvolvimento rural, pois permite um melhor manejo da liquidez e aumenta as possibilidades de investimentos, ampliando as condições para a formação de um mercado financeiro formal. Por outro lado, a falta de acesso ao crédito formal e aos serviços integrais de intermediação financeira impede o crescimento da produção agrícola, dificulta a formação de novas empresas, além de dificultar as iniciativas destinadas a reduzir a pobreza rural. Como o crédito pode encorajar o empreendedorismo da população de baixa renda, o seu acesso também pode dar condições para que estas pessoas possam adquirir fatores de produção para serem utilizados no auto-emprego e no auto-sustento (GUERRERO “*et al.*” 1999; KLEIN “*et al.*” 2001; TONETO; GREMAUD, 2000; WENNER, 2002 “*apud*” BITTENCOURT, 2003).

2.3 PAPEL DO ESTADO NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

No tocante às responsabilidades de formulação de políticas para a redução das desigualdades, Godinho e Azzoni (2002, “*apud*” SILVA “et al.” 2005) constataram ter o governo uma importância fundamental no processo. Para aqueles, áreas mais ricas são ágeis na atualização tecnológica – estoque de capital humano mais elevado – com tendência de ampliação das disparidades sem políticas compensatórias e concluíram que o governo deve intervir para minimizá-las. Cabe aos formuladores de políticas públicas e à sociedade a definição de quais setores econômicos e quais regiões geográficas.

Silva “et al.” (2005) consideram que quanto maior a demora em agir, maior será a intervenção, dada a maior concentração permanente de renda. Na verdade, a sustentabilidade de uma intervenção pública, em qualquer área, depende da capacidade de articulação de parcerias estratégicas e de uma política pública de acesso ao crédito. Porém, a pobreza e a exclusão social, não devem ser enfrentadas apenas com crescimento econômico e políticas compensatórias, e sim, com programas inovadores de investimento em capital humano e capital social (BARONE e ZOUAIN, 2004; PAIVA, 2008).

O capital não está sujeito à regulação do Estado ou do mercado, mas, pelo contrário, é ele que regula a ambos (MÉSZAROS, 2002; PAIVA, 2008).

Mesmo assim, ainda não há substituto para o papel do Estado como promotor do desenvolvimento, pois é ele o responsável pelos investimentos em infra-estrutura e indústria, favorecendo a acumulação de capital. Aos empresários faltaria a consciência para se oporem às políticas do “centro”, subjugando assim as regiões periféricas. Portanto, “só no âmbito do Estado há condições de levar adiante as políticas de bem-estar geral, sem as quais jamais haveria desenvolvimento”

(BENAYON, 2005; PAIVA, 2008). Nesse sentido, mesmo que as forças de mercado exerçam o controle, é preciso a atuação do poder público para impedir a concentração. Sem isso, o setor privado assume poder exagerado.

Políticas de desenvolvimento regional não podem ser estudadas desconectadas da política macroeconômica, dos mecanismos fiscais de financiamento público e da natureza do federalismo fiscal. Nesse sentido, descentralização, federalismo fiscal e autonomia de governos subnacionais são pontos fundamentais na articulação de políticas de desenvolvimento regional: a) o financiamento do desenvolvimento regional, b) a distribuição dos recursos tributários e c) autonomia dos entes federativos (JAYME JR.; CROCCO; 2005, PAIVA, 2008).

O Brasil, especificamente a região Centro-Oeste, possui uma história e uma cultura de pouca integração entre os atores sociais para resolverem seus problemas em comum. A população passa a esperar do governo a solução para os seus problemas. Isso impregnou tanto o povo quanto o governo, passando pelas instituições de classe e empresários, sendo que o governo central sofreu uma alteração no perfil do seu poder clássico, como órgão interventor e “gerador” maior do desenvolvimento de uma região e de um país (PIRES, 2001). Sem os recursos do Estado para financiar os investimentos, “as regiões periféricas ficam a mercê da lógica dos mercados” (CARVALHO, 2002; PAIVA, 2008).

Conforme Mantega (2003 “*apud*” PAIVA, 2008), é preciso um Estado forte e eficiente, capaz de promover as melhorias das condições de vida da população brasileira, promover a diminuição das desigualdades sociais que estão sendo mantidas no país durante muitos anos, um Estado que tem condições de ser um indutor do desenvolvimento econômico e social do País.

2.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.4.1 Caracterização da Pesquisa

A pesquisa é de cunho exploratório e realizada a partir de dados secundários, coletados em relatórios obtidos junto ao Banco do Brasil, Ministério da Integração Nacional, Instituto Brasileiro de Geografia Estatística e na legislação que regulamenta os Fundos Constitucionais. O estudo tem um viés qualitativo em que se pretende esclarecer questionamentos, identificando os critérios adotados para a aplicação dos recursos do FCO.

Segundo Malhotra (2001), há dois tipos de pesquisa: a quantitativa e a qualitativa. A quantitativa tem o objetivo de testar hipóteses específicas e examinar relações. As informações necessárias são claramente definidas, o processo de pesquisa é formal e estruturado, a amostra é grande e representativa. A análise dos dados é estatística, são feitas constatações conclusivas, usadas como dados para tomadas de decisão.

Já a qualitativa tem o objetivo de prover critérios e compreensão. As informações necessárias são definidas ao acaso, o processo de pesquisa é flexível e não estruturado, a amostra é pequena e normalmente não representativa, a análise dos dados primários é qualitativa. São feitas constatações experimentais e o resultado é uma compreensão inicial. Dentre as técnicas utilizadas em pesquisas qualitativas, destacam-se: entrevistas em profundidade, técnicas projetivas e estudos de caso (MALHOTRA, 2001).

2.4.2 Análise dos Dados

A pesquisa utilizou métodos de estatística descritiva para organizar, resumir e descrever os aspectos relevantes de um conjunto de dados observados.

A estatística descritiva “compreende o manejo dos dados para resumi-los ou descrevê-los, sem ir além, isto é, sem procurar inferir qualquer coisa que ultrapasse os próprios dados” (FREUND, SIMON, 2000).

3. ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE

3.1 Apresentação

Neste capítulo são apresentadas as informações obtidas a partir dos relatórios que contém as informações acerca da movimentação de recursos do FCO.

A base de dados contendo o montante aplicado em cada município do Estado de Goiás foi obtida junto ao Banco do Brasil e Ministério da Integração Nacional, no período de 2002 a 2008. Utiliza-se também de informações coletadas no “*site*” do IBGE, no que se refere ao PIB de cada município, no período de 2002 a 2007. Esses dados foram agrupados em mesorregiões e microrregiões do Estado de Goiás.

Conforme definido no relatório do Banco do Brasil (2008), para efeito de enquadramento de proposta no limite financiável, o Ministério da Integração Nacional considera a tipologia do município de localização do empreendimento em:

- Alta Renda
- Dinâmica (inclui baixa e média renda dinâmica) e
- Estagnada (inclui apenas a média renda estagnada).

A partir das informações coletadas, a pesquisa identifica a alocação desses recursos na região, com maior grau de detalhamento para o estado de Goiás.

Para efeito de interpretação dos dados da pesquisa foram utilizados como sinônimos os nomes “agronegócio⁴” e “atividade rural”. A atividade rural ou agronegócio foi subdividido em: operações de Custeio, operações de Pronaf e operações de Investimento.

⁴ Agronegócio é o conjunto de negócios relacionados à agricultura dentro do ponto de vista econômico. Também é toda relação comercial e industrial envolvendo a cadeia produtiva agrícola ou pecuária.

A identificação atividade empresarial, para fins de elaboração e análise dos dados da pesquisa, compreende a movimentação fora do agronegócio e apresenta o seguinte detalhamento: operações com o Comércio/Serviços, operações com a Indústria e operações com o Turismo.

3.2 PROGRAMAS DISPONIBILIZADOS PELO FCO

A Programação do FCO está segmentada nos setores produtivos rural e empresarial, sendo os recursos direcionados aos setores produtivos no âmbito dos seguintes programas:

- a) FCO Empresarial de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – MPE. Para o atendimento das demandas desse segmento foi elaborada uma classificação das empresas/grupos econômicos com base nos seguintes parâmetros:

TABELA – 01 – FCO EMPRESARIAL PARA MICRO E PEQUENA EMPRESA - FATURAMENTO BRUTO ANUAL

PORTE	FATURAMENTO BRUTO ANUAL
Micro	até 240 mil
Pequena	acima de R\$ 240 mil até 2.400 mil

Fonte: FCO – Programação Orçamentária 2007 e 2008. Ministério da Integração Nacional. Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - Condel/FCO e Banco do Brasil S.A.

Para as Micro e Pequenas empresas, o limite de recursos destinados a investimento é de até 100% do valor de cada item financiável. A taxa de juros empregada é de 6,75% ao ano para microempresas e de 9,50% ao ano para empresas de médio porte.

As linhas de crédito definidas para o programa são:

- linha de financiamento de desenvolvimento industrial para MPE;
- linha de financiamento de desenvolvimento do turismo regional para MPE;

- linha de financiamento de desenvolvimento dos setores comercial e de serviços para MPE.

b) FCO Empresarial para Médias e Grandes Empresas – MGE. Para o atendimento das demandas foi elaborada uma classificação das empresas/grupos econômicos com base no desempenho e nos seguintes parâmetros:

TABELA – 02 – FCO EMPRESARIAL PARA MÉDIA E GRANDE EMPRESA – FATURAMENTO BRUTO ANUAL

PORTE	FATURAMENTO BRUTO ANUAL
Média	acima de R\$ 2.400 mil até R\$ 35 milhões
Grande	acima de R\$ 35 milhões

Fonte: FCO – Programação Orçamentária 2007 e 2008. Ministério da Integração Nacional. Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - Condrel/FCO e Banco do Brasil S.A.

Para as Médias e Grandes empresas, o limite financiável de recursos destinados a investimento é definido em função da tipologia do município, com taxa de juros de 9,50% ao ano para as empresas de médio porte e 10,00% ao ano para empresas de grande porte, conforme abaixo:

TABELA – 03 – FCO EMPRESARIAL PARA MÉDIA E GRANDE EMPRESA - PORTE DO MUTUÁRIO/TIPOLOGIA

PORTE	Estagnada Até	Dinâmica Até	Alta Renda até
Média	90%	90%	85%
Grande	80%	80%	70%

Fonte: FCO – Programação Orçamentária 2007 e 2008. Ministério da Integração Nacional. Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - Condrel/FCO e Banco do Brasil S.A.

As linhas de crédito definidas para o programa são:

- linha de financiamento de desenvolvimento industrial para MGE;
- linha de financiamento de infra-estrutura econômica para MGE;
- linha de financiamento de desenvolvimento do turismo regional para MGE;
- linha de financiamento de desenvolvimento dos setores comercial e de serviços para MGE.

c) FCO Empresarial para Repasse – tem como público alvo as micro e pequenas com as mesmas condições estabelecidas para o programa de FCO Empresarial de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – MPE.

As linhas de crédito definidas para o programa são:

- Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial;
- Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional; e
- Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços.

d) FCO Rural – destina-se ao financiamento de produtores rurais e extrativistas, considerada a renda bruta agropecuária anual prevista para o período de 1 (um) ano de produção normal. A taxa de juros utilizada é de 5,00% ao ano para os mini produtores, 6,75% ao ano para os pequenos agricultores, 7,25% ao ano para os médio agricultores e 8,50% ao ano para os grandes agricultores. É regulamentada com base nos seguintes parâmetros:

TABELA – 04 – FCO RURAL - PORTE/ RENDA BRUTA AGROPECUÁRIA

PORTE	RENDA BRUTA AGROPECUÁRIA
Mini	até R\$ 150 mil
Pequeno	acima de R\$ 150 mil até R\$ 300 mil
Médio	acima de R\$ 300 mil até R\$ 1.900 mil
Grande	acima de R\$ 1.900 mil

Fonte: FCO – Programação Orçamentária 2007 e 2008. Ministério da Integração Nacional. Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - Condel/FCO e Banco do Brasil S.A.

TABELA – 05 – FCO RURAL – PORTE DO MUTUÁRIO/TIPOLOGIA

Porte	Estagnada	Dinâmica	Alta Renda
Mini/Pequeno	100%	100%	100%
Médio	90%	90%	85%
Grande	80%	80%	70%

Fonte: FCO – Programação Orçamentária 2007 e 2008. Ministério da Integração Nacional. Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - Condel/FCO e Banco do Brasil S.A.

As linhas de crédito definidas para o programa são:

- Linha de financiamento de desenvolvimento rural;
- Linha de financiamento de desenvolvimento de irrigação e drenagem;
- Linha de financiamento de desenvolvimento de sistema de integração rural – convir;
- Linha de financiamento de integração lavoura-pecuária;
- Linha de financiamento de conservação da natureza;
- Linha de financiamento de retenção de matrizes na planície pantaneira;
- Linha de financiamento de apoio ao desenvolvimento da aquicultura;
- Linha de financiamento de apoio ao desenvolvimento da pesca;
- Linha especial de financiamento para adequação do sistema de produção pecuário na região de fronteira;
- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf.

e) FCO Rural para Repasse - tem como público alvo os mini e pequenos produtores rurais, na condição de pessoas físicas e jurídicas, suas associações e cooperativas. As condições estabelecidas para utilização são os mesmo requisitos definidos para Programa de FCO Rural, exclusivamente para mini e pequenos tomadores.

As linhas de crédito definidas para o programa são:

- Desenvolvimento Rural;
- Desenvolvimento de Irrigação e Drenagem;
- Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural – Convir;
- Integração Lavoura-Pecuária;
- Conservação da Natureza;
- Retenção de Matrizes na Planície Pantaneira;

- Apoio ao Desenvolvimento da Aqüicultura; e
- Apoio ao Desenvolvimento da Pesca.

3.3 OFERTA DE CRÉDITO PARA A REGIÃO

Em 1995, foram instituídas as fontes tradicionais de recursos que são: os recursos livres, os obrigatórios e os recursos do Tesouro Nacional (BARBOSA, 2005).

A Caderneta de Poupança Rural foi instituída pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 1.188 de 05.09.1986. Ficou definido que parte dos recursos captados em caderneta de poupança devem ser destinados ao financiamento do crédito rural. O Fundo de Amparo ao Trabalhador foi instituído em 1990 pela Lei 7.998, destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico. (BARBOSA, 2005).

A região conta com outras fontes de recursos destinadas ao financiamento da agricultura. Essas fontes estão inseridas no Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR, dentre as quais destacamos: recursos Livres do MCR 6-8, recursos Obrigatórios do MCR 6-2, recursos da Caderneta de Poupança Rural do MCR 6-4, recursos do Tesouro Nacional e recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT (BARBOSA, 2005).

As principais alternativas fora do SNCR envolvem fontes privadas de recursos. Essas fontes surgiram para complementar/substituir parte dos recursos tomados do crédito rural oficial, em razão da pouca disponibilidade ofertada pelo Estado. Nos últimos anos as *tradings*⁵ tem atuado fortemente no financiamento da safra brasileira.

⁵ Empresas comerciais exportadoras que atuam financiando os agricultores com a compra antecipada da produção.

3.4 REGIÃO CENTRO- OESTE

Mapa 1 – Região Centro-Oeste



Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%A3o_Centro-Oeste_do_Brasil> , acesso em 11.10.2009

A Região Centro-Oeste é uma das cinco regiões do Brasil, dividida em quatro unidades federativas: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito federal. Tem uma área de 1.606.371,505 km², figurando como a segunda maior região do Brasil em superfície territorial.

A região é a menos populosa do país e possui a segunda menor densidade populacional, perdendo apenas para a Região Norte. Apresenta algumas concentrações urbanas e grandes vazios populacionais (IBGE, 2007).

O relevo da região é marcado por unidades suaves, dificilmente ultrapassando mil metros de altitude. É composto por três unidades de relevo: o Planalto Central, o Planalto Meridional e a Planície do Pantanal.

A região é drenada por rios distribuídos em três grandes bacias: Bacia Amazônica, Bacia do Tocantins-Araguaia e Bacia Platina.

Os dados demográficos da região indicam que ela apresenta um contingente populacional de aproximadamente 13 milhões de habitantes, conforme dados estimados pelo IBGE (IBGE, 2007).

A economia da região apresenta grande vocação para a pecuária e agricultura, com expansão em outras atividades não-agrícolas.

O setor primário é baseado na agricultura, pecuária e extrativismo. O setor secundário se caracteriza pela presença de algumas indústrias, sendo que as mais expressivas são recentes. O setor terciário se caracteriza por apresentar uma rede de transporte em desenvolvimento.

A etnia da região é caracterizada na cor/raça na seguinte proporção: parda 50,5%, branca 43%, preta 5,7% e indígena e amarela 0,8%,(IBGE, 2007).

A tabela 06 destaca os valores aplicados pelo FCO no agronegócio na região e a tabela 07 revela os dados do PIB.

Por meio do gráfico 01, pode-se visualizar que em 2002 o Estado de Goiás apresentava a melhor posição no agronegócio em relação as demais Unidades da Região. Entretanto, a partir de 2003 o Estado do Mato Grosso passou a apresentar a melhor performance na geração de riqueza, ficando Goiás em segundo, Mato Grosso do Sul em terceiro e o Distrito Federal em último.

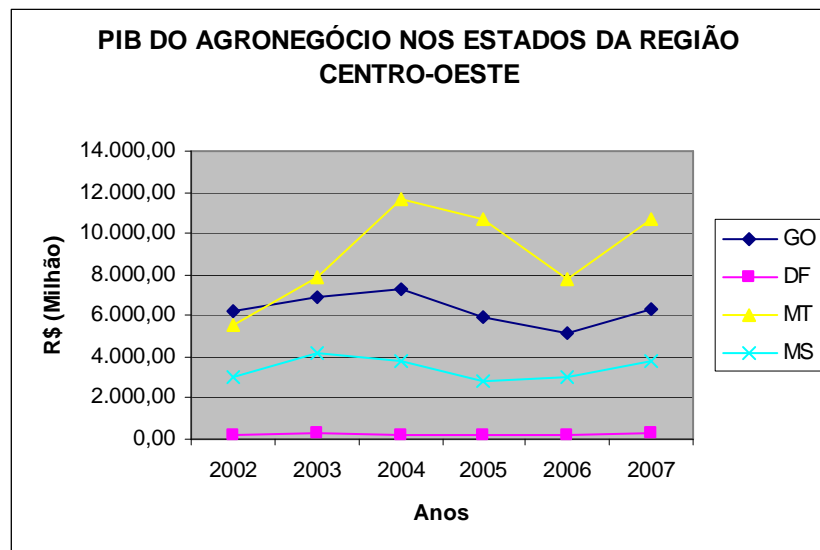
No Gráfico 02, verifica-se que, em 2002 e 2003, o Estado do Mato Grosso recebia a maior quantidade de recursos do Fundo, seguido do Estado de Goiás. A partir de 2004 até 2007 o Estado de Goiás foi quem recebeu a maior fatia em aplicações do Fundo, seguido dos Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. Em 2008 o Estado do Mato Grosso do Sul passou a figurar na segunda posição em termos de aplicação de recursos do FCO.

TABELA – 06 – VALORES APLICADOS PELO FCO NO AGRONEGÓCIO DOS ESTADOS DA REGIÃO CENTRO-OESTE (R\$ MIL)

Estados	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
GO	379.273,28	201.267,80	351.593,91	476.791,80	484.764,65	563.072,14	1.030.346,81
DF	4.667,61	4.766,76	3.120,81	5.781,38	12.872,77	17.081,35	22.153,21
MT	407.604,96	250.964,85	216.298,84	360.998,06	269.199,80	365.226,74	370.139,37
MS	218.463,74	183.693,99	176.755,12	183.274,95	177.204,24	208.242,46	546.274,35
Total	1.010.009,59	640.693,40	747.768,68	1.026.846,19	944.041,46	1.153.622,69	1.968.913,74

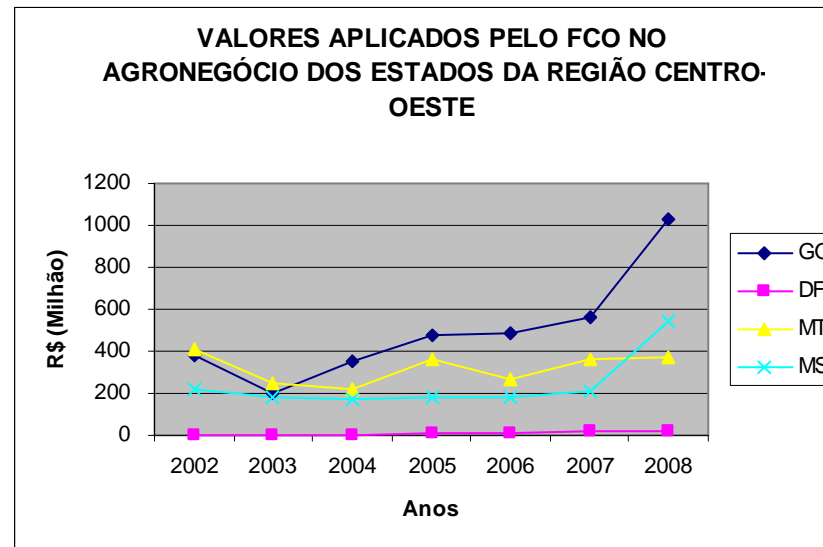
Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil S.A.
Valores Nominais

Gráfico 01



Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados encontrados no "site" do IBGE
Valores Nominais

Gráfico 02



Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil S.A.
Valores Nominais

TABELA – 07 – PIB DO AGRONEGÓCIO NOS ESTADOS DA REGIÃO CENTRO-OESTE (R\$ MIL)

ESTADO	2002	2003	2004	2005	2006	2007
GO	6.202.445,33	6.870.456,98	7.331.165,99	5.977.907,17	5.166.680,05	6.365.124,43
DF	239.927,76	277.326,93	198.442,33	174.909,95	169.435,23	262.256,29
MT	5.523.798,00	7.865.419,00	11.661.939,00	10.743.851,00	7.825.358,00	10.658.586,00
MS	2.989.912,63	4.174.182,20	3.811.180,00	2.846.972,00	3.008.128,00	3.779.391,69
Total	14.956.083,72	19.187.385,11	23.002.727,32	19.743.640,12	16.169.601,28	21.065.358,41

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir de dados contidos no PIB de cada município disponível na sessão de economia do "site" do IBGE
Valores nominais

TABELA – 08 – TOTAL DO PIB DOS ESTADOS DA REGIÃO CENTRO-OESTE (R\$ MIL)

ESTADO	2002	2003	2004	2005	2006	2007
GO	37.415.997,22	42.836.390,04	48.020.949,12	50.534.408,10	57.090.883,10	65.637.146,77
DF	56.137.983,81	63.104.900,34	70.724.113,14	80.526.612,04	89.628.553,25	99.945.620,41
MT	20.941.060,27	27.888.658,00	36.961.123,14	37.465.936,92	35.257.614,19	42.687.119,31
MS	15.153.544,47	19.273.681,13	21.105.169,62	21.650.853,64	24.341.235,56	28.121.420,49
Total	129.648.585,77	153.103.629,51	176.811.355,02	190.177.810,70	206.318.286,10	236.391.306,98

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir de dados contidos no PIB de cada município disponível na sessão de economia do "site" do IBGE
Valores nominais

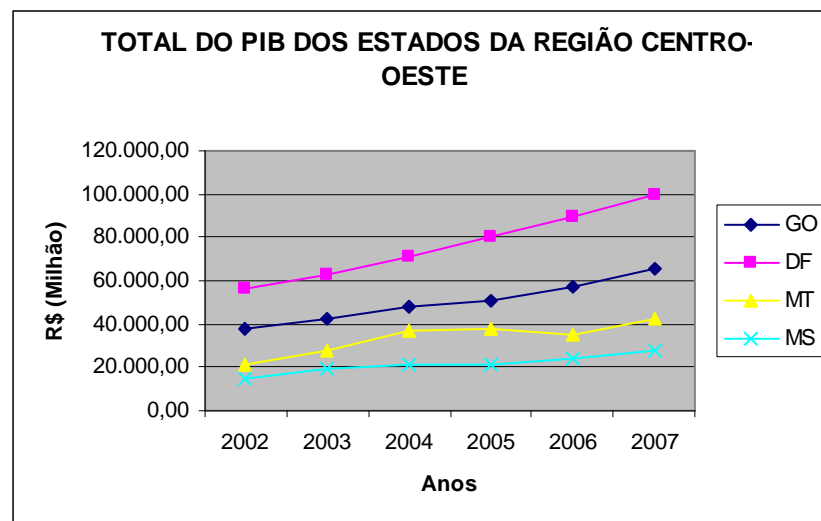
TABELA – 09 – VALORES APLICADOS PELO FCO NOS ESTADOS DA REGIÃO CENTRO-OESTE

(R\$ MIL)

Estados	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
GO	542.847,03	342.372,77	570.788,43	666.024,09	676.409,20	957.124,58	1.474.988,48
DF	64.873,10	57.657,54	25.818,65	60.668,73	117.594,82	119.747,62	282.415,38
MT	573.975,99	303.092,51	344.439,35	504.827,76	393.334,82	548.879,69	817.101,51
MS	257.640,98	216.692,42	230.982,28	236.559,96	257.011,04	348.088,45	894.784,37
Total	1.439.337,12	919.815,25	1.172.028,72	1.468.080,54	1.444.349,90	1.973.840,35	3.469.289,76

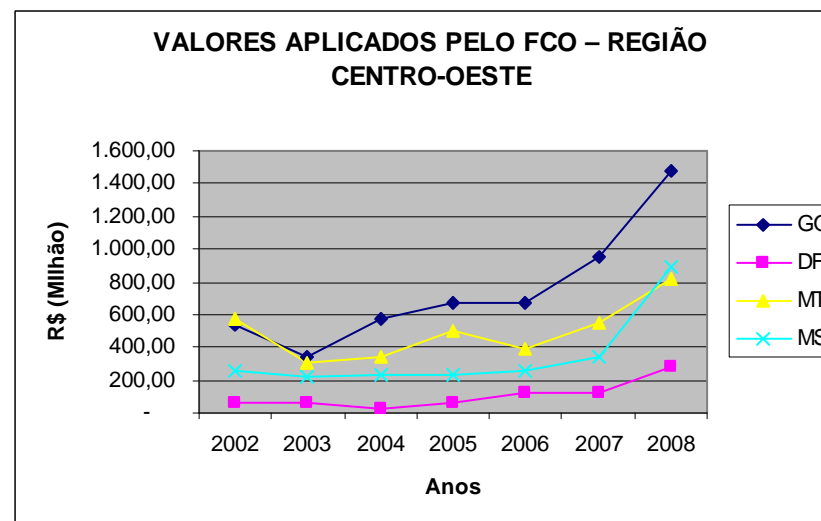
Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil S.A.
Valores nominais

Gráfico 03



Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados encontrados no "site" do IBGE
Valores Nominais

Gráfico 04



Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil
Valores Nominais

A partir dos dados da tabela 10, verifica-se a participação de cada Estado, nos recursos do Fundo, em termos percentuais.

TABELA – 10 – PERCENTUAL DE RECURSOS DO FUNDO APLICADOS EM CADA ESTADO (em % 2002 a 2008)

Estados	% em 2002	% em 2003	% em 2004	% em 2005	% em 2006	% em 2007	% em 2008
GO	37,72%	37,22%	48,70%	45,37%	46,83%	48,49%	42,52%
DF	4,51%	6,27%	2,20%	4,13%	8,14%	6,07%	8,14%
MT	39,88%	32,95%	29,39%	34,39%	27,23%	27,81%	23,55%
MS	17,90%	23,56%	19,71%	16,11%	17,79%	17,64%	25,79%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil S.A.

3.4.1 ESTADO DE GOIÁS

Mapa 2 – Estado de Goiás



Fonte: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Goi%C3%A1s>>, acesso em 11.10.2009

O Estado de Goiás é a unidade mais populosa da região, com população estimada, em 2007, em 6.225.035 habitantes, densidade de 17,31 hab./km², e IDH de 0,800 (IBGE, 2007).

É uma das 27 Unidades Federativas do Brasil, situando-se à leste da Região Centro-Oeste com uma área de 340.086 km², delimitado à oeste, pelo estado do Mato Grosso; ao norte, pelo estado do Tocantins; ao sul e à leste, pelo estado de Minas Gerais e Distrito Federal e, ao nordeste pelo Estado da Bahia.

O Estado de Goiás é composto por 246 municípios, distribuídos em 5 mesorregiões e 18 microrregiões, com economia influenciada fortemente pelo agronegócio.

TABELA – 11 – PIB DO ESTADO DE GOIÁS

(R\$ MIL)

Anos	Agronegócio	Indústria	Serviços	Adm. Pública	Impostos	PIB
2002	6.202.445,33	7.919.088,51	19.009.156,48	4.353.685,69	4.285.306,90	37.415.997,22
2003	6.870.456,98	8.734.121,76	21.975.528,11	4.947.975,64	5.256.283,19	42.836.390,04
2004	7.331.165,99	10.661.304,56	24.695.061,68	5.695.566,81	5.333.416,89	48.020.949,12
2005	5.977.907,17	11.623.102,36	27.149.923,01	6.395.765,88	5.783.475,57	50.534.408,10
2006	5.166.680,05	13.360.217,47	31.817.151,85	7.290.670,87	6.746.833,74	57.090.883,10
2007	6.365.124,43	15.566.668,82	35.963.810,66	8.319.617,12	7.740.542,90	65.637.146,77

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir de dados contidos no PIB de cada município disponível na sessão de economia do “site” do IBGE - Valores nominais

O PIB do agronegócio não apresenta a mesma performance em termos de crescimento, pois, no período avaliado, houve uma evolução de 18,2% entre 2002 e 2004 e no biênio seguinte apresentou redução de aproximadamente 10%, refletindo a crise vivenciada pelo setor em 2005 e 2006. Já em 2007, o PIB do agronegócio retomou o crescimento, ficando um pouco acima dos resultados de 2002.

A queda nos números do PIB do agronegócio nos anos de 2005 e 2006, foi originada da combinação de fatores, dentre os quais destaca-se: queda nos preços dos grãos no mercado internacional, quebra de safra por fatores climáticos, elevação da oferta internacional de “*commodities*” agrícolas e o câmbio desfavorável.

O PIB da indústria e do setor de serviços revela um crescimento contínuo no período de 2002 a 2007, praticamente duplicando o seu valor.

Em 2002, os recursos do Fundo, aplicados no Estado do Goiás, correspondiam a 37,72% do total distribuído na região. Já em 2008, esse percentual passou a representar 42,52%, chegando a um valor de R\$ 1.474.988.489,58.

Os dados revelam que o Estado de Goiás, se comparado aos demais, se apresenta bem mais organizado para acessar os recursos do Fundo.

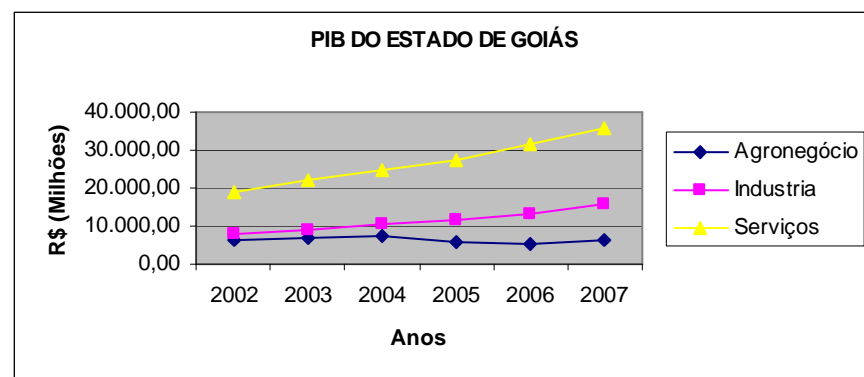
TABELA – 12 – VALORES APLICADOS PELO FCO NO ESTADO DE GOIÁS

(R\$ MIL)

Anos	Custeio	Pronaf	Investimento	Agronegócio	Com. e Serviços	Indústria	Turismo	Empresarial	Total do Estado de Goiás	Total da Região Centro-Oeste
2002	27.884,99	7.563,33	343.824,96	379.273,28	66.414,34	96.208,37	951,03	163.573,75	542.847,03	1.439.337,12
2003	11.144,55	13.644,78	176.478,46	201.267,80	19.061,69	120.309,85	1.733,42	141.104,97	342.372,77	919.815,25
2004	0,00	151.168,34	200.425,57	351.593,91	49.293,89	137.975,52	31.925,10	219.194,52	570.788,43	1.172.028,72
2005	81.630,03	156.946,02	238.215,74	476.791,80	57.450,10	130.423,44	1.358,74	189.232,28	666.024,09	1.468.080,54
2006	1.853,51	195.400,45	287.124,02	484.764,65	69.433,01	119.805,13	2.406,40	191.644,54	676.409,20	1.444.349,90
2007	6.115,31	201.748,87	355.207,95	563.072,14	158.232,21	222.192,93	13.627,28	394.052,44	957.124,58	1.973.840,35
2008	295.721,05	259.753,83	474.871,92	1.030.346,81	206.032,36	212.516,65	26.092,65	444.641,67	1.474.988,48	3.469.289,76

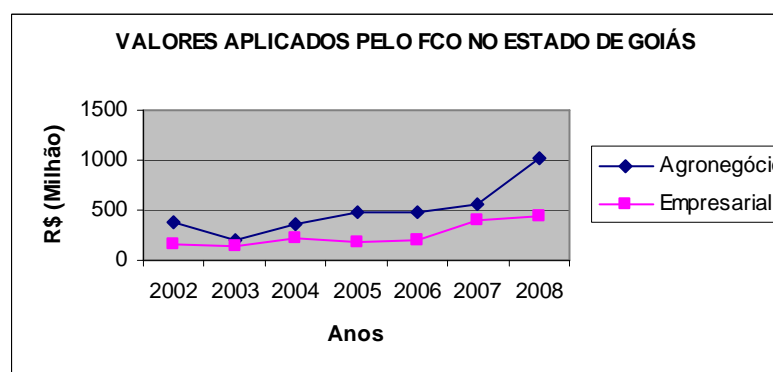
Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil S.A.
Valores nominais

Gráfico 05



Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados encontrados no "site" do IBGE
Valores Nominiais

Gráfico 06



Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil S.A.
Valores Nominiais

O gráfico 05 indica que a principal atividade do Estado é o setor de serviços, seguido da indústria. O agronegócio se posiciona em terceiro lugar.

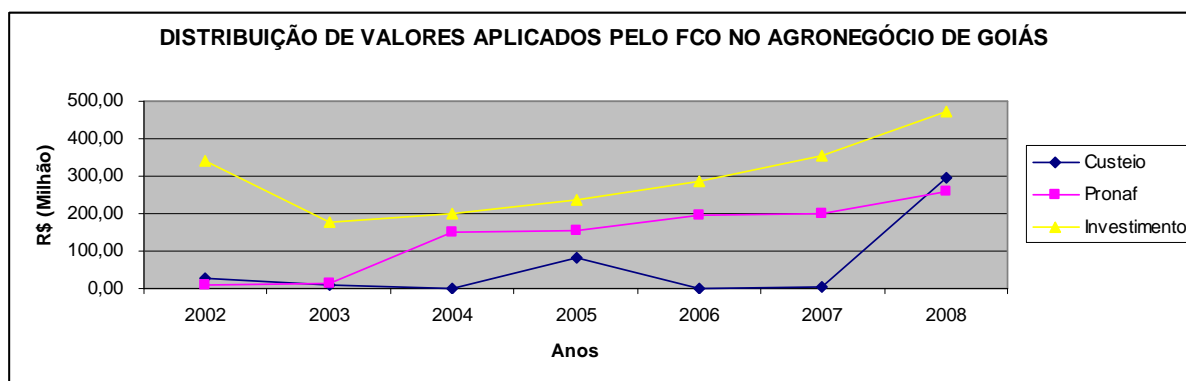
Conforme indicado no gráfico 06, dos recursos do Fundo destinados ao Estado de Goiás, percebe-se que a maior quantidade é direcionada ao financiamento da área rural. Esses recursos são aplicados no custeio, no Pronaf e em operações de investimento. Não há uma regularidade na distribuição desses recursos, conforme veremos na tabela 13, abaixo:

TABELA – 13 – PERCENTUAL DE RECURSOS DO FCO APLICADOS NO AGRONEGÓCIO DE GOIÁS (em % 2002 a 2008)

Anos	Custeio	Pronaf	Investimento	% AGRONEGÓCIO
2002	7,35%	1,99%	90,65%	100,00%
2003	5,54%	6,78%	87,68%	100,00%
2004	0,00%	43,00%	57,00%	100,00%
2005	17,12%	32,92%	49,96%	100,00%
2006	0,38%	40,39%	59,23%	100,00%
2007	1,09%	35,83%	63,08%	100,00%
2008	28,70%	25,21%	46,09%	100,00%

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil S.A.

Gráfico 07



Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil S.A.
Valores Nominais

No período analisado, percebe-se que há priorização para as operações de Investimento, apenas nos exercícios de 2005 e 2008 os valores destinados às operações do Pronaf, somados com os das operações de custeio, foram superiores ao valor das operações de investimento.

A tabela 14 mostra os recursos destinados à área empresarial, cuja destinação é feita nas atividades de comércio e serviços, indústria e turismo. O setor ligado à indústria é priorizado em relação aos demais, chegando a 85,26% em 2003, já as atividades de comércio e serviços vêm em seguida. O setor do turismo recebe menos recursos do FCO para bancar o seu financiamento, 2004 foi o ano em que o turismo recebeu o maior percentual de recursos do FCO, ficando em 14,56%.

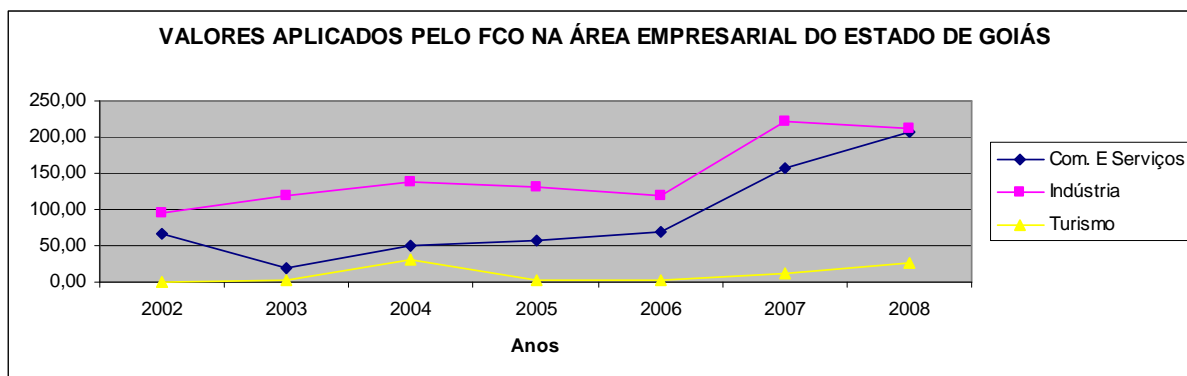
TABELA – 14 – PERCENTUAL DE RECURSOS DO FCO APLICADOS NA ÁREA EMPRESARIAL DE GOIÁS
(em % 2002 a 2008)

Anos	Com. E Serviços	Indústria	Turismo	EMPRESARIAL
2002	40,60%	58,82%	0,58%	100,00%
2003	13,51%	85,26%	1,23%	100,00%
2004	22,49%	62,95%	14,56%	100,00%
2005	30,36%	68,92%	0,72%	100,00%
2006	36,23%	62,51%	1,26%	100,00%
2007	40,16%	56,39%	3,46%	100,00%
2008	46,34%	47,80%	5,87%	100,00%

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil S.A.

Gráfico 08

(R\$ Milhões)



Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil S.A.
Valores Nominais

Não obstante os recursos do FCO serem aplicados em Goiás majoritariamente no agronegócio, percebe-se que a economia do estado está se desenvolvendo com maior força em outras atividades, principalmente no segmento empresarial, nas áreas das atividades de serviços e da indústria. Os valores aplicados no financiamento da indústria foram bem maiores do que os valores aplicados nas atividades de comércio/serviços e Turismo. Entretanto, tal como ocorreu com o segmento do agronegócio, os recursos do FCO não foram suficientes para determinar que a atividade industrial fosse aquela com maior desenvolvimento. O fato evidencia que existem outras fontes de recursos financiando a economia do Estado.

3.4.2 MESORREGIÕES DO ESTADO DE GOIÁS

O Estado de Goiás é dividido em 05 (cinco) Mesorregiões⁶, quais sejam: Norte Goiano, Sul Goiano, Centro Goiano, Leste Goiano e Noroeste Goiano.

⁶ Mesorregião é uma subdivisão dos estados brasileiros que congrega diversos municípios de uma área geográfica com similaridades econômicas e sociais. Foi criada pelo IBGE e é utilizada para fins estatísticos e não constitui, portanto, uma entidade ou unidade administrativa

3.4.2.1 MESORREGIÃO DO NORTE GOIANO

Mapa 3 – Mesorregião do Norte Goiano



Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Mesorregi%C3%A3o_do_Norte_Goiano>, acesso em 11.10.2009.

A Mesorregião do Norte Goiano é formada por 27 municípios agrupados nas Microrregiões de Porangatu e Chapada dos Veadeiros. Apresenta uma área de 56.509,394 km², com uma população de 281.061 habitantes, em 2007, com densidade de 4,9 habitantes por km², com IDH médio é de 0,726 (IBGE/2007).

A tabela 15 revela o montante de recursos do Fundo aplicados na mesorregião do Norte Goiano, no período de 2002 a 2008:

- a) em 2002, 92% dos recursos foram direcionados à atividade rural, sendo 83,5% aplicado em operações de investimento, 12,9% em operações de custeio e o restante em operações de Pronaf. Na área empresarial, mais de 90% foi aplicado em operações de serviços e o restante em operações da indústria;
- b) em 2003, os recursos aplicados no agronegócio representaram 93,6% de todos os recursos do Fundo no ano. A aplicação dos recursos na área rural foi realizada com a seguinte proporção: 73% em operações de investimento, 17% em operações de Pronaf e o restante em operações de

custeio. Na área empresarial a alocação dos recursos ficou assim distribuída: 91% em operações de comércio e serviços e o restante em operações da indústria;

- c) em 2004, 92% dos recursos do Fundo foi aplicado em operações da área rural, sendo que a maior parte foi para operações de investimento (56%) e o restante em operações do Pronaf. Na área empresarial 88% foi aplicado em operações de financiamento a atividades de comércio e serviços, 6% em operações da indústria e o restante em operações de turismo;
- d) em 2005, 92% dos recursos foram direcionados às atividades rurais, sendo 49% para operações de Investimento, 45% para operações de Pronaf e o restante para operações de custeio. Na área empresarial, 78% foi aplicado no Comércio e Serviços, 20% na Indústria e o restante em operações de turismo.
- e) em 2006, 93% dos recursos foram aplicados em operações da área rural, sendo que 65% foi direcionado para operações de Pronaf, 33% para o financiamento de operações de investimento e o restante foi para operações de custeio. Na área empresarial, 92% foi aplicado para o financiamento de operações do comércio e serviços, 4% em operações do turismo e o restante em operações de financiamento da indústria;
- f) em 2007, 60% dos recursos foram aplicados na atividade rural, sendo 55% em operações de investimento, 44% para o Pronaf e o restante em operações de custeio. Na área empresarial, 89% foi para o financiamento da indústria, 9% para o financiamento de operações do comércio e os 2% restantes para operações de turismo;

g) em 2008, 93% dos recursos foram aplicados na área rural, sendo que a metade foi direcionado ao financiamento das operações de investimento, 25% foi para o financiamento das operações do custeio e 23% em operações do Pronaf. Os valores aplicados na área empresarial foram assim distribuídos: 81% em operações de comércio e serviços, 10% em operações de comércio e serviços, 10,5% em operações de turismo e o restante dos recursos foram aplicados em operações da indústria.

Conforme apresentado na tabela 18, os dados gerais do PIB de 2002 a 2007 revelam um crescimento contínuo do produto Interno Bruto da Mesorregião, de aproximadamente 68,5%. Já o Produto Interno Bruto do agronegócio apresentou um crescimento de 33% no período.

TABELA – 15 – PERCENTUAL DE RECURSOS DO FCO APLICADOS NO AGRONEGÓCIO DA MESORREGIÃO NORTE GOIANO (em% 2002 a 2008)

Anos	Custeio	Pronaf	Investimento	AGRONEGÓCIO
2002	12,95%	3,46%	83,59%	100,00%
2003	9,33%	17,47%	73,19%	100,00%
2004	0,00%	43,12%	56,88%	100,00%
2005	5,53%	45,04%	49,43%	100,00%
2006	0,31%	65,89%	33,80%	100,00%
2007	0,48%	44,42%	55,10%	100,00%
2008	25,40%	23,75%	50,86%	100,00%

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil S.A.

TABELA – 16 – PERCENTUAL DE RECURSOS DO FCO APLICADOS NA ÁREA EMPRESARIAL DA MESORREGIÃO NORTE GOIANO (em % 2002 a 2008)

Anos	Com. e Serviços	Indústria	Turismo	Empresarial
2002	93,84%	6,16%	0,00%	100,00%
2003	91,54%	8,46%	0,00%	100,00%
2004	88,31%	6,17%	5,52%	100,00%
2005	78,39%	20,05%	1,56%	100,00%
2006	92,05%	3,57%	4,38%	100,00%
2007	9,24%	89,09%	1,68%	100,00%
2008	81,11%	8,27%	10,63%	100,00%

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil S.A.

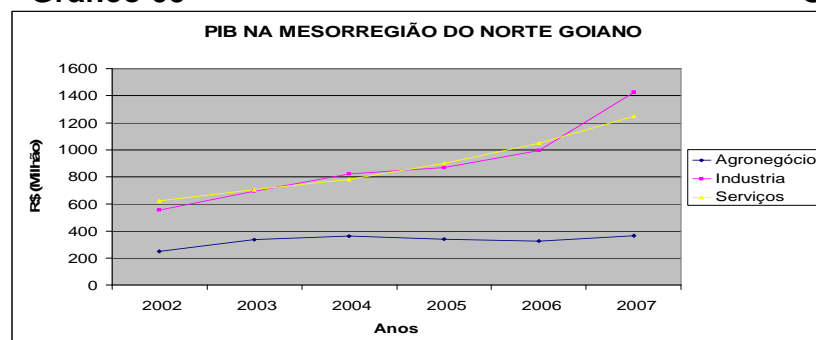
TABELA – 17 – VALORES APLICADOS PELO FCO NA MESORREGIÃO DO NORTE GOIANO

(R\$ MIL)

Anos	Custeio	Pronaf	Investimento	Agronegócio	Com. e Serviços	Indústria	Turismo	Empresarial	Total da Mesorregião	Total do Estado de Goiás	Total da Região Centro-Oeste
2002	3.179,19	848,57	20.515,67	24.543,45	1.905,55	125,11	0,00	2.030,66	26.574,12	542.847,03	1.439.337,12
2003	1.431,26	2.679,48	11.222,68	15.333,43	953,87	88,16	0,00	1.042,03	16.375,47	342.372,77	919.815,25
2004	0,00	13.217,38	17.436,07	30.653,46	2.079,98	145,28	129,98	2.355,25	33.008,71	570.788,43	1.172.028,72
2005	2.043,83	16.661,47	18.285,77	36.991,08	2.370,72	606,49	47,07	3.024,29	40.015,37	666.024,09	1.468.080,54
2006	111,01	23.337,35	11.971,39	35.419,74	2.442,14	94,68	116.,26	2.653,09	38.072,84	676.409,20	1.444.349,90
2007	202,50	18.855,52	23.391,16	42.449,19	2.567,73	24.763,96	465,78	27.797,49	70.246,68	957.124,58	1.973.840,35
2008	19.446,77	18.183,05	38.945,92	76.575,75	4.299,24	438,19	563,28	5.300,73	81.876,48	1.474.988,48	3.469.289,76

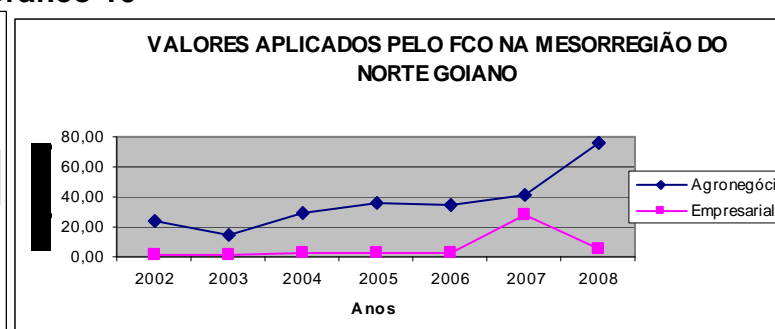
Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil S.A.
Valores nominais

Gráfico 09



Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados encontrados no "site" do IBGE
Valores Nominais

Gráfico 10



Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil S.A.
Valores Nominais

TABELA – 18 – PIB NA MESORREGIÃO DO NORTE GOIANO (R\$ MIL)

Anos	Agronegócio	Indústria	Serviços	Adm. Pública	Impostos	PIB
2002	250.936,04	555.088,09	622.244,19	246.439,69	129.812,54	1.558.080,87
2003	336.099,02	696.393,62	705.064,67	268.479,67	155.051,38	1.892.608,70
2004	361.497,36	820.982,62	783.711,47	292.653,97	171.348,01	2.137.539,45
2005	342.848,66	870.512,95	902.273,73	336.094,05	188.322,39	2.303.957,73
2006	326.695,88	994.572,60	1.049.319,96	368.007,53	216.072,92	2.586.661,35
2007	367.570,83	1.428.450,09	1.248.710,26	432.877,15	313.136,81	3.357.867,98

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir de dados contidos no PIB de cada município disponível na sessão de economia do "site" do IBGE.
Valores nominais

Os dados da mesorregião Norte Goiano evidenciam que não foram aplicados recursos para o Custeio em 2004 e também para o Turismo em 2002 e 2003. A maior parte dos recursos foram aplicados no agronegócio, mas as atividades voltadas para a Indústria e para os Serviços foram aquelas que apresentaram a maior participação na economia do estado.

3.4.2.2 MESORREGIÃO DO SUL GOIANO

Mapa 4 – Mesorregião do Sul Goiano



Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Mesorregi%C3%A3o_do_Sul_Goiano>, acesso em 11.10.2009.

A Mesorregião do Sul Goiano é formada por 82 municípios agrupados nas Microrregiões de Catalão, Meia Ponte, Pires do Rio, Quirinópolis, Sudoeste de Goiás e Vale do Rio dos Bois. Apresenta uma área de 131.579,001km², com uma

população de 1.661.428 habitantes em 2007, com densidade de 12,6 habitantes por km², com IDH médio de 0,807 (IBGE/2007).

A tabela 19 revela o montante de recursos do Fundo aplicado na mesorregião, no período de 2002 a 2008:

- a) em 2002, 77% dos recursos foram direcionados à atividade rural, sendo que 94% foi aplicado em operações de investimento, 5% em operações de custeio e o restante em operações de Pronaf. Na área empresarial, 66% foi aplicado em operações da indústria, 33% em operações relacionadas com atividades de comércio e serviços e 1% em operações de turismo;
- b) em 2003, 66% dos recursos foram para o agronegócio, sendo que 92% em operações de investimento, 5% em operações do Pronaf e 3% em operações de custeio. Na área empresarial 82% em operações da indústria, 10% em operações de comércio e serviços e o restante em operações de turismo;
- c) em 2004, considerando todos os recursos do Fundo, verifica-se que 64% deles é aplicado em operações do agronegócio, sendo 66% em operações de investimento e 34% em operações de Pronaf. Dos recursos destinados à área empresarial, 51% foi para a indústria, 35% para o turismo e o restante para operações do comércio e serviço;
- d) em 2005, 84% dos recursos foram direcionados à atividade rural, com 52% em operações de investimento, 27% em operações de custeio e 21% foram direcionados para operações de Pronaf. Na área empresarial, 58% foi aplicado na indústria, 41% no Comércio e Serviços e 1% no turismo;
- e) em 2006, 86% dos recursos foram aplicados em operações da área rural, com 72% em operações de Investimento, 28% para operações de Pronaf

e o restante em operações de custeio. Na área empresarial, 55% dos recursos foram para o financiamento das atividades da indústria, 43% para o comércio e serviços e os 2% restantes para o turismo;

- f) em 2007, 66% dos recursos foram aplicados no agronegócio, sendo 75% em operações de Investimento, 24% em operações de Pronaf e o restante em operações de custeio. Na área empresarial, 62% dos recursos foram aplicados em operações da Indústria, 32% para o Comércio e Serviços e 6% para o turismo;
- g) em 2008, 81% dos recursos foram aplicados na área rural, com 51% em operações de investimento, 30% em operações de custeio e 19% no Pronaf. Na área empresarial, 54% em operações comércio e serviços, 38% em operações da indústria e o restante em operações de turismo.

Conforme apresentado na tabela 22, os dados gerais do PIB de 2002 a 2007 revelam um crescimento da Mesorregião de aproximadamente 53,5%. Os dados do PIB do agronegócio apresentaram um crescimento de 10% até 2004, com queda significativa em 2005 e 2006 e retomada do crescimento em 2007.

O gráfico 11 evidencia que o setor de serviços é que tem a maior participação no PIB, no período de 2002 a 2007. A partir de 2004 o agronegócio foi superado pelas atividades da Indústria. No gráfico 12, verifica-se que o agronegócio é aquele que é mais beneficiado na concessão de crédito com recursos do FCO.

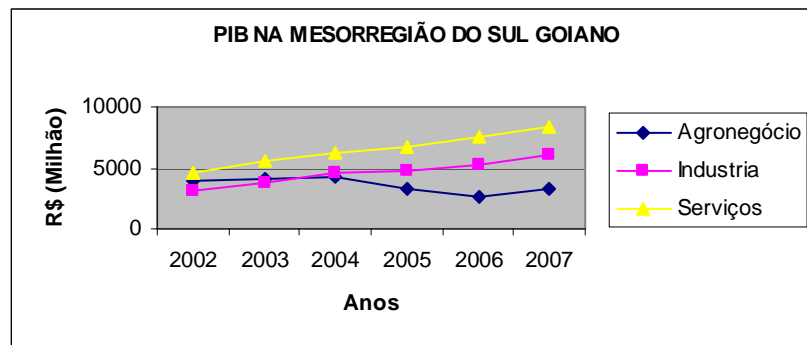
TABELA – 19 – VALORES APLICADOS PELO FCO NA MESORREGIÃO DO SUL GOIANO

(R\$ MIL)

Anos	Custeio	Pronaf	Investimento	Agronegócio	Com. e Serviços	Indústria	Turismo	Empresarial	Total da Mesorregião	Total do Estado de Goiás	Total da Região Centro-Oeste
2002	10.999,42	2.654,43	199.768,74	213.422,61	21.181,22	41.663,59	496,54	63.341,37	276.763,99	542.847,03	1.439.337,12
2003	3.813,63	4.899,72	105.886,82	114.600,19	4.870,83	40.119,83	218,27	48.833,33	173.990,90	342.372,77	919.815,25
2004	0,00	52.986,48	103.010,52	155.997,01	12.217,55	45.422,48	30.910,72	88.550,76	244.547,77	570.788,43	1.172.028,72
2005	67.997,49	54.492,56	131.227,40	253.717,46	20.131,19	28.732,82	669,79	49.533,81	303.251,27	666.024,09	1.468.080,54
2006	1.085,35	69.412,59	179.484,77	250.340,19	17.770,83	22.680,31	918,19	41.369,34	291.709,54	676.409,20	1.444.349,90
2007	2.588,02	68.158,63	210.175,35	280.922,01	46.168,64	89.110,76	8.079,05	143.358,47	424.280,48	957.124,58	1.973.840,35
2008	154.248,75	98.019,99	257.395,09	509.663,84	63.392,55	44.856,61	9.650,45	117.899,63	627.563,47	1.474.988,48	3.469.289,76

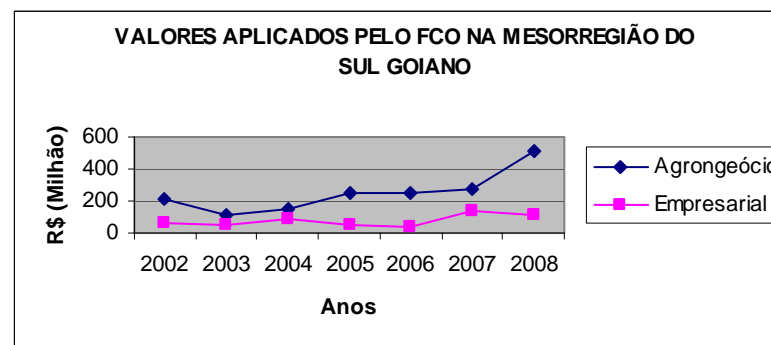
Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil S.A.
Valores nominais

Gráfico 11



Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados encontrados no "site" do IBGE
Valores Nominais

Gráfico 12



Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil S.A.
Valores Nominais

TABELA – 20 – PERCENTUAL DE RECURSOS DO FCO APLICADOS NO AGRO-NEGÓCIO DA MESORREGIÃO SUL GOIANO (%)

Anos	Custeio	Pronaf	Investimento	Agronegócio
2002	5,15%	1,24%	93,60%	100,00%
2003	3,33%	4,28%	92,40%	100,00%
2004	0,00%	33,97%	66,03%	100,00%
2005	26,80%	21,48%	51,72%	100,00%
2006	0,43%	27,73%	71,70%	100,00%
2007	0,92%	24,26%	74,82%	100,00%
2008	30,26%	19,23%	50,50%	100,00%

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil S.A.

TABELA – 21 – PERCENTUAL DE RECURSOS DO FCO APLICADOS NA ÁREA EMPRESARIAL DA MESORREGIÃO SUL GOIANO (%)

Anos	Com. e Serviços	Indústria	Turismo	Empresarial
2002	33,44%	65,78%	0,78%	100,00%
2003	9,97%	82,16%	0,45%	100,00%
2004	13,80%	51,30%	34,91%	100,00%
2005	40,64%	58,01%	1,35%	100,00%
2006	42,96%	54,82%	2,22%	100,00%
2007	32,21%	62,16%	5,64%	100,00%
2008	53,77%	38,05%	8,19%	100,00%

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil S.A.

TABELA – 22 – PIB NA MIESORREGIÃO DO SUL GOIANO (R\$ MIL)

Anos	Agronegócio	Indústria	Serviços	Adm. Pública	Impostos	PIB
2002	3.933.770,47	3.167.139,09	4.540.411,12	1.031.481,61	1.089.418,81	12.730.739,48
2003	4.071.425,75	3.743.434,69	5.543.818,88	1.197.717,04	1.561.373,11	14.920.052,45
2004	4.335.891,93	4.532.855,58	6.215.196,37	1.335.972,18	1.600.173,20	16.684.117,08
2005	3.229.728,63	4.785.629,86	6.702.814,84	1.500.447,98	1.547.225,91	16.265.399,26
2006	2.548.261,94	5.322.079,14	7.605.867,11	1.678.035,69	1.645.276,13	17.121.484,32
2007	3.263.893,88	6.093.586,13	8.358.459,13	1.892.967,78	1.836.666,67	19.552.605,82

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir de dados contidos no PIB de cada município, disponível na sessão de economia do "site" do IBGE
Valores nominais

Os dados da mesorregião Sul Goiano evidenciam que não foram aplicados recursos para o Custeio em 2004. Apesar da maior parte dos recursos terem sido aplicados no Agronegócio a atividade de Serviços foi a que apresentou a maior participação no crescimento do Estado.

3.4.2.3 MESORREGIÃO DO CENTRO GOIANO

Mapa 5 – Mesorregião do Centro Goiano



Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Mesorregi%C3%A3o_do_Centro_Goiano>, acesso em 11.10.2009.

A Mesorregião do Centro Goiano é formada por 82 municípios agrupados nas microrregiões de Anápolis, Anicuns, Ceres, Goiânia e Iporá. Apresenta uma área de 40.836,704km², com uma população de 2.924.950 habitantes, em 2007, com densidade de 69,7 habitantes por km² e com IDH médio é de 0,787 (IBGE/2007).

A tabela 23 revela o montante de recursos do Fundo aplicados na mesorregião, no período de 2002 a 2008, sendo que a maioria dos recursos foi aplicado em atividades empresariais. A partir dos dados da tabela, pode-se concluir:

- a) em 2002, 61% dos recursos foram direcionados ao financiamento da atividade empresarial, com 57% aplicados na indústria e 43% em operações do comércio e serviços. Na área rural, 89% foi aplicado em operações de investimento, 9% em operações de custeio e o restante em operações de Pronaf;
- b) em 2003, 75% dos recursos foram aplicados em operações da área empresarial, sendo que 81% na indústria, 18% no comércio e serviço e 1% no turismo. No agronegócio, 76% foi aplicado em operações de

Investimento, 15% em operações de Pronaf e o restante em operações de custeio;

- c) em 2004, 53% dos recursos foram aplicados em operações da área empresarial, com 61% investido em operações da indústria, 38% em operações do comércio e o saldo restante em operações de turismo. No agronegócio, 62% em operações do Pronaf e 38% em operações de investimento.
- d) em 2005, 53% dos recursos foram direcionados para a atividade empresarial, com 70% aplicado na indústria e 30% no comércio e serviço. Na área rural, 57% foi aplicado no Pronaf, 35% em operações de investimento e 8% em operações de custeio;
- e) em 2006, 56% dos recursos foram aplicados em operações da área empresarial, sendo que 69% foi direcionado para operações da indústria, 31% para operações do comércio e serviços e 1% em operações do turismo. Na área rural, 65% dos recursos foram para o financiamento do Pronaf, 35% em operações de investimento e o restante em operações de custeio;
- f) em 2007, 62% dos recursos foram aplicados em atividades empresariais, com 51% direcionado para a indústria, 47% para o comércio e serviço e 2% para o turismo. No agronegócio, 58% dos recursos foi para o Pronaf, 42% para operações de investimento e uma pequena parte em operações de custeio;
- g) em 2008, 60% dos recursos foram aplicados na área empresarial, sendo que 56% em operações da indústria, 39% em operações de comércio e serviços e 4% em operações do turismo.

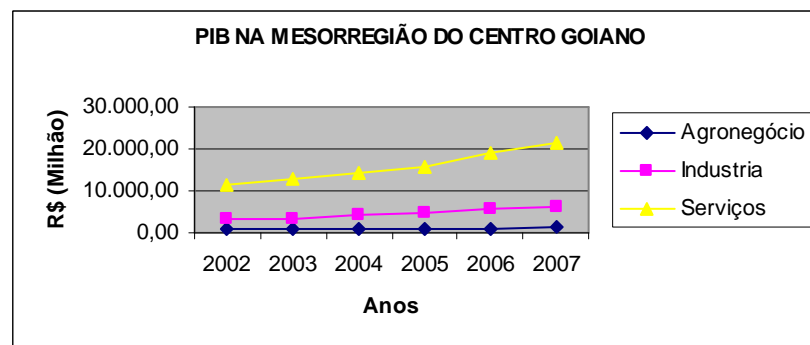
TABELA – 23 – VALORES APLICADOS PELO FCO NA MESORREGIÃO DO CENTRO GOIANO

(R\$ MIL)

Anos	Custeio	Pronaf	Investimento	Agronegócio	Com. e Serviços	Indústria	Turismo	Empresarial	Total da Mesorregião	Total do Estado de Goiás	Total da Região Centro-Oeste
2002	5.428,85	1.238,75	51.928,32	58.595,93	38.430,53	51.255,64	331,75	90.017,93	148.613,86	542.847,03	1.439.337,12
2003	2.282,16	3.500,54	18.178,67	23.961,37	12.761,32	58.507,32	686,10	71.954,75	95.916,13	342.372,77	919.815,25
2004	0,00	45.898,35	28.349,77	74.248,13	31.956,53	52.168,88	884,38	85.009,81	159.257,94	570.788,43	1.172.028,72
2005	7.349,10	51.924,86	32.476,15	91.750,12	30.349,22	70.950,85	265,13	101.565,21	193.315,33	666.024,09	1.468.080,54
2006	256,97	64.651,78	35.214,21	100.152,16	39.588,84	88.993,19	924,34	129.506,38	229.658,54	676.409,20	1.444.349,90
2007	298,74	73.174,66	53.021,65	126.495,06	95.820,82	104.788,90	4.176,87	204.786,59	331.281,66	957.124,58	1.973.840,35
2008	36.676,04	91.675,25	68.584,81	196.936,11	114.366,92	163.374,86	12.484,97	290.226,76	487.162,88	1.474.988,48	3.469.289,76

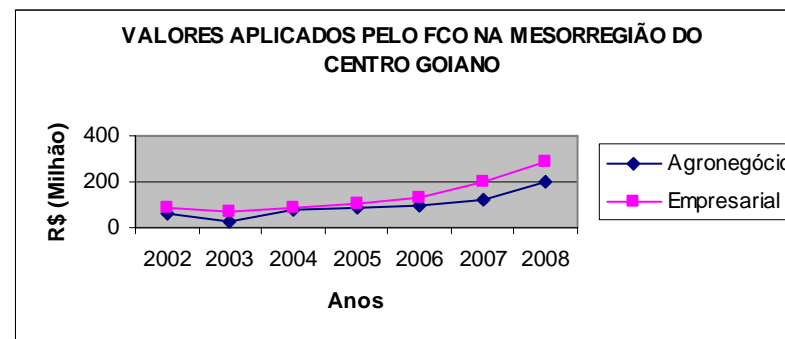
Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil S.A.
Valores nominais

Gráfico 13



Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados encontrados no "site" do IBGE
Valores Nominais

Gráfico 14



Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil S.A.
Valores Nominais

**TABELA – 24 – PERCENTUAL DE RECURSOS DO FCO APLICADOS NO AGRO-
NEGÓCIO DA MESORREGIÃO CENTRO GOIANO (em % 2002 a 2008)**

Anos	Custeio	Pronaf	Investimento	Agronegócio
2002	9,26%	2,11%	88,62%	100,00%
2003	9,52%	14,61%	75,87%	100,00%
2004	0,00%	61,82%	38,18%	100,00%
2005	8,01%	56,59%	35,40%	100,00%
2006	0,26%	64,55%	35,16%	100,00%
2007	0,24%	57,85%	41,92%	100,00%
2008	18,62%	46,55%	34,83%	100,00%

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil S.A.

**TABELA – 25 – PERCENTUAL DE RECURSOS DO FCO APLICADOS NA ÁREA
EMPRESARIAL DA MESORREGIÃO CENTRO GOIANO
(em % 2002 a 2008)**

Anos	Com. e Serviços	Indústria	Turismo	Empresarial
2002	42,69%	56,94%	0,37%	100,00%
2003	17,74%	81,31%	0,95%	100,00%
2004	37,59%	61,37%	1,04%	100,00%
2005	29,88%	69,86%	0,26%	100,00%
2006	30,57%	68,72%	0,71%	100,00%
2007	46,79%	51,17%	2,04%	100,00%
2008	39,41%	56,29%	4,30%	100,00%

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil S.A.

TABELA – 26 – PIB NA MESORREGIÃO DO CENTRO GOIANO (R\$ MIL)

Anos	Agronegócio	Indústria	Serviços	Adm. Pública	Impostos	PIB
2002	914.212,62	3.491.337,15	11.449.134,86	2.164.922,01	2.759.492,24	18.614.176,86
2003	1.109.538,01	3.424.115,47	12.870.905,51	2.424.448,94	3.106.907,62	20.511.466,60
2004	1.189.500,83	4.179.456,53	14.463.721,47	2.858.887,96	3.084.347,30	22.917.026,11
2005	1.049.638,76	4.677.099,56	15.899.972,22	3.187.364,22	3.518.360,88	25.145.071,41
2006	1.074.201,77	5.631.559,93	18.967.101,29	3.652.059,06	4.323.476,07	29.996.339,03
2007	1.263.151,94	6.404.109,95	21.530.465,84	4.172.846,09	4.959.435,60	34.157.163,31

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir de dados contidos no PIB de cada município, disponível na sessão de economia do "site" do IBGE
Valores nominais

A mesorregião do Centro Goiano tem como principal atividade na sua economia a área de Serviços seguida das atividades da Indústria. Já o Agronegócio mesmo recebendo a maior quantidade de recursos do FCO fica na terceira posição no grau de importância para economia da mesorregião.

3.4.2.4 MESORREGIÃO DO LESTE GOIANO

Mapa 6 – Mesorregião do Leste Goiano



Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Mesorregi%C3%A3o_do_Leste_Goiano>, acesso em 11.10.2009.

A Mesorregião do Leste Goiano é formada por 32 municípios agrupados nas Microrregiões de Vão do Paranã e Entorno de Brasília. Apresenta uma área de 55.520,399 km², com uma população de 1.141.068 habitantes em 2007, com densidade de 20,98 habitantes por km² e com IDH médio de 0,736 (IBGE/2007).

A tabela 27 evidencia que a maior parte dos recursos do Fundo aplicados na Mesorregião, no período de 2002 a 2008, foi em operações do agronegócio. A tabela permite ainda obter as seguintes conclusões:

- a) em 2002, 84% dos recursos foram direcionados à atividade rural, sendo que 93% em operações de investimento, 4% em operações do Pronaf e 3% em operações de custeio. Na área empresarial, 57% foi aplicado em operações do comércio e serviços, 43% em operações relacionadas com atividade industrial e uma pequena parte em operações de turismo;
- b) em 2003, os recursos do agronegócio chegaram a 54%, com 93% em operações de investimento, 5% em operações do Pronaf e 2% em operações de custeio. No setor empresarial, 95% foi aplicado em

operações da indústria, 4% em operações do turismo e uma pequena quantidade em operações de comércio e serviços.

- c) em 2004, aproximadamente 50% dos recursos foram aplicados em operações da área rural, com 65% aplicado em operações de investimento e 35% em operações do Pronaf. Na área empresarial, 96% dos recursos foram direcionados para a indústria e 4% em operações do comércio e serviços;
- d) em 2005, as operações do agronegócio receberam 63% dos recursos do Fundo, com 65% aplicado em operações de investimento, 28% aplicado em operações do Pronaf e 7% em operações de custeio. Na área empresarial, 91% em operações de financiamento da indústria, 9% em operações de comércio e serviços e 1% em operações do turismo.
- e) em 2006, 77% foi aplicado no agronegócio com 57% aplicado em operações de investimento, 42% em operações de Pronaf e uma pequena parte em operações de custeio. As demais atividades foram beneficiadas na seguinte proporção: 61% na indústria, 37% no comércio e serviço e 2% em operações do turismo.
- f) em 2007, 78% dos recursos foram aplicados na atividade rural, sendo 63% em operações de investimento, 37% em operações de Pronaf e o restante em operações de custeio. Na área empresarial, 77% dos recursos foram aplicados em operações do comércio e serviço e 19% na indústria e 3% em operações de turismo;
- g) em 2008, 84% dos recursos foram aplicados na área rural, sendo que 52% em operações de custeio, 35% em operações de investimento e 13% em operações de Pronaf.

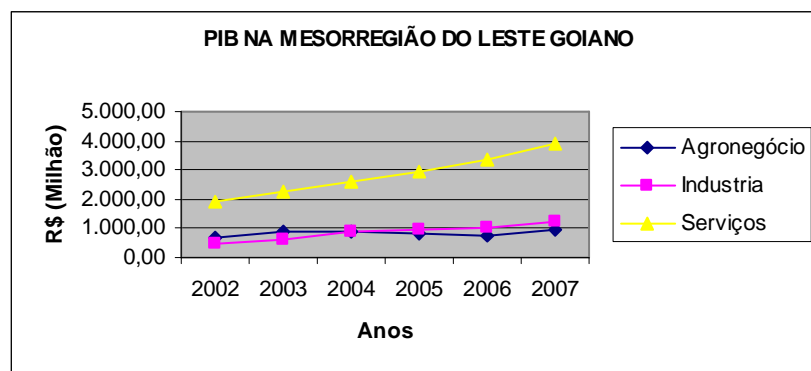
TABELA – 27 – VALORES APLICADOS PELO FCO NA MESORREGIÃO DO LESTE GOIANO

(R\$ MIL)

Anos	Custeio	Pronaf	Investimento	Agronegócio	Com. e Serviços	Indústria	Turismo	Empresarial	Total da Mesorregião	Total do Estado de Goiás	Total da Região Centro-Oeste
2002	1.211,94	1.398,19	34.125,92	36.736,07	3.964,09	2.985,53	45,00	6.994,61	43.730,70	542.847,03	1.439.337,12
2003	508,07	1.287,87	25.252,74	27.048,68	313,01	21.454,13	829,05	22.596,18	49.644,87	342.372,77	919.815,25
2004	0,00	14.353,51	26.854,39	41.207,91	1.644,38	39.861,20	0,00	41.505,59	82.713,50	570.788,43	1.172.028,72
2005	3.833,32	15.497,30	36.291,67	55.622,30	2.832,25	30.055,67	299,35	33.187,27	88.809,58	666.024,09	1.468.080,54
2006	385,39	17.628,22	24.293,67	42.307,29	4.726,53	7.871,12	252,59	12.850,25	55.157,55	676.409,20	1.444.349,90
2007	157,00	15.849,30	26.988,43	42.994,73	9.397,06	2.331,21	422,49	12.150,77	55.145,51	957.124,58	1.973.840,35
2008	56.086,01	14.369,31	37.895,53	108.350,85	16.540,10	2.360,76	2.431,40	21.332,27	129.683,13	1.474.988,48	3.469.289,76

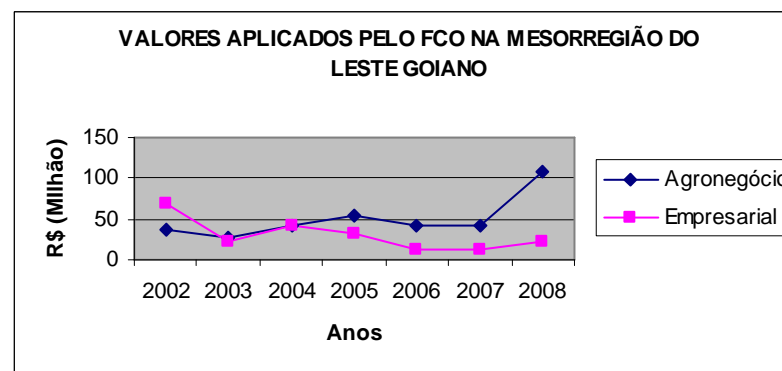
Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil S.A.
Valores nominais

Gráfico 15



Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados encontrados no "site" do IBGE
Valores Nominais

Gráfico 16



Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil S.A.
Valores Nominais

TABELA – 28 – PERCENTUAL DE RECURSOS DO FCO APLICADOS NO AGRO-NEGÓCIO DA MESORREGIÃO LESTE GOIANO (%)

Anos	Custeio	Pronaf	Investimento	Agronegócio
2002	3,30%	3,81%	92,89%	100,00%
2003	1,88%	4,76%	93,36%	100,00%
2004	0,00%	34,83%	65,17%	100,00%
2005	6,89%	27,86%	65,25%	100,00%
2006	0,91%	41,67%	57,42%	100,00%
2007	0,37%	36,86%	62,77%	100,00%
2008	51,76%	13,26%	34,97%	100,00%

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil S.A.

TABELA – 29 – PERCENTUAL DE RECURSOS DO FCO APLICADOS NA ÁREA EMPRESARIAL DA MESORREGIÃO LESTE GOIANO (%)

Anos	Com. e Serviços	Indústria	Turismo	Empresarial
2002	56,67%	42,68%	0,64%	100,00%
2003	1,39%	94,95%	3,67%	100,00%
2004	3,96%	96,04%	0,00%	100,00%
2005	8,53%	90,56%	0,90%	100,00%
2006	36,78%	61,25%	1,97%	100,00%
2007	77,34%	19,19%	3,48%	100,00%
2008	77,54%	11,07%	11,40%	100,00%

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil S.A.

TABELA – 30 – PIB NA MESORREGIÃO DO LESTE GOIANO (R\$ MIL)

Anos	Agronegócio	Indústria	Serviços	Adm. Pública	Impostos	PIB
2002	698.409,74	510.900,45	1.888.660,85	721.613,87	234.961,50	3.332.932,54
2003	859.100,48	641.315,87	2.267.737,16	846.393,68	341.514,87	4.109.668,38
2004	908.308,68	861.869,83	2.584.591,14	977.998,45	384.026,87	4.738.796,53
2005	847.788,57	961.933,86	2.914.544,26	1.114.528,07	417.576,92	5.141.843,60
2006	733.821,86	1.009.951,59	3.354.397,77	1.305.201,72	438.879,42	5.537.050,63
2007	930.119,34	1.234.205,92	3.911.304,15	1.497.217,04	504.419,55	6.581.048,94

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir de dados contidos no PIB de cada município, disponível na sessão de economia do "site" do IBGE

Valores nominais

O setor de Serviços se destaca como a principal atividade na economia da mesorregião, enquanto que o Agronegócio e a Indústria se apresentaram mais ou menos no mesmo patamar até o ano de 2005, e a partir de 2006 as riquezas geradas pela Indústria superaram as do Agronegócio. As aplicações do FCO mesmo privilegiando o Agronegócio com a maior quantidade de recursos não foram

suficientes para determinar a atividade como a de maior importância na mesorregião.

3.4.2.5 MESORREGIÃO DO NOROESTE GOIANO

Mapa 7 – Mesorregião do Noroeste Goiano



Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Mesorregi%C3%A3o_do_Noroeste_Goiano>, acesso em 11.10.2009.

A Mesorregião do Noroeste Goiano é formada por 23 municípios agrupados nas Microrregiões de Aragarças, Rio Vermelho e São Miguel do Araguaia. Apresenta uma área de 55.641,200 km², com uma população de 216.528 habitantes em 2007, com densidade de 4,0 habitantes por km² e com IDH médio de 0,726 (IBGE/2007).

A tabela 31 revela o montante de recursos do Fundo aplicados na mesorregião, no período de 2002 a 2008, onde podemos concluir:

- a) em 2002, 97% dos recursos foram direcionados à atividade rural, com 82% aplicados em operações de investimento, 15% em operações de custeio e 3% em operações do Pronaf. Nas atividades empresariais, 78% foram direcionados para aplicação em operações do comércio e serviço, 15% na indústria e 7% no turismo;
- b) em 2003, praticamente todos os recursos direcionados à mesorregião foram aplicados no agronegócio, sendo 78% em operações de

- investimento, 15% em operações de custeio e 6% em operações do Pronaf. Na área empresarial foi aplicado apenas 1% dos recursos;
- c) em 2004, 97% dos recursos foram aplicados em operações da área rural, com aplicações de praticamente o mesmo valor no Pronaf e operações de investimento. Na área empresarial, 79% dos recursos foram direcionados para o financiamento do comércio e serviços e o restante no financiamento da indústria.
- d) em 2005, 95% dos recursos foram direcionados à atividade rural, sendo 51% para operações de investimento, 47% para operações de Pronaf e 1% para operações de custeio. Na área empresarial, 92% foi aplicado em operações do Comércio e Serviços e o restante foi dividido nas operações da indústria e do turismo;
- e) em 2006, 91% dos recursos foram aplicados em operações da área rural, sendo que 64% foi direcionado para operações de investimento, 36% para operações de Pronaf e o restante para operações de custeio. Na área empresarial, quase a totalidade dos recursos foram aplicados no financiamento do comércio e serviços;
- f) em 2007, o agronegócio foi contemplado com 92% dos recursos, sendo 59% em operações de investimento, 37% em operações do Pronaf e 4% em operações de custeio. Da pequena parte que foi aplicada na área empresarial, 72% dos recursos foram aplicados em operações do comércio e serviço, 20% em operações da indústria e 8% no turismo;
- g) em 2008, 93% dos recursos foram aplicados na área rural, sendo 52% em operações de investimento, 27% em operações de Pronaf e 21% em operações de custeio.

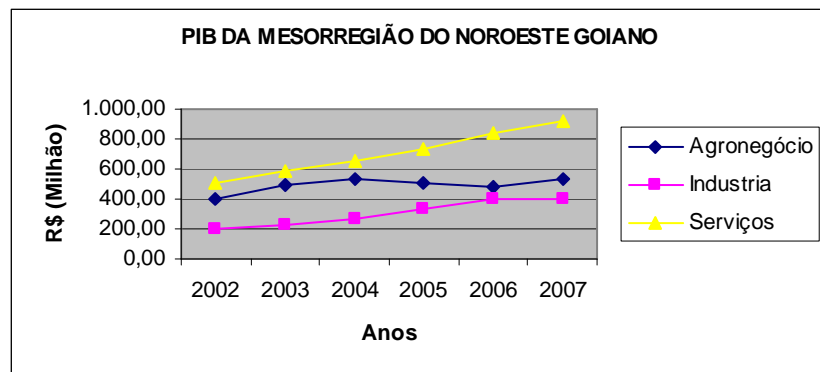
TABELA – 31 – VALORES APLICADOS PELO FCO NA MESORREGIÃO DO NOROESTE GOIANO

(R\$ MIL)

Anos	Custeio	Pronaf	Investimento	Agronegócio	Com. e Serviços	Indústria	Turismo	Empresarial	Total da Mesorregião	Total do Estado de Goiás	Total da Região Centro-Oeste
2002	7.065,56	1.423,36	37.486,27	45.975,20	932,92	178,48	77,73	1.189,14	47.164,35	542.847,03	1.439.337,12
2003	3.109,42	1.277,14	15.937,54	20.324,11	162,65	140,39	0,00	303,05	20.627,16	342.372,77	919.815,25
2004	0,00	24.712,60	24.774,79	49.487,40	1.395,43	377,65	0,00	1.773,09	51.260,49	570.788,43	1.172.028,72
2005	406,27	18.369,80	19.934,74	38.710,83	1.766,70	77,59	77,38	1.921,69	40.632,52	666.024,09	1.468.080,54
2006	14,78	20.370,49	36.159,96	56.545,25	4.904,64	165,82	195,00	5.265,46	61.810,71	676.409,20	1.444.349,90
2007	2.869,04	25.710,75	41.631,33	70.211,13	4.277,94	1.198,08	483,07	5.959,10	76.170,23	957.124,58	1.973.840,35
2008	29.263,47	37.506,20	72.050,55	138.820,24	7.433,53	1.486,20	962,53	9.882,27	148.702,51	1.474.988,48	3.469.289,76

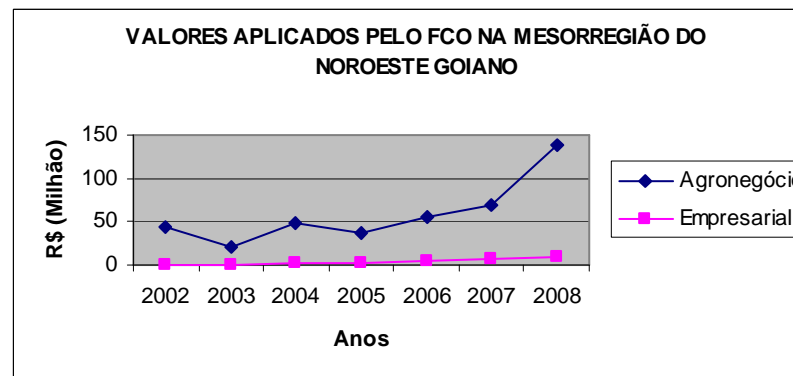
Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil S.A.
Valores nominais

Gráfico 17



Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados encontrados no "site" do IBGE
Valores Nominais

Gráfico 18



Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil S.A.
Valores Nominais

TABELA – 32 – PERCENTUAL DE RECURSOS DO FCO APLICADOS NO AGRONEGÓCIO DA MESORREGIÃO NOROESTE GOIANO (em % 2002 a 2008)

Anos	Custeio	Pronaf	Investimento	AGRONEGÓCIO
2002	15,37%	3,10%	81,54%	100,00%
2003	15,30%	6,28%	78,42%	100,00%
2004	0,00%	49,94%	50,06%	100,00%
2005	1,05%	47,45%	51,50%	100,00%
2006	0,03%	36,03%	63,95%	100,00%
2007	4,09%	36,62%	59,29%	100,00%
2008	21,08%	27,02%	51,90%	100,00%

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil S.A.

TABELA – 33 – PERCENTUAL DE RECURSOS DO FCO APLICADOS NA ÁREA EMPRESARIAL DA MESORREGIÃO NOROESTE GOIANO (em % 2002 a 2008)

Anos	Com. e Serviços	Indústria	Turismo	Empresarial
2002	78,45%	15,01%	6,54%	100,00%
2003	53,67%	46,33%	0,00%	100,00%
2004	78,70%	21,30%	0,00%	100,00%
2005	91,93%	4,04%	4,03%	100,00%
2006	93,15%	3,15%	3,70%	100,00%
2007	71,79%	20,11%	8,11%	100,00%
2008	75,22%	15,04%	9,74%	100,00%

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil S.A.

TABELA – 34 – PIB DA MESORREGIÃO DO NOROESTE GOIANO (R\$ MIL)

Anos	Agronegócio	Indústria	Serviços	Adm. Pública	Impostos	PIB
2002	405.116,47	194.623,74	508.705,46	189.228,52	71.621,82	1.180.067,48
2003	494.293,75	228.862,09	588.001,89	210.936,32	91.436,21	1.402.593,93
2004	535.967,19	266.140,00	647.841,26	230.054,26	93.521,53	1.543.469,97
2005	507.902,55	327.926,14	730.317,98	257.331,56	111.989,46	1.678.136,12
2006	483.698,60	402.054,21	840.465,74	287.366,87	123.129,22	1.849.347,77
2007	540.388,44	406.316,73	914.871,28	323.709,06	126.884,27	1.988.460,72

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir de dados contidos no PIB de cada município, disponível na sessão de economia do "site" do IBGE
Valores nominais

A mesorregião do Noroeste Goiano apresenta a maior quantidade de recursos do FCO aplicados no agronegócio. Entretanto, o setor de Serviços se apresenta como a atividade de maior importância na economia da mesorregião e o Agronegócio se coloca na segunda posição em termos de geração de riqueza.

3.4.3 MICRORREGIÕES DO ESTADO DE GOIÁS

O Estado de Goiás é dividido em 18 Microrregiões⁷, com economia influenciada fortemente pelo agronegócio.

As microrregiões do estado são: Anápolis, Anicuns, Aragarças, Catalão, Ceres, Chapada dos Veadeiros, Entorno de Brasília, Goiânia, Iporá, Meia Ponte, Pires do Rio, Porangatu, Quirinópolis, Rio Vermelho, São Miguel do Araguaia, Sudoeste de Goiás, Vale do Rio dos Bois e Vão do Paranã.

3.4.3.1 MICRORREGIÃO DE ANÁPOLIS

Mapa 8 – Microrregião de Anápolis



Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Microrregi%C3%A3o_de_An%C3%A1polis>, acesso em 11.10.2009.

⁷ Microrregião é um agrupamento de municípios limítrofes, conforme definido pela Constituição brasileira de 1988. o termo é muito mais conhecido em função de seu uso pelo IBGE para fins estatísticos e com base em similaridades econômicas e sociais.

A microrregião de Anápolis compõe a mesorregião do Centro Goiano, apresenta uma população estimada em 2007 em 517.221 habitantes e está dividida em 20 municípios, com área total de 8.311,934 km².

Os municípios da microrregião são: Anápolis, Aracu, Brazabrantes, Campo Limpo de Goiás, Cutaraí, Damolândia, Heitoraí, Inhumas, Itaberaí, Itaguari, Itaguaru, Itauçu, Jaraguá, Jesúpolis, Nova Veneza, Ouro Verde de Goiás, Petrolina de Goiás, Santa Rosa de Goiás, São Francisco de Goiás e Taquaral de Goiás.

A microrregião apresenta uma densidade populacional de 61,6 hab./km², com IDH médio de 0,762 (IBGE/2007).

TABELA – 35 – PIB NA MICRORREGIÃO DE ANÁPOLIS (R\$ MIL)

Anos	Agronegócio	Indústria	Serviços	Adm. Pública	Impostos	PIB
2002	263949,49	725556,59	1532026,85	387488,66	467381,57	2.988.914,50
2003	312025,85	847887,18	1761686,88	444021,76	448010,53	3.369.610,45
2004	331015,66	951245,52	1923362,65	510659,4	422266,35	3.627.890,17
2005	275958,67	1014298,35	2131019,84	560302,95	509249,76	3.930.526,61
2006	282.076,39	1.305.262,21	2.694.356,77	635.669,68	740.441,78	5.022.137,15
2007	300.970,43	1.611.548,96	3.003.794,55	728.973,50	1.138.779,11	6.055.093,05

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir de dados contidos no PIB de cada município, disponível na sessão de economia do "site" do IBGE - Valores nominais

Conforme apresentado na tabela 35, os dados do PIB de 2002 a 2007, revelam um crescimento contínuo do produto Interno Bruto superior a 100%, as áreas que mais contribuíram foi a Indústria e Serviços. O PIB do agronegócio apresentou uma retração no ano de 2005. A partir de 2006 verifica-se uma retomada na trajetória de crescimento.

TABELA – 36 – Percentual de Distribuição dos Recursos do FCO na Microrregião de Anápolis em Relação ao Total do Estado de Goiás (em % 2002 a 2008)

Microrregião	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Anápolis	7,31%	3,58%	5,68%	4,62%	12,13%	8,11%	8,66%

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil S.A.

TABELA – 37 – VALORES APLICADOS PELO FCO NA MICRORREGIÃO DE ANÁPOLIS

(R\$ MIL)

Anos	Custeio	Pronaf	Investimento	Agronegócio	Com. e Serviços	Indústria	Turismo	Empresarial	Total da Microrregião	Mesorregião Centro Goiano	Total do Estado de Goiás	Total da Região Centro- Oeste
2002	609,81	161,34	11.320,34	12.091,51	7.706,28	19.834,26	51,75	27.592,30	39.683,81	148.613,86	542.847,03	1.439.337,12
2003	204,26	240,53	3.878,02	4.322,82	365,42	8.080,90	0,00	8.446,33	12.769,16	95.916,13	342.372,77	919.815,25
2004	0,00	9.715,47	6.419,48	16.134,96	6.114,54	10.057,27	99,00	16.270,82	32.405,79	159.257,94	570.788,43	1.172.028,72
2005	1.198,55	12.926,51	8.769,56	22.894,63	4.411,72	3.389,25	90,00	7.890,98	30.785,71	193.315,33	666.024,09	1.468.080,54
2006	0,00	15.981,05	11.012,10	27.007,58	5.180,87	49.639,88	199,20	55.019,97	82.027,55	229.658,54	676.409,20	1.444.349,90
2007	0,00	17.624,21	16.858,53	34.482,75	16.847,81	26.021,48	238,20	43.107,49	77.590,24	331.281,66	957.124,58	1.973.840,35
2008	11.349,58	22.915,48	19.690,41	53.955,48	20.248,47	51.902,75	1.624,32	73.775,55	127.731,03	487.162,88	1.474.988,48	3.469.289,76

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil S.A.
Valores nominais

A tabela 37 revela o montante de recursos do Fundo aplicados na microrregião de Anápolis, no período de 2002 a 2008:

- a) em 2002, 30% dos recursos foram direcionados à atividade rural, sendo que mais de 90% foi aplicado em operações de investimento, 5% em operações de custeio e o restante em operações de Pronaf. Na área empresarial, mais de 70% foi aplicado em operações da indústria, 28% em operações de comércio e serviços e o restante em operações de turismo;
- b) em 2003, o volume de recursos do FCO reduziu à metade, mantendo aproximadamente a mesma proporção adotada no ano anterior, na distribuição dos recursos entre a área rural e empresarial. Na área rural, cerca de 90% foi aplicado em operações de Investimento, 5,5% em operações de Pronaf e o restante em operações de custeio. Na área empresarial, 95% dos recursos foram aplicados na Indústria e o restante foi aplicado em operações destinadas do comércio e serviços;
- c) em 2004, quase a metade dos recursos foram direcionados ao financiamento da atividade rural, sendo aproximadamente 40% para o investimento e o restante para operações de Pronaf. Na área empresarial, 61% dos recursos foram direcionados para o financiamento da Indústria, 37% para o Comércio e Serviços e o restante para o financiamento de operações de Turismo.
- d) em 2005, 74% dos recursos foram direcionados à atividade rural, sendo 56% para operações de Pronaf, 38% para operações de Investimento e o restante para operações de custeio. Na área empresarial, 56% foi aplicado no Comércio e Serviços, 42% na Indústria e o restante em operações de turismo.

- e) em 2006, 67% dos recursos foram aplicados em operações da área empresarial, sendo que 90% foi direcionado para a Indústria, 9% para o comércio e serviços e o restante foram aplicados no financiamento do Turismo. Na área rural, 59% foi aplicado no financiamento de operações de Pronaf e 41% foi aplicado em operações de Investimento;
- f) em 2007, 55% dos recursos foram aplicados na atividade empresarial, sendo 60% na Indústria, 39% para o Comércio e Serviços e 6% para o Turismo. Na área rural, 51% foi para o financiamento de operações de Pronaf e 49% para o financiamento de operações de Investimento;
- g) em 2008, 57% dos recursos foram aplicados na área empresarial, sendo que 70% foi aplicado na Indústria, 27% em operações do Comércio e Serviços e os 3% restantes em operações de Turismo. Na área rural, 42% em operações de Pronaf, 36% em operações de Investimento e 22% em operações de Custeio.

As atividades empresariais representadas pelos Serviços e Indústria se destacam na economia da microrregião de Anápolis. A aplicação dos recursos do FCO segue a tendência apresentada pelos números do PIB, privilegiando a concessão de crédito nas atividades empresariais.

3.4.3.2 MICRORREGIÃO DE ANICUNS

Mapa 9 – Microrregião de Anicuns



Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Microrregi%C3%A3o_de_Anicuns>, acesso em 11.10.2009.

A microrregião de Anicuns apresenta uma população estimada em 2007 em 100.759 habitantes e está dividida em 13 municípios, com área total de 5.464,612 km².

Os municípios da microrregião de Anicuns são: Adelândia, Americano do Brasil, Anicuns, Aurilândia, Avelinópolis, Buriti de Goiás, Firminópolis, Mossâmedes, Nazário, Sanclerlândia, Santa Bárbara de Goiás, São Luís de Montes Belos e Turvânia.

A Microrregião apresenta uma densidade populacional de 19,07 hab./km², com IDH médio de 0,740 (IBGE/2007).

TABELA – 38 – PIB DA MICRORREGIÃO DE ANICUNS (R\$ MIL)

Anos	Agronegócio	Indústria	Serviços	Adm. Pública	impostos	PIB
2002	140.152,88	128.360,77	245.517,12	87.434,39	43.197,17	557.227,95
2003	171.478,32	133.009,40	266.315,34	96.721,45	45.971,96	616.775,01
2004	186.319,54	139.382,05	292.414,09	107.702,66	46.713,71	664.829,39
2005	169.302,00	157.731,54	326.536,39	118.820,43	56.593,74	710.163,67
2006	196.643,75	215.970,03	395.726,69	132.982,62	71.362,40	879.702,86
2007	201.837,08	248.724,00	449.798,38	148.384,73	79.690,82	980.050,28

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir de dados contidos no PIB de cada município, disponível na sessão de economia do “site” do IBGE
Valores nominais

Conforme apresentado na tabela 38, os dados do PIB de 2002 a 2007, revelaram um crescimento contínuo do PIB de aproximadamente 75%, os setores que mais contribuíram foi a Indústria e Serviços. Enquanto que o PIB do agronegócio apresentou uma retração no ano de 2005, retomando a trajetória de crescimento a partir de 2006.

TABELA – 39 – Percentual de Distribuição dos Recursos do FCO na Microrregião de Anicuns em Relação ao Total do Estado de Goiás (em % 2002 a 2008)

Microrregião	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
ANICUNS	1,55%	1,10%	3,21%	2,32%	2,17%	2,81%	3,08%

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil S.A.

TABELA – 40 – VALORES APLICADOS PELO FCO NA MICRORREGIÃO DE ANICUNS

(R\$ MIL)

Anos	Custeio	Pronaf	Investimento	Agronegócio	Com. e Serviços	Indústria	Turismo	Empresarial	Total da Microrregião	Mesorregião Centro Goiano	Total do Estado de Goiás	Total da Região Centro- Oeste
2002	1.476,05	202,01	6.037,05	7.715,11	568,14	122,24	0,00	690,38	8.405,50	148.613,86	542.847,03	1.439.337,12
2003	536,45	449,09	2.876,55	3.862,10	31,39	12,71	0,00	44,11	3.906,22	95.916,13	342.372,77	919.815,25
2004	0,00	8.024,55	4.558,64	12.583,19	473,64	5.263,31	0,00	5.736,95	18.320,14	159.257,94	570.788,43	1.172.028,72
2005	521,51	8.232,92	5.821,83	14.576,26	768,78	74,72	0,00	843,50	15.419,77	193.315,33	666.024,09	1.468.080,54
2006	80,61	11.289,91	5.378,35	16.748,87	1.324,70	250,00	19,88	1.594,59	18.343,46	229.658,54	676.409,20	1.444.349,90
2007	103,22	11.981,03	9.997,76	22.082,02	1.110,49	3.727,25	0,00	4.837,74	26.919,77	331.281,66	957.124,58	1.973.840,35
2008	8.939,97	19.168,86	11.513,62	39.622,46	3.298,36	2.346,22	225,00	5.869,58	45.492,05	487.162,88	1.474.988,48	3.469.289,76

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil S.A.

Valores nominais

A tabela 40 revela o montante de recursos do Fundo aplicados na microrregião de Anicuns, distribuídos por setores, no período de 2002 a 2008, pelo Banco do Brasil:

- a) em 2002, 92% dos recursos foram direcionados à atividade rural e o restante na área empresarial. Na área rural, 78% foi aplicado em operações de investimento, 19% em operações de custeio e o restante em operações de Pronaf. Na área empresarial, 82% foi aplicado em operações de comércio e serviços e 18% em operações relacionadas com atividade industrial;
- b) em 2003, os recursos foram reduzidos a menos da metade daqueles que foram aplicados em 2002, sendo que 98% foram direcionados para a área rural e 2% na área empresarial. No agronegócio, 74% foi aplicado em operações de Investimento, 19% em operações de custeio e o restante em operações de Pronaf. Na área empresarial, 71% dos recursos foram aplicados no comércio e serviço e o restante foi aplicado em operações destinadas a indústria;
- c) em 2004, 69% dos recursos foram aplicados em operações da área rural e o restante para operações de área empresarial. Dos recursos destinados a atividade rural, 64% foi aplicado em operações de Pronaf e 36% em operações de Investimento. Na área empresarial, 92% dos recursos foram direcionados para o financiamento da Indústria e 8% para o Comércio e Serviços.
- d) em 2005, 94% dos recursos foram direcionados à atividade rural, sendo 56% para operações de Pronaf, 40% para operações de Investimento e os

4% restantes foram direcionados para operações de custeio. Na área empresarial, 91% foi aplicado no Comércio e Serviços e 9% na Indústria.

- e) em 2006, 91% dos recursos foram aplicados em operações da área rural, sendo que 67% foi direcionado para operações de Pronaf, 32% para operações de investimento e o restante para operações de custeio. Na área empresarial, 83% dos recursos foram para o financiamento das atividades de comércio e serviços, 16% foi para a Indústria e o restante para o financiamento do turismo;
- f) em 2007, 82% dos recursos foram aplicados na atividade rural, sendo 54% em operações de Pronaf, 45% em operações de investimento e o restante em operações de custeio. Na área empresarial, 77% dos recursos foram aplicados em operações da Indústria e 23% para o Comércio e Serviços;
- g) em 2008, 87% dos recursos foram aplicados na área rural, sendo que 48% em operações de Pronaf, 29% em operações de investimento e 23% em operações de custeio. Na área empresarial, 56% em operações comércio e serviços, 40% em operações da indústria e o restante em operações de turismo.

3.4.3.3 MICRORREGIÃO DE ARAGARÇAS

Mapa 10 – Microrregião de Aragarças



Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Microrregião_de_Aragarças>, acesso em 11.10.2009.

A microrregião de Aragarças compõe a mesorregião do Noroeste Goiano, apresenta uma população estimada em 2007 em 53.541 habitantes e está dividida em 7 municípios, com área total de 11.053,846 km².

Os municípios da microrregião Aragarças são: Aragarças, Arenópolis, Baliza, Bom Jardim de Goiás, Diorama, Montes Claros de Goiás, Piranhas.

A Microrregião apresenta uma densidade populacional de 4,8 hab./km², com IDH médio de 0,742 (IBGE/2007).

TABELA – 41 – PIB DA MICRORREGIÃO DE ARAGARÇAS (R\$ MIL)

Anos	Agronegócio	Indústria	Serviços	Adm. Pública	Impostos	PIB
2002	88.226,86	17.655,97	111.236,79	45.391,03	10.371,39	227.491,00
2003	111.173,29	18.296,59	127.420,61	51.089,13	12.766,07	269.656,56
2004	130.493,04	20.900,80	146.897,91	57.551,77	13.537,29	311.829,04
2005	118.606,39	26.522,17	163.240,09	62.554,62	17.103,08	325.471,73
2006	104.646,24	32.130,94	184.424,46	69.591,43	18.502,31	339.703,95
2007	114.308,57	36.136,16	201.376,45	78.027,52	18.363,67	370.184,85

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir de dados contidos no PIB de cada município, disponível na sessão de economia do “site” do IBGE

Valores nominais

Conforme apresentado na tabela 41, os dados do PIB da microrregião, no período de 2002 a 2007, demonstraram um crescimento contínuo do PIB de

aproximadamente 62% no período. Os setores que apresentam crescimento continuado foram a indústria e o setor de serviços. O PIB do agronegócio apresentou uma retração nos anos de 2005 e 2006. Em 2007, esse último retomou a trajetória de crescimento.

TABELA – 42 - Percentual de Distribuição dos Recursos do FCO na Microrregião de Aragarças em Relação ao Total do Estado de Goiás (em % 2002 a 2008)

Microrregião	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
ARAGARÇAS	2,50%	1,77%	3,74%	2,59%	2,17%	1,97%	2,73%

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil S.A.

A tabela 42 revela os percentuais de recursos do FCO destinados à microrregião de Aragarças, em relação às demais. No período avaliado, somente no exercício de 2004 houve um crescimento mais acentuado no volume de recursos.

A participação do Fundo na microrregião é voltada principalmente para o financiamento do Agronegócio. Entretanto, a economia da mesorregião tem maior desenvoltura nas atividades de serviços e na Indústria.

TABELA – 43 – VALORES APLICADOS PELO FCO NA MICRORREGIÃO DE ARAGARÇAS

(R\$ MIL)

Anos	Custeio	Pronaf	Investimento	Agronegócio	Com. e Serviços	Indústria	Turismo	Empresarial	Total da Microrregião	Mesorregião Noroeste Goiano	Total do Estado de Goiás	Total da Região Centro-Oeste
2002	1.485,70	278,68	11.546,09	13.310,48	140,53	143,72	0,00	284,26	13.594,74	47.164,35	542.847,03	1.439.337,12
2003	835,52	454,76	5.028,50	6.318,78	0,00	0,00	0,00	0,00	6.318,78	20.627,16	342.372,77	919.815,25
2004	0,00	12.704,08	8.632,23	21.336,31	20,30	0,00	0,00	20,00	21.356,61	51.260,49	570.788,43	1.172.028,72
2005	229,65	7.912,43	8.730,08	16.872,17	342,45	0,00	57,38	399,84	17.272,01	40.632,52	666.024,09	1.468.080,54
2006	0,00	8.113,89	6.039,26	14.153,16	365,59	139,82	0,00	505,41	14.658,58	61.810,71	676.409,20	1.444.349,90
2007	0,00	8.963,34	9.326,18	18.289,53	401,76	152,20	50,00	603,96	18.893,49	76.170,23	957.124,58	1.973.840,35
2008	9.940,26	14.058,01	14.754,43	38.752,70	1.361,55	107,30	16,04	1.484,89	40.237,60	148.702,51	1.474.988,48	3.469.289,76

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil S.A.

Valores nominais

A tabela 43 revela o montante de recursos do Fundo aplicados na Microrregião, no período de 2002 a 2008:

- a) em 2002, 98% dos recursos foram direcionados à atividade rural, sendo que 87% foram aplicados em operações de investimento, 11% em operações de custeio e o restante em operações de Pronaf. Na área empresarial, 51% foram aplicados em operações relacionadas com atividade industrial e 49% foi aplicado em operações de comércio e serviços;
- b) em 2003, todos os recursos foram aplicados em operações da área rural, sendo que 79% foram direcionados para as operações de investimento, 13% para operações de custeio e o restante em operações do Pronaf;
- c) em 2004, 99,90% dos recursos foram aplicados em operações da área rural, sendo que 60% foram aplicados em operações do Pronaf e 40% em operações de investimento. A pequena parte direcionada para o financiamento da área empresarial foi aplicada em operações de comércio e serviços;
- d) em 2005, 98% dos recursos foram direcionados à atividade rural, sendo 52% em operações de investimento, 47% em operações de Pronaf e o restante em operações de custeio. Na área empresarial, 86% foram aplicados no comércio e serviços e 14% no turismo.
- e) em 2006, 96% dos recursos foram aplicados em operações da área rural, sendo que 57% foram direcionados para operações de Pronaf e 43% para operações de investimento. Na área empresarial, 72% dos recursos foram

para o financiamento das atividades de comércio e serviços e 28% foi para a indústria;

- f) em 2007, 97% dos recursos foram aplicados na atividade rural, sendo 51% em operações de investimento e 49%% em operações de Pronaf. Na área empresarial, 66% dos recursos foram aplicados em operações do comércio e serviços, 25% em operações da indústria e os 8% restantes foram aplicados no turismo;
- g) em 2008, 94% dos recursos foram aplicados na área rural, sendo que 38% em operações de investimento, 36% em operações do Pronaf e 26% em operações de custeio. Na atividade empresarial, 93% foram aplicados em atividades de comércio e serviços, 7% em operações da indústria e o restante no turismo.

3.4.3.4 MICRORREGIÃO DE CATALÃO

Mapa 11 – Microrregião de Catalão



Fonte:

<<http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Especial%3ABusca&search=MICRORREGI%C3%83O+DE+CATAL%C3%83O&fulltext=Pesquisar>>, acesso em 11.10.2009.

A microrregião de Catalão que fica na mesorregião do Sul Goiano e apresenta uma população estimada em 2007 em 133.156 habitantes e está dividida em 11 municípios, com área total de 15.206,842 km².

Os municípios da microrregião de Catalão são: Anhangüera, Campo Alegre de Goiás, Catalão, Corumbaíba, Cumari, Davinópolis, Goiandira, Ipameri, Nova Aurora, Ouvidor e Três Ranchos.

A Microrregião apresenta uma densidade populacional de 8,75hab./km², com IDH médio de 0,796 (IBGE/2007).

TABELA – 44 – PIB DA MICRORREGIÃO DE CATALÃO (R\$ MIL)

Anos	Agronegócio	Indústria	Serviços	Adm. Pública	Impostos	PIB
2002	397.426,18	465.503,92	767.271,95	118.581,58	248.231,98	1.878.434,03
2003	382.163,43	635.924,80	1.011.148,92	137.808,82	487.903,99	2.517.141,14
2004	462.640,67	809.179,60	1.195.688,87	155.836,09	557.059,87	3.024.569,01
2005	354.103,94	984.998,91	1.335.343,07	170.593,65	470.826,67	3.145.272,60
2006	305.199,35	1.044.319,23	1.435.981,04	190.998,67	499.818,60	3.285.318,22
2007	405.482,28	1.325.173,85	1.571.859,74	217.515,00	590.389,74	3.892.905,61

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir de dados contidos no PIB de cada município, disponível na sessão de economia do "site" do IBGE
Valores nominais

Conforme apresentado na tabela 44, os dados do PIB de 2002 a 2007 demonstraram um crescimento no Produto Interno Bruto de aproximadamente 107%, no período, os setores que apresentaram crescimento contínuo foram a indústria e o setor de serviços. O PIB do agronegócio apresentou uma retração contínua no período de 2002 a 2006, à exceção do ano de 2004, que apresentou um crescimento de 16% em relação ao exercício de 2002. Em 2007, o PIB do agronegócio voltou a apresentar um crescimento significativo.

TABELA – 45 – Percentual de Distribuição dos Recursos do FCO na Microrregião de Catalão em Relação ao Total do Estado de Goiás (em % 2002 a 2008)

Microrregião	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
CATALÃO	4,22%	8,20%	4,15%	3,80%	3,18%	2,73%	3,89%

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil S.A.

TABELA – 46 – VALORES APLICADOS PELO FCO NA MICRORREGIÃO DE CATALÃO

(R\$ MIL)

Anos	Custeio	Pronaf	Investimento	Agronegócio	Com. e Serviços	Indústria	Turismo	Empresarial	Total da Microrregião	Mesorregião Sul Goiano	Total do Estado de Goiás	Total da Região Centro- Oeste
2002	957,57	91,68	15.812,77	16.862,02	3.167,66	2.420,80	465,90	6.054,36	22.916,39	276.763,99	542.847,03	1.439.337,12
2003	443,39	97,14	6.736,02	7.276,56	1.490,02	20.459,61	0,00	21.949,64	29.226,20	173.990,90	342.372,77	919.815,25
2004	0,00	3.446,81	9.139,71	12.586,53	814,23	10.042,73	247,73	11.104,71	23.691,24	244.547,77	570.788,43	1.172.028,72
2005	5.018,24	10.659,42	5.971,31	21.648,98	3.282,35	241,71	143,16	3.667,24	25.316,23	303.251,27	666.024,09	1.468.080,54
2006	42,91	9.037,36	7.545,74	16.784,55	2.798,03	1.770,76	150,00	4.718,79	21.503,35	291.709,54	676.409,20	1.444.349,90
2007	0,00	8.397,38	9.410,42	17.807,81	4.077,07	4.083,20	157,76	8.318,04	26.125,85	424.280,48	957.124,58	1.973.840,35
2008	11.932,61	11.199,14	23.733,37	46.865,12	6.942,50	3.112,49	530,53	10.585,53	57.450,66	627.563,47	1.474.988,48	3.469.289,76

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir de dados contidos no PIB de cada município, disponível na sessão de economia do "site" do IBGE
Valores nominais

A tabela 46 revela o montante de recursos do FCO aplicados na microrregião de Catalão, no período de 2002 a 2008, conforme dados abaixo:

- a) em 2002, 74% dos recursos foram direcionados à atividade rural, sendo que 94% foram aplicados em operações de investimento, 6% aplicados em operações de custeio e o restante em operações de Pronaf. Na área empresarial, 52% em operações relacionadas com atividade de comércio e serviços, 40% foi aplicado em operações da indústria e o restante em operações de turismo;
- b) em 2003, 75% dos recursos foram direcionados para atividades empresariais, sendo 93% para a indústria e 7% para as atividades de comércio e serviços. Na área rural, 92% dos recursos foram aplicados em operações de investimento, 6% em operações de custeio e o restante em operações de Pronaf;
- c) em 2004, 53% dos recursos foram aplicados em operações da área rural, sendo que 73% foram aplicados em operações de investimento e 27% em operações de Pronaf. Na área empresarial 90% dos recursos foram aplicados em operações da indústria, 7% em operações do comércio e serviços e 3% em turismo;
- d) em 2005, 85% dos recursos foram direcionados à atividade rural, sendo 49% para operações de Pronaf, 28% para operações de investimento e os 23% restantes são aplicados em operações de custeio. Na área empresarial, 89% foram aplicados no comércio e serviços, 6% em operações da indústria e o restante em operações de turismo.
- e) em 2006, 78% dos recursos foram aplicados em operações da área rural, sendo que 54% foi direcionado para operações de Pronaf, 45% para

operações de investimento e 1% para operações de turismo . Na área empresarial, 59% dos recursos foram para o financiamento das atividades de comércio e serviços, 37% para atividades industriais e 4% foram para o turismo;

- f) em 2007, 68% dos recursos foram aplicados na atividade rural, sendo 53% em operações de investimento e 47%% em operações de Pronaf. Na área empresarial, 49% dos recursos foram aplicados em operações do comércio e serviços, 49% em operações da industria e 2% em turismo;
- g) em 2008, 81% dos recursos foram aplicados na área rural, sendo que 25% em operações de investimento, 24% em operações do Pronaf e 51% em operações de investimento. Na atividade empresarial, 65% foi aplicado em atividades de comércio e serviços, 29% em operações da indústria e 6% em turismo.

3.4.3.5 MICRORREGIÃO DE CERES

Mapa 12 – Microrregião de Ceres



Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Microrregi%C3%A3o_de_Ceres>, acesso em 11.10.2009.

A microrregião de Ceres que fica na mesorregião do Centro Goiano apresenta uma população estimada em 2007 em 215.820 habitantes e está dividida em 22 municípios, com área total de 13.163,014 km².

Os municípios da microrregião de Ceres são: Barro Alto, Carmo do Rio Verde, Ceres, Goianésia, Guaraíta, Guarinos, Hidrolina, Ipiranga de Goiás, Itapaci, Itapuranga, Morro Agudo de Goiás, Nova América, Nova Glória, Pilar de Goiás, Rialma, Rianópolis, Rubiataba, Santa Isabel, Santa Rita do Novo Destino, São Luís do Norte, São Patrício e Uruana.

A microrregião de Ceres apresenta uma densidade populacional de 16,355hab./km², com IDH médio de 0,732 (IBGE/2007).

TABELA – 47 – PIB DA MICRORREGIÃO DE CERES (R\$ MIL)

Anos	Agronegócio	Indústria	Serviços	Adm. Pública	Impostos	PIB
2002	244.969,76	181.763,68	495.383,49	175.793,99	78.454,45	1.000.571,38
2003	324.413,00	179.865,25	562.705,53	195.040,34	98.638,00	1.165.621,78
2004	342.870,20	184.404,46	603.364,75	212.812,60	86.256,91	1.216.896,32
2005	341.493,72	244.970,69	732.031,07	239.255,08	125.730,82	1.444.226,30
2006	325.764,46	308.098,38	849.245,21	272.952,18	153.957,06	1.637.065,10
2007	450.447,16	354.462,15	958.614,46	315.998,21	150.393,06	1.913.916,82

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir de dados contidos no PIB de cada município, disponível na sessão de economia do "site" do IBGE
Valores nominais

Conforme apresentado na tabela 47, os dados do PIB de 2002 a 2007, demonstram um crescimento no PIB de aproximadamente 91%. O setor de serviços apresentou crescimento contínuo e a indústria cresceu muito nos 3 últimos anos. O PIB do agronegócio apresentou uma pequena redução de crescimento em 2005 e 2006.

TABELA – 48 – Percentual de Distribuição dos Recursos do FCO na Microrregião de Ceres em Relação ao Total do Estado de Goiás (em % 2002 a 2008)

Microrregião	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
CERES	3,92%	3,60%	5,66%	5,95%	5,35%	4,85%	4,08%

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil S.A

TABELA – 49 – VALORES APLICADOS PELO FCO NA MICRORREGIÃO DE CERES

(R\$ MIL)

Anos	Custeio	Pronaf	Investimento	Agronegócio	Com. e Serviços	Indústria	Turismo	Empresarial	Total da Microrregião	Mesorregião Centro Goiano	Total do Estado de Goiás	Total da Região Centro- Oeste
2002	1.694,97	646,58	14.968,03	17.309,59	3.078,25	880,19	0,00	3.958,44	21.268,04	148.613,86	542.847,03	1.439.337,12
2003	982,28	2.476,12	5.994,66	9.453,08	872,12	2.523,90	0,00	3.396,02	12.849,10	95.916,13	342.372,77	919.815,25
2004	0,00	18.026,87	9.746,78	27.773,65	3.527,51	941,70	37,69	4.506,91	32.280,57	159.257,94	570.788,43	1.172.028,72
2005	4.865,60	20.437,38	7.292,53	32.595,52	2.297,78	4.678,24	88,82	7.064,84	39.660,37	193.315,33	666.024,09	1.468.080,54
2006	9,31	22.178,29	10.160,64	32.348,25	2.787,76	1.077,16	0,00	3.864,92	36.213,18	229.658,54	676.409,20	1.444.349,90
2007	47,83	24.545,91	13.835,76	38.429,51	6.436,71	1.531,52	68,00	8.036,24	46.465,75	331.281,66	957.124,58	1.973.840,35
2008	9.294,86	25.430,54	17.034,61	51.760,01	5.413,84	2.276,49	784,47	8.474,80	60.234,82	487.162,88	1.474.988,48	3.469.289,76

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil S.A.
Valores nominais

A tabela 49 revela o montante de recursos do FCO aplicados na microrregião de Ceres, no período de 2002 a 2008, pelo Banco do Brasil:

- a) em 2002, 81,39 % dos recursos foram direcionados à atividade rural, sendo que 86,47% foram aplicados em operações de investimento, 9,79% em operações de custeio e 3,74% em operações de Pronaf. Na área empresarial, 77,76% aplicados em operações de comércio e serviços e 22,24% aplicados em operações da indústria;
- b) em 2003, 73,57% dos recursos foram direcionados para a atividade rural, sendo 63,41% para investimento e 26,19% para operações de Pronaf e 10,39% em operações de custeio. Na área empresarial, 74,32% em operações da indústria e 25,68% em operações do comércio e serviços;
- c) em 2004, 86,04% dos recursos foram aplicados em operações da área rural, sendo que 64,91% foram aplicados em operações de Pronaf e 39,09% em operações de Investimento. Na área empresarial, 78,27% dos recursos foram aplicados em operações do comércio e serviços, 20,84% em operações da indústria e 0,84% em turismo;
- d) em 2005, 82,19% dos recursos foram direcionados à atividade rural, sendo 62,70% para operações de Pronaf, 22,37% para operações de investimento e 14,93% em operações de custeio. Na área empresarial, 66,22% foram aplicados na indústria, 32,52% em operações do comércio e serviços e 1,26% em operações de turismo.
- e) em 2006, 89,33% dos recursos foram aplicados em operações da área rural, sendo que 68,56% foram direcionados para operações de Pronaf, 31,41% para operações de investimento e 0,03% para operações de custeio. Na área empresarial, 72,13% dos recursos foram para o

financiamento das atividades de comércio e serviços e 27,87% para atividades industriais;

- f) em 2007, 82,71% dos recursos foram aplicados na atividade rural, sendo 63,87% em operações de Pronaf, 36%% em operações de investimento e 0,12% em operações de custeio. Na área empresarial, 80,10% dos recursos foram aplicados em operações do comércio e serviços, 19,06% em operações da indústria e 0,85% em operações de financiamento do turismo;
- g) em 2008, 85,93% dos recursos foram aplicados na área rural, sendo que 49,13% em operações de Pronaf, 32,91% em operações de investimento e 17,96% em operações de custeio. Na atividade empresarial, 63,88% foram aplicados em atividades de comércio e serviços, 26,86% em operações da indústria e 9,26% em turismo.

3.4.3.6 MICRORREGIÃO DE CHAPADA DOS VEADAIROS

Mapa 13 – Microrregião de Chapada dos Veadeiros



Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Microrregi%C3%A3o_da_Chapada_dos_Veadeiros>, acesso em 11.10.2009.

A microrregião de Chapada dos Veadeiros que está situada na mesorregião do Norte Goiano apresenta uma população estimada em 2007 em 60.267 habitantes e está dividida em 8 municípios, com área total de 21.337,541 km².

Os municípios da microrregião de Chapada dos Veadeiros são: Alto Paraíso de Goiás, Campos Belos, Cavalcante, Colinas do Sul, Monte Alegre de Goiás, Nova Roma, São João d'Aliança e Teresina de Goiás.

A microrregião de Chapada dos Veadeiros apresenta uma densidade populacional de 2,84 hab./km², com IDH médio de 0,682 (IBGE/2007).

TABELA – 50 – PIB DA MICRORREGIÃO DA CHAPADA DOS VEADEIROS (R\$ MIL)

Anos	Agronegócio	Indústria	Serviços	Adm. Pública	Impostos	PIB
2002	49.194,05	36.409,72	100.004,73	51.219,23	11.974,72	197.583,23
2003	48.726,71	151.594,64	104.465,00	52.888,29	11.194,72	315.981,08
2004	52.566,19	165.757,62	115.535,98	56.946,00	10.101,37	343.961,15
2005	57.729,94	160.208,18	137.353,57	67.311,66	12.077,10	367.368,79
2006	57.555,84	149.309,30	155.498,78	75.572,60	13.634,66	375.998,57
2007	90.796,00	201.728,49	191.591,76	93.267,16	17.095,30	501.211,54

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir de dados contidos no PIB de cada município, disponível na sessão de economia do "site" do IBGE
Valores nominais

Conforme apresentado na tabela 50, os dados do PIB de 2002 a 2007 demonstraram um crescimento no Produto Interno Bruto de aproximadamente 154%. O setor de serviços apresentou crescimento contínuo nos anos avaliados e a indústria cresceu mais de 300% do ano de 2002 para 2003, mantendo-se próximo ao patamar atingido nos anos seguintes, com pequenas oscilações. Já o PIB do agronegócio apresentou crescimento de aproximadamente 83%.

TABELA – 51 – Percentual de Distribuição dos Recursos do FCO na Microrregião de Chapada dos Veadeiros em Relação ao Total do Estado de Goiás (%)

Microrregião	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
CHAPADA DOS VEADEIROS	0,83%	1,00%	1,34%	1,86%	1,05%	1,30%	0,91%

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil S.A.

TABELA – 52 – VALORES APLICADOS PELO FCO NA MICRORREGIÃO DA CHAPADA DOS VEADEIROS

(R\$ MIL)

Anos	Custeio	Pronaf	Investimento	Agronegócio	Com. e Serviços	Indústria	Turismo	Empresarial	Total da Microrregião	Mesorregião Norte Goiano	Total do Estado de Goiás	Total da Região Centro- Oeste
2002	401,15	259,95	3.776,92	4.438,02	80,40	0,00	0,00	80,40	4.518,43	26.574,12	542.847,03	1.439.337,12
2003	196,78	147,15	3.230,30	3.574,24	0,00	0,00	0,00	0,00	3.574,24	16.375,47	342.372,77	919.815,25
2004	0,00	1.840,70	5.791,20	7.631,91	4,50	0,00	40,00	44,50	7.676,41	33.008,71	570.788,43	1.172.028,72
2005	500,52	4.410,94	7.476,89	12.388,35	0,00	0,00	0,00	0,00	12.388,35	40.015,37	666.024,09	1.468.080,54
2006	0,00	3.451,61	3.257,72	6.709,34	293,10	45,08	69,89	408,08	7.117,42	38.072,84	676.409,20	1.444.349,90
2007	0,00	3.270,40	8.566,55	11.836,96	428,25	11,97	151,51	591,74	12.428,70	70.246,68	957.124,58	1.973.840,35
2008	1.818,27	3.389,10	5.890,97	11.098,36	1.814,53	27,00	473,28	2.314,81	13.413,17	81.876,48	1.474.988,48	3.469.289,76

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil S.A.

Valores nominais

A tabela 52 revela o montante de recursos do Fundo aplicados na Microrregião, no período de 2002 a 2008:

- a) em 2002, 98,22 % dos recursos foram direcionados à atividade rural, sendo que 85,10% foram aplicados em operações de investimento, 9,04% em operações de custeio e 5,86% em operações de Pronaf. Na área empresarial, todos os recursos foram direcionados para aplicações em operações destinadas ao comércio e serviços;
- b) em 2003, os recursos foram direcionados integralmente para a atividade rural, sendo 90,38% para operações de investimento, 5,51% para operações de custeio e 4,12% para operações de Pronaf;
- c) em 2004, 99,42% dos recursos foram aplicados em operações da área rural, sendo que 75,88% foram aplicados em operações de Investimento e 24,12% em operações de Pronaf. Na área empresarial, 89,89% dos recursos foram aplicados em operações destinadas ao setor de turismo e 10,11%, em operações de financiamento do comércio e serviços;
- d) em 2005, todos os recursos foram direcionados ao financiamento da atividade rural, sendo 60,35% em operações de investimento, 35,61% em operações de Pronaf e 4,04% em operações de custeio;
- e) em 2006, 94,27% dos recursos foram aplicados em operações da área rural, sendo que 51,44% foram aplicados em operações de Pronaf e 48,56% em operações de investimento. Na área empresarial, 71,82% dos recursos foram para o financiamento das atividades de comércio e serviços, 17,13% em operações destinadas ao financiamento do turismo e 11,05%, para atividades industriais;

- f) em 2007, 95,24% dos recursos foram aplicados na atividade rural, sendo 72,37% em operações de investimento e 27,63% em operações de Pronaf. Na área empresarial, 72,37% dos recursos foram aplicados em operações do comércio e serviços, 25,61% em operações de financiamento do turismo e 2,02% em operações de financiamento da indústria;
- g) em 2008, 82,74% dos recursos foram aplicados na atividade rural, sendo que 53,08% em operações de investimento, 30,541% em operações de Pronaf e 16,38% em operações de custeio. Na atividade empresarial, 78,39% foram destinados a financiar as atividades de comércio e serviços, 20,45% em operações da indústria e 1,17% em turismo.

3.4.3.7 MICRORREGIÃO DO ENTORNO DE BRASÍLIA

Mapa 14 – Microrregião do Entorno de Brasília



Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Microrregi%C3%A3o_do_Entorno_do_Distrito_Federal>, acesso em 11.10.2009.

A microrregião do Entorno de Brasília que fica na mesorregião do Leste Goiano apresenta uma população estimada em 2007 em 960.141 habitantes e está dividida em 20 municípios, com área total de 38.131,576 km².

Os municípios da microrregião do Entorno de Brasília são: Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás, Vila Boa e Vila Propício.

A microrregião do Entorno de Brasília apresenta uma densidade populacional de 28,0 hab./km², com IDH médio de 0,742 (IBGE/2007).

TABELA – 53 – PIB NA MICRORREGIÃO DO ENTORNO DE BRASÍLIA (R\$ MIL)

Anos	Agronegócio	Indústria	Serviços	Adm. Pública	Impostos	PIB
2002	635.360,46	482.929,97	1.731.947,90	646.635,58	220.455,52	3.070.693,85
2003	715.533,90	574.440,49	1.832.536,34	696.245,47	282.510,95	3.405.021,68
2004	720.748,95	768.365,79	2.092.982,89	807.330,05	325.054,15	3.907.151,78
2005	679.767,72	861.097,63	2.372.539,37	924.729,24	355.506,55	4.268.911,27
2006	574.310,18	896.823,21	2.717.149,00	1.080.859,59	371.187,61	4.559.469,99
2007	766.727,29	1.119.584,13	3.269.397,45	1.272.434,58	436.499,12	5.592.207,98

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir de dados contidos no PIB de cada município, disponível na sessão de economia do "site" do IBGE
Valores nominais

Conforme apresentado na tabela 53, os dados do PIB de 2002 a 2007 demonstraram um crescimento no PIB de aproximadamente 82%, no período. O setor de serviços apresentou crescimento contínuo nos anos avaliados e a indústria apresentou um crescimento mais expressivo de 2002 para 2003, chegando a aproximadamente 300%. Já o PIB do agronegócio apresentou crescimento de aproximadamente 13% de 2002 a 2004, com pequenas reduções em 2005 e 2006.

TABELA – 54 – Percentual de Distribuição dos Recursos do FCO na Microrregião do Entorno de Brasília em Relação ao Total do Estado de Goiás (em % 2002 a 2008)

Microrregião	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
ENTORNO DE BRASÍLIA	7,03%	11,76%	8,45%	10,88%	6,16%	4,87%	7,95%

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil S.A.

TABELA – 55 – VALORES APLICADOS PELO FCO NA MICRORREGIÃO DO ENTORNO DE BRASÍLIA

(R\$ MIL)

Anos	Custeio	Pronaf	Investimento	Agronegócio	Com. e Serviços	Indústria	Turismo	Empresarial	Total da Microrregião	Mesorregião Leste Goiano	Total do Estado de Goiás	Total da Região Centro- Oeste
2002	454,90	308,74	30.510,97	31.274,61	3.879,91	2.985,53	45,00	6.910,45	38.185,06	43.730,70	542.847,03	1.439.337,12
2003	329,03	80,88	19.746,56	20.156,48	313,01	20.617,87	829,04	21.759,92	41.916,41	49.644,87	342.372,77	919.815,25
2004	0,00	8.044,26	19.819,57	27.863,83	1.297,34	19.051,20	0,00	20.348,55	48.212,39	82.713,50	570.788,43	1.172.028,72
2005	3.833,32	8.846,39	27.627,81	40.307,53	1.834,35	30.030,67	299,35	32.164,37	72.471,91	88.809,58	666.024,09	1.468.080,54
2006	385,39	11.104,51	18.347,02	29.836,94	3.719,73	7.871,12	252,59	11.843,45	41.680,40	55.157,55	676.409,20	1.444.349,90
2007	157,00	12.208,89	23.063,37	35.429,27	8.482,37	2.331,21	385,30	11.198,89	46.628,16	55.145,51	957.124,58	1.973.840,35
2008	53.339,49	12.080,44	31.618,31	97.038,26	15.544,13	2.260,86	2.431,40	20.236,41	117.274,67	129.683,13	1.474.988,48	3.469.289,76

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil S.A.
Valores nominais

A tabela 55 revela o montante de recursos do FCO aplicados na microrregião do Entorno de Brasília, no período de 2002 a 2008, pelo Banco do Brasil:

- a) em 2002, 81,90 % dos recursos foram direcionados à atividade rural, sendo que 97,56% foram aplicados em operações de investimento, 1,45% em operações de custeio e 0,99% em operações de Pronaf. Na área empresarial, 56,15% dos recursos foram aplicados em operações de financiamento do comércio e serviços, 43,20% em operações da indústria e 0,65% em operações de turismo;
- b) em 2003, 51,91% os recursos foram direcionados ao financiamento da atividade empresarial, sendo que 94,75% foram para a indústria, 3,81% para o turismo e 1,44% para o comércio e serviços. Na área rural, 97,97% dos recursos foram para o financiamento do investimento, 1,63% para as operações de custeio e 0,40% para as operações de Pronaf.;
- c) em 2004, 57,79% dos recursos foram aplicados em operações da área rural, sendo que 71,13% foram aplicados em operações de Investimento e 28,87% em operações de Pronaf. Na área empresarial, 93,62% dos recursos foram aplicados em operações destinadas à indústria e 6,38% em operações de financiamento do comércio e serviços;
- d) em 2005, 55,62% dos recursos foram aplicados em operações rurais, sendo que 68,54% em operações de investimento, 21,95% em operações de Pronaf e 9,51% em operações de custeio. Na área empresarial, 93,37% dos recursos foram aplicados em operações da indústria, 5,70% em operações de financiamento do comércio e serviços e 0,93% em operações de financiamento do turismo;

- e) em 2006, 71,59% dos recursos foram aplicados em operações da área rural, sendo que 61,49% foram aplicados em operações de Investimento, 37,22% para operações de Pronaf e 1,29% em operações de custeio. Na área empresarial, 66,46% dos recursos foram em financiamento da indústria, 31,41% em operações destinadas ao comércio e serviços e 2,13% em financiamento do turismo;
- f) em 2007, 75,98% dos recursos foram aplicados na atividade rural, sendo 65,10% em operações de investimento, 34,46% em operações de Pronaf e 0,44% em operações de custeio. Na área empresarial, 75,74% dos recursos foram aplicados em operações do comércio e serviços, 20,82% em operações de financiamento da indústria e 3,44% em operações de turismo;
- g) em 2008, 82,74% dos recursos foram aplicados na atividade rural, sendo que 54,97% em operações de custeio, 32,58% em operações de investimento e 12,45% em operações de Pronaf. Na atividade empresarial, 76,81% foram destinados a financiar as atividades de comércio e serviços, 12,02% em operações de turismo e 11,17% na indústria.

3.4.3.8 MICRORREGIÃO DE GOIÂNIA

Mapa 15 – Microrregião de Goiânia



Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Microrregi%C3%A3o_de_Goi%C3%A2nia>, acesso em 11.10.2009.

A microrregião de Goiânia apresenta uma população estimada em 2007 em 2.032.305 habitantes e está dividida em 17 municípios, com área total de 6.824,791 km² e está vinculada à mesorregião de Centro Goiano.

Os municípios da microrregião de Goiânia são: Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Bonfinópolis, Caldazinha, Goianápolis, Goiânia, Goianira, Guapo, Hidrolândia, Leopoldo de Bulhões, Nerópolis, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo, Terezópolis de Goiás e Trindade.

A microrregião de Goiânia apresenta a maior densidade populacional do Estado com 294,0 hab./km², com IDH médio de 0,802 (IBGE/2007).

TABELA – 56 – PIB DA MICRORREGIÃO DE GOIANIA (R\$ MIL)

Anos	Agronegócio	Indústria	Serviços	Adm. Pública	Impostos	PIB
2002	186.699,15	2.432.832,99	9.036.017,92	1.462.223,13	2.153.779,13	13.809.329,18
2003	210.864,60	2.235.909,09	10.114.593,48	1.626.830,18	2.494.474,28	15.055.841,44
2004	234.126,41	2.868.740,57	11.464.075,87	1.960.008,74	2.508.908,88	17.075.851,73
2005	174.964,18	3.222.421,30	12.511.635,03	2.194.925,63	2.804.226,87	18.713.247,38
2006	184.879,72	3.759.138,71	14.803.978,19	2.527.982,69	3.333.693,48	22.081.690,10
2007	205.996,46	4.139.505,49	16.879.810,12	2.893.388,19	3.565.376,37	24.790.688,43

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir de dados contidos no PIB de cada município, disponível na sessão de economia do "site" do IBGE

Valores nominais

Conforme apresentado na tabela 56, os dados do PIB de 2002 a 2007, demonstraram um crescimento no PIB de 79%. O setor de serviços apresentou crescimento contínuo nos anos avaliados e a indústria só apresentou uma pequena queda no exercício de 2003. Já o PIB do agronegócio apresentou crescimento continuado até 2004, sendo que em 2005 apresentou uma queda, com retomada de crescimento a partir de 2006.

TABELA – 57 – Percentual de Distribuição dos Recursos do FCO na Microrregião de Goiania em Relação ao Total do Estado de Goiás (em % 2002 a 2008)

Microrregião	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
GOIÂNIA	12,76%	17,91%	11,49%	14,09%	11,75%	16,71%	15,12%

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil S.A.

A tabela 57 revela os percentuais de recursos destinados à microrregião de Goiânia, em relação às demais microrregiões do estado. No período avaliado, não houve uma constância no volume de recursos destinados à Microrregião, sendo que o exercício de 2003 foi aquele que apresentou a maior participação da microrregião na distribuição dos recursos do FCO. A média de participação nos recursos distribuídos pelo Fundo no período foi de 14,26%.

TABELA – 58 – VALORES APLICADOS PELO FCO NA MICRORREGIÃO DE GOIANIA

(R\$ MIL)

Anos	Custeio	Pronaf	Investimento	Agronegócio	Com. e Serviços	Indústria	Turismo	Empresarial	Total da Microrregião	Mesorregião Centro Goiano	Total do Estado de Goiás	Total da Região Centro- Oeste
2002	375,94	87,60	11.635,88	12.099,42	26.741,95	30.418,94	0,00	57.160,90	69.260,32	148.613,86	542.847,03	1.439.337,12
2003	82,39	141,09	3.582,13	3.805,62	11.492,37	47.889,79	686,10	60.068,28	63.873,90	95.916,13	342.372,77	919.815,25
2004	0,00	4.686,83	2.925,39	7.612,23	21.492,65	35.721,86	747,69	57.962,20	65.574,44	159.257,94	570.788,43	1.172.028,72
2005	90,00	4.400,11	4.468,94	8.959,10	22.043,60	62.768,93	86,31	84.898,85	93.857,96	193.315,33	666.024,09	1.468.080,54
2006	81,92	6.577,53	4.012,87	10.672,32	30.116,50	37.971,24	705,24	68.793,01	79.465,33	229.658,54	676.409,20	1.444.349,90
2007	0,00	7.334,59	5.138,23	12.472,83	70.178,10	73.458,73	3.870,67	147.507,51	159.980,35	331.281,66	957.124,58	1.973.840,35
2008	3.769,28	10.294,31	8.959,69	23.023,30	84.953,46	105.168,69	9.811,18	199.933,33	222.956,64	487.162,88	1.474.988,48	3.469.289,76

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil S.A.

Valores nominais

A tabela 58 revela o montante de recursos do Fundo aplicados na Microrregião, no período de 2002 a 2008:

- a) em 2002, 82,53% dos recursos foram direcionados à atividade empresarial, sendo que 53,22% foram aplicados em operações da indústria e 46,78% em operações de comércio e serviços. Na área rural, 96,17% dos recursos foram aplicados em operações de investimento, 3,11% em operações de custeio e 0,72% em operações de Pronaf;
- b) em 2003, 94,04% os recursos foram direcionados ao financiamento da atividade empresarial, sendo que 79,73% foram para a indústria, 19,13% para o comércio e serviços e 114% para operações de financiamento ao turismo. Na área rural, 94,13% dos recursos foram para o financiamento do investimento, 3,71% para as operações de custeio e 2,17% para operações de custeio;
- c) em 2004, 88,39% dos recursos foram aplicados em atividades empresariais, sendo que 61,63% dos recursos foram aplicados em operações da indústria, 37,08% em operações de comércio e serviços e 1,29% em operações destinadas ao financiamento do turismo. Na área rural, 61,57% dos recursos foram aplicados em operações de Pronaf e 38,43% em operações de investimento;
- d) em 2005, 90,45% dos recursos foram aplicados em operações da área empresarial, sendo que 73,93% em operações da indústria, 25,96% em operações de comércio e serviços e 0,10% em operações de turismo. Na área rural, 49,88% dos recursos foram aplicados em operações de investimento, 49,11% para operações de Pronaf e 1% em operações de custeio;

- e) em 2006, 86,57% dos recursos foram aplicados em operações da área empresarial, sendo que 55,20% foram aplicados em operações da indústria, 43,78% para operações de comércio e serviços e 1,03% em operações de custeio. Na área rural, 61,63% dos recursos foram para o financiamento do Pronaf, 37,60% em operações de investimento e 0,77% em operações de custeio;
- f) em 2007, 92,20% dos recursos foram aplicados na atividade empresarial, sendo que 49,80% em operações de financiamento da indústria, 47,58% em operações de comércio e serviços e 2,62% em operações de turismo. Na área rural, 58,80% dos recursos foram aplicados em operações do Pronaf e 41,20% em operações de investimento;
- g) em 2008, 89,67% dos recursos foram aplicados na atividade empresarial, sendo que 42,49% em operações de comércio e serviços, 52,60% em operações da indústria e 4,91% em operações de turismo. Na atividade rural, 44,71% foram destinados a financiar as operações Pronaf, 38,92% foi direcionado ao financiamento das operações de investimento e 16,37% para as operações de custeio.

3.4.3.9 MICRORREGIÃO DE IPORÁ

Mapa 16 – Microrregião do Iporá



Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Microrregi%C3%A3o_de_Ipor%C3%A1>, acesso em 11.10.2009.

A microrregião de Iporá apresenta uma população estimada em 2007 em 58.845 habitantes e está dividida em 10 (dez) municípios, com área total de 7.072,353 km² e está vinculada à mesorregião de Centro Goiano.

Os municípios da microrregião de Iporá são: Amarinópolis, Cachoeira de Goiás, Córrego do Ouro, Fazenda Nova, Iporá, Israelândia, Ivolândia, Jaupaci, Moiporá e Novo Brasil

A microrregião apresenta uma densidade populacional de 8,8 hab./km², com IDH médio de 0,755 (IBGE/2007).

Anos	Agronegócio	Indústria	Serviços	Adm. Pública	Impostos	PIB
2002	78.441,34	22.823,12	140.189,48	51.981,84	16.679,92	258.133,85
2003	90.756,24	27.444,55	165.604,28	61.835,21	19.812,85	303.617,92
2004	95.169,02	35.683,93	180.504,11	67.704,56	20.201,45	331.558,50
2005	87.920,19	37.677,68	198.749,89	74.060,13	22.559,69	346.907,45
2006	84.837,45	43.090,60	223.794,43	82.471,89	24.021,35	375.743,82
2007	103.900,81	49.869,35	238.448,33	86.101,46	25.196,24	417.414,73

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir de dados contidos no PIB de cada município, disponível na sessão de economia do “site” do IBGE
Valores nominais

Conforme apresentado na tabela 59, os dados do PIB de 2002 a 2007 demonstram um crescimento no PIB de 61%. Os setores da indústria e dos serviços apresentaram crescimento continuado de 118% e 70% respectivamente. Já o PIB do agronegócio apresentou crescimento contínuo até 2004, em 2005 e 2006 os dados demonstram redução no PIB, com retomada de crescimento em 2007.

TABELA – 60 – Percentual de Distribuição dos Recursos do FCO na Microrregião de Iporá em Relação ao Total do Estado de Goiás (em % 2002 a 2008)

Microrregião	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
IPORÁ	1,84%	0,71%	1,87%	2,04%	2,56%	2,12%	2,08%

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil S.A.

A tabela 60 revela os percentuais de recursos destinados à microrregião de Iporá, em relação às demais microrregiões do estado. No período avaliado, não houve uma constância no volume de recursos destinados, sendo que a média do período ficou em 1,89% dos recursos do Fundo direcionados à microrregião.

TABELA – 61 – VALORES APLICADOS PELO FCO NA MICRORREGIÃO DE IPORÁ

(R\$ MIL)

Anos	Custeio	Pronaf	Investimento	Agronegócio	Com. e Serviços	Indústria	Turismo	Empresarial	Total da Microrregião	Mesorregião Centro Goiano	Total do Estado de Goiás	Total da Região Centro- Oeste
2002	1.272,05	141,21	7.967,01	9.380,28	335,89	0,00	280,00	615,89	9.996,18	148.613,86	542.847,03	1.439.337,12
2003	476,75	193,61	1.847,29	2.517,74	0,00	0,00	0,00	0,00	2.517,74	95.916,13	342.372,77	919.815,25
2004	0,00	5.444,61	4.699,46	10.144,07	348,17	184,72	0,00	532,90	10.676,98	159.257,94	570.788,43	1.172.028,72
2005	673,43	5.927,92	6.123,21	12.724,57	827,32	39,00	0,00	867,02	13.591,60	193.315,33	666.024,09	1.468.080,54
2006	85,12	8.624,99	4.650,23	13.375,12	178,98	54,89	0,00	233,88	13.609,01	229.658,54	676.409,20	1.444.349,90
2007	147,68	11.688,90	7.191,34	19.027,93	1.247,69	49,89	0,00	1.297,58	20.325,51	331.281,66	957.124,58	1.973.840,35
2008	3.322,32	13.866,04	11.386,46	28.574,84	452,76	1.680,70	40,00	2.173,47	30.748,31	487.162,88	1.474.988,48	3.469.289,76

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil S.A.
Valores nominais

A tabela 61 revela o montante de recursos do Fundo aplicados na Microrregião, no período de 2002 a 2008:

- a) em 2002, 93,84% dos recursos foram direcionados à atividade rural, sendo que 84,93% foram aplicados em operações de investimento, 13,56% em operações de custeio e 1,51% em operações de Pronaf. Na área empresarial, 54,54% dos recursos foram para o financiamento das atividades de comércio e serviços e 45,46% dos recursos foram para financiar o turismo;
- b) em 2003, os recursos foram direcionados integralmente para a atividade rural, sendo 73,37% para operações de investimento, 18,94% em operações de custeio e 7,69% para operações de Pronaf;
- c) em 2004, 95,01% dos recursos foram aplicados em operações da área rural, sendo que 53,67% foram aplicados em operações de Pronaf e 46,33% em operações de investimento. Na área empresarial, 65,34% dos recursos foram aplicados em operações destinadas ao setor do comércio e serviços e 34,66% em operações de financiamento da indústria;
- d) em 2005, 93,62% em operações da área rural, sendo 48,12% para operações de investimento, 46,59% para operações de Pronaf e 5,29% em operações de custeio. Na área empresarial, 95,42% dos recursos foram aplicados no comércio e serviços e 4,58% na indústria;
- e) em 2006, 98,28% dos recursos foram aplicados em operações da área rural, sendo que 64,49% foram aplicados em operações de Pronaf, 34,77% em operações de investimento e 0,64% para operações de custeio. Na área empresarial, 76,53% dos recursos foram para o

financiamento das atividades de comércio e serviços e 23,47% em operações destinadas ao financiamento de atividades industriais;

- f) em 2007, 93,62% dos recursos foram aplicados na atividade rural, sendo 61,43% em operações de Pronaf, 37,79% em operações de investimento e 0,78%% em operações de custeio. Na área empresarial, 96,15% dos recursos foram aplicados em operações do comércio e serviços e 3,58% em operações de financiamento da indústria;
- g) em 2008, 92,93% dos recursos foram aplicados na atividade rural, sendo que 48,53% em operações de Pronaf, 39,85% em operações de investimento e 11,63% em operações de custeio. Na atividade empresarial, 77,33% foram destinados ao financiamento da indústria, 20,83% em operações do comércio e serviços e 1,84% em turismo.

3.4.3.10 MICRORREGIÃO DE MEIA PONTE

Mapa 17 – Microrregião de Meia Ponte



Fonte:

<<http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Especial%3ABusca&search=MICRORREGI%C3%83O+DE+MEIA+PONTE+&fulltext=Pesquisa>>, acesso em 11.10.2009.

A microrregião de Meia Ponte apresenta uma população estimada em 2007 em 338.147 habitantes e está dividida em 21 municípios, com área total de 21.165,557 km² e está vinculada à mesorregião de Sul Goiano.

Os municípios da microrregião de Meia Ponte são: Água Limpa, Aloândia, Bom Jesus de Goiás, Buriti Alegre, Cachoeira Dourada, Caldas Novas, Cromínia, Goiatuba, Inaciolândia, Itumbiara, Joviânia, Mairipotaba, Marzagão, Morrinhos, Panamá Piracanjuba, Pontalina, Porteirão, Professor Jamil, Rio Quente e Vicentinópolis.

A microrregião apresenta uma densidade populacional de 16,5 hab./km², com IDH médio de 0,786 (IBGE/2007).

TABELA – 62 – PIB DA MICRORREGIÃO DE MEIA PONTE (R\$ MIL)

Anos	Agronegócio	Indústria	Serviços	Adm. Pública	Impostos	PIB
2002	639.052,55	833.578,73	1.232.756,21	314.534,30	299.233,59	3.004.621,07
2003	821.303,66	1.058.629,27	1.488.081,04	359.777,00	393.351,16	3.761.365,14
2004	808.151,47	1.256.715,57	1.642.207,19	391.926,99	357.213,67	4.064.287,89
2005	663.731,10	1.225.785,54	1.760.402,11	434.147,12	370.796,91	4.020.715,66
2006	602.856,51	1.343.789,94	2.122.717,60	484.915,37	405.985,39	4.475.349,44
2007	759.849,23	1.367.843,38	2.249.721,75	542.281,40	415.624,60	4.793.038,96

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir de dados contidos no PIB de cada município, disponível na sessão de economia do "site" do IBGE
Valores nominais

Conforme apresentado na tabela 62, os dados do PIB de 2002 a 2007, demonstraram um crescimento no PIB de 59%, no período. O PIB do setor de serviços apresentou um crescimento contínuo no período e a atividade industrial apresentou crescimento com pequena redução no exercício de 2005. Já o PIB do agronegócio apresentou retração em 2005 e 2006, com retomada de crescimento em 2007.

TABELA – 63 – Percentual de Distribuição dos Recursos do FCO na Microrregião de Meia Ponte em Relação ao Total do Estado de Goiás (em % 2002 a 2008)

Microrregião	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
MEIA PONTE	14,14%	13,26%	4,54%	7,77%	8,53%	7,23%	7,98%

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil S.A.

TABELA – 64 – VALORES APLICADOS PELO FCO NA MICRORREGIÃO DE MEIA PONTE

(R\$ MIL)

Anos	Custeio	Pronaf	Investimento	Agronegócio	Com. e Serviços	Indústria	Turismo	Empresarial	Total da Microrregião	Mesorregião Sul Goiano	Total do Estado de Goiás	Total da Região Centro- Oeste
2002	1.429,99	610,71	32.706,23	34.746,94	8.528,89	33.449,07	30,64	42.008,61	76.755,65	276.763,99	542.847,03	1.439.337,12
2003	426,72	167,50	14.999,56	15.593,80	1.294,35	16.165,46	54,85	17.514,66	33.108,46	173.990,90	342.372,77	919.815,25
2004	0,00	6.051,83	16.409,62	22.461,45	1.941,87	1.458,56	68,10	3.468,54	25.930,01	244.547,77	570.788,43	1.172.028,72
2005	9.596,58	5.650,49	14.082,59	29.329,67	5.599,50	16.773,83	52,80	22.426,14	51.755,81	303.251,27	666.024,09	1.468.080,54
2006	145,98	10.636,80	30.427,99	41.400,65	4.041,67	11.785,78	470,73	16.298,19	57.698,84	291.709,54	676.409,20	1.444.349,90
2007	0,00	10.707,66	37.887,31	48.594,97	8.582,93	8.889,84	3.157,87	20.630,65	69.225,63	424.280,48	957.124,58	1.973.840,35
2008	36.945,04	21.132,16	33.525,68	91.602,89	16.675,03	4.676,66	4.703,94	26.055,62	117.658,52	627.563,47	1.474.988,48	3.469.289,76

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil S.A.

Valores nominais

A tabela 64 revela o montante de recursos do FCO aplicados na microrregião de Meia Ponte, no período de 2002 a 2008, pelo Banco do Brasil:

- a) em 2002, 54,73% dos recursos foram direcionados à atividade empresarial, sendo que 79,62% foram aplicados em operações da indústria, 20,30% em operações de comércio e serviços e 0,07% em operações de turismo. Na área rural, 94,13% dos recursos foram para o financiamento das operações de investimento, 4,12% foram para operações de custeio e 1,76% dos recursos foram para financiar operações de Pronaf;
- b) em 2003, 52,09% dos recursos foram direcionados à atividade empresarial, sendo que 92,30% foram aplicados em operações da indústria, 7,39% em operações de comércio e serviços e 0,31% em operações de turismo. Na área rural, 96,19% dos recursos foram para o financiamento das operações de investimento, 2,74% foram para operações de custeio e 1,07% dos recursos foram para financiar operações de Pronaf;
- c) em 2004, 86,62% dos recursos foram aplicados em operações da área rural, sendo que 73,06% foram aplicados em operações de investimento e 26,94% em operações de Pronaf. Na área empresarial, 55,99% dos recursos foram aplicados em operações destinadas ao setor de comércio e serviços, 42,05% em operações da indústria e 1,96% em operações de financiamento do turismo;
- d) em 2005, 56,67% em operações da área rural, sendo 48,01% para operações de investimento, 19,27% para operações de Pronaf e 32,72% em operações de custeio. Na área empresarial, 74,80% dos recursos foram aplicados na indústria, 24,97% em operações do comércio e serviços e 0,24% no turismo;

- e) em 2006, 71,75% dos recursos foram aplicados em operações da área rural, sendo que 73,50% foram aplicados em operações de investimento, 25,69% em operações de Pronaf e 0,35% para operações de custeio. Na área empresarial, 72,31% dos recursos foram para o financiamento das atividades da indústria, 24,80% para o financiamento do comércio e serviços e 2,89% em operações destinadas ao financiamento do turismo;
- f) em 2007, 70,20% dos recursos foram aplicados na atividade rural, sendo 77,97% em operações de investimento e 22,03% em operações de Pronaf. Na área empresarial, 43,09% dos recursos foram aplicados em operações da indústria, 41,60% em operações do comércio e serviços e 15,31% em operações de financiamento do turismo;
- g) em 2008, 77,85% dos recursos foram aplicados na atividade rural, sendo que 40,33% em operações de custeio, 36,60% em operações de investimento e 23,07% em operações de Pronaf. Na atividade empresarial, 64,00% foram destinados ao financiamento do comércio e serviços, 17,95% para o financiamento da indústria e 18,05% em turismo.

3.4.3.11 MICRORREGIÃO DE PIRES DO RIO

Mapa 18 – Microrregião de Pires do Rio



Fonte:

<<http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Especial%3ABusca&search=MMICRORREGI%C3%83O+DE+PIRES+DO+RIO&fulltext=Pesquisar>>, acesso em 11.10.2009.

A microrregião de Pires do Rio está vinculada à mesorregião de Sul Goiano, apresenta uma população estimada em 2007 em 90.327 habitantes e está dividida em 10 municípios, com área total de 9.418,370 km².

Os municípios da microrregião de Pires do Rio são: Cristianópolis, Gameleira de Goiás, Orizona, Palmelo, Pires do Rio, Santa Cruz de Goiás, São Miguel do Passa Quatro, Silvânia, Urutaí e Vianópolis.

A microrregião de Pires do Rio apresenta uma densidade populacional de 10,0 hab./km², com IDH médio de 0,755 (IBGE/2007).

TABELA – 65 – PIB NA MICRORREGIÃO DE PIRES DO RIO (R\$ MIL)

Anos	Agronegócio	Indústria	Serviços	Adm. Pública	Impostos	PIB
2002	292.709,95	85.755,68	260.577,00	79.072,99	48.281,79	687.324,42
2003	263.256,45	106.105,99	315.151,32	92.919,97	66.567,45	751.081,21
2004	255.319,08	114.906,72	339.302,87	100.184,35	61.015,73	770.544,40
2005	243.245,90	111.999,37	370.299,57	112.853,73	62.516,28	788.061,13
2006	184.172,03	120.606,38	417.783,73	126.940,95	67.816,59	790.378,73
2007	257.982,74	137.244,76	443.846,39	138.762,14	70.549,10	909.622,99

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir de dados contidos no PIB de cada município, disponível na sessão de economia do "site" do IBGE
Valores nominais

Conforme apresentado na tabela 65 acima, os dados do PIB de 2002 a 2007, demonstram um crescimento no PIB de 32%, no período. O PIB do setor de serviços apresentou um crescimento continuado, chegando a 70% nesse período. O PIB da indústria apresentou crescimento de 61% no período, com uma pequena redução em 2005 em relação ao exercício anterior. Já o PIB do agronegócio apresentou redução em todos os anos até 2006. Em 2007 passou a apresentar um crescimento e se aproximar dos valores apurados em 2002.

TABELA – 66 – Percentual de Distribuição dos Recursos do FCO na Microrregião de Pires do Rio em Relação ao Total do Estado de Goiás (em % 2002 a 2008)

Microrregião	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
PIRES DO RIO	3,27%	2,27%	4,43%	3,73%	2,80%	2,34%	4,82%

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil S.A.

A tabela 66 revela os percentuais de recursos destinados à microrregião de Pires do Rio, em relação às demais do estado. No período avaliado, não houve uma constância no volume de recursos destinados, apresentando uma média de 3,38% dos recursos do Fundo direcionados à Microrregião.

TABELA – 67 – VALORES APLICADOS PELO FCO NA MICRORREGIÃO DE PIRES DO RIO

(R\$ MIL)

Anos	Custeio	Pronaf	Investimento	Agronegócio	Com. e Serviços	Indústria	Turismo	Empresarial	Total da Microrregião	Mesorregião Sul Goiano	Total do Estado de Goiás	Total da Região Centro- Oeste
2002	961,62	936,14	14.683,36	16.581,13	574,67	606,17	0,00	1.180,85	17.761,99	276.763,99	542.847,03	1.439.337,12
2003	246,74	1.027,44	6.691,75	7.965,93	121,43	0,00	0,00	121,43	8.087,37	173.990,90	342.372,77	919.815,25
2004	0,00	12.923,50	11.904,44	24.827,95	324,50	137,18	0,00	461,68	25.289,64	244.547,77	570.788,43	1.172.028,72
2005	6.584,28	10.436,19	6.890,31	23.910,78	649,36	164,40	100,00	913,76	24.824,55	303.251,27	666.024,09	1.468.080,54
2006	150,64	13.215,05	5.136,32	18.502,02	317,01	136,52	0,00	453,52	18.955,55	291.709,54	676.409,20	1.444.349,90
2007	0,00	13.640,96	6.499,48	20.140,45	1.106,62	1.085,87	100,00	2.292,49	22.432,94	424.280,48	957.124,58	1.973.840,35
2008	34.860,77	18.977,13	10.679,27	64.517,17	5.558,24	971,26	20,00	6.549,50	71.066,68	627.563,47	1.474.988,48	3.469.289,76

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil S.A.
Valores nominais

A tabela 67 revela o montante de recursos do FCO aplicados na microrregião de Pires do Rio, no período de 2002 a 2008, pelo Banco do Brasil:

- a) em 2002, 93,35% dos recursos foram direcionados à atividade rural, sendo que 88,55% foram aplicados em operações de investimento, 5,80% em operações de custeio e 5,65% em operações de Pronaf. Na área empresarial, 51,33% dos recursos foram para o financiamento das atividades da indústria e 48,67% dos recursos foram para financiar o comércio e serviços;
- b) em 2003, 98,50% dos recursos foram para a atividade rural, sendo que 84% para operações de investimento, 12,90% em operações de Pronaf e 3,10% para operações de custeio. Na área empresarial, os recursos foram integralmente aplicados no comércio e serviços;
- c) em 2004, 98,17% dos recursos foram aplicados em operações da área rural, sendo que 52,05% foram aplicados em operações de Pronaf e 47,95% em operações de investimento. Na área empresarial, 70,29% dos recursos foram aplicados em operações destinadas ao setor de comércio e serviços e 29,71% em operações de financiamento da indústria;
- d) em 2005, 96,32% em operações da área rural, sendo 43,65% para operações de Pronaf, 28,82% para operações de Investimento e 27,54% em operações de custeio. Na área empresarial, 71,06% dos recursos foram aplicados no comércio e serviços, 17,99% aplicados na indústria e 10,94% no turismo;
- e) em 2006, 97,61% dos recursos foram aplicados em operações da área rural, sendo que 71,42% foram aplicados em operações de Pronaf, 27,76% em operações de investimento e 0,81% para operações de

custeio. Na área empresarial, 69,90% dos recursos foram para o financiamento das atividades de comércio e serviços e 30,10% em operações destinadas ao financiamento de atividades industriais;

- f) em 2007, 89,78% dos recursos foram aplicados na atividade rural, sendo 67,73% em operações de Pronaf e 32,27% em operações de investimento. Na área empresarial, 48,27% dos recursos foram aplicados em operações do comércio e serviços, 47,37% em operações de financiamento da indústria e 4,36% em operações de financiamento do turismo;
- g) em 2008, 90,78% dos recursos foram aplicados na atividade rural, sendo que 54,03% em operações de custeio, 29,41% em operações de Pronaf e 16,55% em operações de investimento. Na atividade empresarial, 84,87% dos recursos foram destinados ao financiamento do comércio e serviços, 14,83% em operações da indústria e 0,31% em operações de financiamento do turismo.

3.4.3.12 MICRORREGIÃO DE PORANGATU

Mapa 19 – Microrregião de Porangatu



Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Microrregi%C3%A3o_de_Porangatu>, acesso em 11.10.2009.

A microrregião de Porangatu está vinculada à mesorregião de Norte Goiano, apresenta uma população estimada em 2007 em 220.794 habitantes e está dividida em 19 municípios, com área total de 35.171,853 km².

Os municípios da microrregião Porangatu são: Alto Horizonte, Amaralina, Bonópolis, Campinaçu, Campinorte, Campos Verdes, Estrela do Norte, Formoso, Mara Rosa, Minaçu, Montividiu do Norte, Mutunópolis, Niquelândia, Nova Iguaçu de Goiás, Porangatu, Santa Tereza de Goiás, Santa Terezinha de Goiás, Trombas e Uruaçu

A microrregião de Porangatu apresenta uma densidade populacional de 6,15 hab./km², com IDH médio de 0,738 (IBGE/2007).

TABELA – 68 – PIB DA MICRORREGIÃO DE PORANGATU (R\$ MIL)

Anos	Agronegócio	Indústria	Serviços	Adm. Pública	Impostos	PIB
2002	201.741,99	518.678,37	522.239,46	195.220,46	117.837,82	1.360.497,64
2003	287.372,31	544.798,98	600.599,67	215.591,38	143.856,66	1.576.627,62
2004	308.931,17	655.225,00	668.175,49	235.707,97	161.246,64	1.793.578,30
2005	285.118,72	710.304,77	764.920,16	268.782,39	176.245,29	1.936.588,94
2006	269.140,04	845.263,30	893.821,18	292.434,93	202.438,26	2.210.662,78
2007	276.774,83	1.226.721,60	1.057.118,50	339.609,99	296.041,51	2.856.656,44

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir de dados contidos no PIB de cada município, disponível na sessão de economia do "site" do IBGE
Valores nominais

Conforme apresentado na tabela 68, os dados do PIB de 2002 a 2007, demonstraram um crescimento de 110%, no período. O PIB dos setores de serviços e da indústria apresentaram um crescimento continuado, chegando a 102% e 136%, respectivamente. O PIB do agronegócio apresentou crescimento de 2002 a 2004, na ordem de 53%, passando a reduzir nos anos de 2005 e 2006, com retomada de crescimento em 2007.

TABELA – 69 – Percentual de Distribuição dos Recursos do FCO na Microrregião de Porangatu em Relação ao Total do Estado de Goiás (em % 2002 a 2008)

Microrregião	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
PORANGATU	4,06%	3,59%	4,44%	4,15%	4,58%	6,04%	4,64%

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil S.A.

TABELA – 70 – VALORES APLICADOS PELO FCO NA MICRORREGIÃO DE PORANGATU

(R\$ MIL)

Anos	Custeio	Pronaf	Investimento	Agronegócio	Com. e Serviços	Indústria	Turismo	Empresarial	Total da Microrregião	Mesorregião Norte Goiano	Total do Estado de Goiás	Total da Região Centro-Oeste
2002	2.778,04	588,62	16.738,75	20.105,42	1.825,14	125,11	0,00	1.950,26	22.055,68	26.574,12	542.847,03	1.439.337,12
2003	1.234,47	2.532,32	7.992,38	11.759,18	953,87	88,16	0,00	1.042,03	12.801,22	16.375,47	342.372,77	919.815,25
2004	0,00	11.376,68	11.644,86	23.021,55	2.075,48	145,28	89,98	2.310,75	25.332,30	33.008,71	570.788,43	1.172.028,72
2005	1.543,31	12.250,53	10.808,87	24.602,72	2.370,72	606,49	47,07	3.024,29	27.627,01	40.015,37	666.024,09	1.468.080,54
2006	111,01	19.885,73	8.713,66	28.710,40	2.149,03	49,60	46,36	2.245,01	30.955,41	38.072,84	676.409,20	1.444.349,90
2007	202,50	15.585,11	14.824,61	30.612,22	2.139,48	24.751,99	314,26	27.205,75	57.817,98	70.246,68	957.124,58	1.973.840,35
2008	17.628,49	14.793,95	33.054,94	65.477,39	2.484,71	411,19	90,00	2.985,91	68.463,30	81.876,48	1.474.988,48	3.469.289,76

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil S.A.

Valores nominais

A tabela 70 revela o montante de recursos do FCO aplicados na microrregião Porangatu, no período de 2002 a 2008, pelo Banco do Brasil:

- a) em 2002, 91,16% dos recursos foram direcionados à atividade rural, sendo que 83,25% foram aplicados em operações de investimento, 13,82% em operações de custeio e 2,93% em operações de Pronaf. Na área empresarial, 93,58% dos recursos foram para o financiamento do comércio e serviços e 6,42% dos recursos foram para financiar o comércio e serviços;
- b) em 2003, 91,86% dos recursos foram para a atividade rural, sendo que 67,97% para operações de investimento, 21,53% em operações de Pronaf e 10,50% para operações de custeio. Na área empresarial, 91,54% foi aplicado em operações do comércio e serviços e 8,46 em operações da indústria;
- c) em 2004, 90,88% dos recursos foram aplicados em operações da área rural, sendo que 50,58% foram aplicados em operações de investimento e 49,42% em operações do Pronaf. Na área empresarial, 89,82% dos recursos foram aplicados em operações destinadas ao setor de comércio e serviços, 6,29% em operações de financiamento da indústria e 3,89% em operações de financiamento do turismo;
- d) em 2005, 89,05% em operações da área rural, sendo 49,79% para operações de Pronaf, 43,93% para operações de Investimento e 6,27% em operações de custeio. Na área empresarial, 78,39% dos recursos foram aplicados no comércio e serviços, 20,05% foi aplicado na indústria e 1,56% em turismo;

- e) em 2006, 92,75% dos recursos foram aplicados em operações da área rural, sendo que 69,26% foram aplicados em operações de Pronaf, 30,35% em operações de investimento e 0,39% para operações de custeio. Na área empresarial, 95,73% dos recursos foram para o financiamento das atividades de comércio e serviços, 2,21% em operações destinadas ao financiamento de atividades industriais e 2,07% em operações de financiamento do turismo;
- f) em 2007, 52,95% dos recursos foram aplicados na atividade rural, sendo 50,91% em operações de Pronaf, 48,43% em operações de investimento e 0,66% em operações de custeio. Na área empresarial, 90,98% dos recursos foram aplicados em operações da indústria, 7,86% em operações de comércio e serviços e 1,16% em operações de financiamento do turismo;
- g) em 2008, 95,64% dos recursos foram aplicados na atividade rural, sendo que 50,48% em operações de investimento, 26,92% em operações de custeio e 22,59% em operações de Pronaf. Na atividade empresarial, 83,21% dos recursos foram destinados ao financiamento do comércio e serviços, 13,77% em operações da indústria e 3,01% em operações de financiamento do turismo.

3.4.3.13 MICRORREGIÃO DE QUIRINÓPOLIS

Mapa 20 – Microrregião de Quirinópolis



Fonte:

<http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Especial%3ABusca&search=MICRORREGI%C3%83O+DE+QUIRIN%C3%93POLIS&ulltext=Pesquisar>>, acesso em 11.10.2009.

A microrregião de Quirinópolis está vinculada à mesorregião do Sul Goiano, apresenta uma população estimada em 2007 em 95.094 habitantes e está dividida em 09 municípios, com área total de 16.068,103 km².

Os municípios da microrregião de Quirinópolis são: Cachoeira Alta, Caçu, Gouvelândia, Itajá, Itarumã, Lagoa Santa, Paranaiguara, Quirinópolis e São Simão.

A Microrregião apresenta uma densidade populacional de 6,03 hab./km², com IDH médio de 0,756 (IBGE/2007).

TABELA – 71 – PIB DA MICRORREGIÃO DE QUIRINÓPOLIS (R\$ MIL)

Anos	Agronegócio	Indústria	Serviços	Adm. Pública	Impostos	PIB
2002	240.117,43	839.869,26	296.351,21	93.074,03	53.339,50	1.429.677,40
2003	246.078,49	859.339,09	346.409,90	108.299,80	66.772,35	1.518.599,84
2004	239.579,40	1.037.729,30	372.640,41	118.450,11	66.067,02	1.716.016,12
2005	201.199,72	885.898,87	385.720,11	130.403,69	57.244,96	1.530.063,66
2006	200.505,46	915.294,57	440.788,54	144.320,41	62.145,91	1.618.734,48
2007	227.649,55	1.111.527,00	501.513,50	156.848,40	78.233,12	1.918.923,18

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir de dados contidos no PIB de cada município, disponível na sessão de economia do "site" do IBGE
Valores nominais

Conforme apresentado na tabela 71, os dados do PIB de 2002 a 2007 evidenciaram um crescimento de 34%. O PIB dos setores de serviços e da indústria apresentaram um crescimento consistente. Na indústria houve um pico de crescimento em 2004 e retorna ao patamar um pouco acima dos percentuais apurados nos anos anteriores. O PIB do agronegócio apresentou crescimento em 2003 e, a partir de 2004, passou a recuar a cada ano, ficando 17% abaixo no ano de 2006, em relação ao exercício de 2002. Em 2007, observa-se que o PIB do agronegócio voltou a apresentar crescimento.

TABELA – 72 – Percentual de Distribuição dos Recursos do FCO na Microrregião de Quirinópolis em Relação ao Total do Estado de Goiás (em % 2002 a 2008)

Microrregião	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
QUIRINÓPOLIS	5,15%	3,65%	2,25%	1,65%	2,88%	4,60%	3,20%

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil S.A.

A tabela 72 revela os percentuais de recursos destinados à microrregião de Quirinópolis, em relação às demais microrregiões do estado. No período avaliado, verifica-se uma redução considerável a partir de 2003 e somente em 2007 o percentual de participação voltou a ficar próximo da participação ocorrida em 2002. A média de participação da Microrregião nos recursos do Fundo nesse período foi de 3,34%.

TABELA – 73 – VALORES APLICADOS PELO FCO NA MICRORREGIÃO DE QUIRINÓPOLIS

(R\$ MIL)

Anos	Custeio	Pronaf	Investimento	Agronegócio	Com. e Serviços	Indústria	Turismo	Empresarial	Total da Microrregião	Mesorregião Sul Goiano	Total do Estado de Goiás	Total da Região Centro- Oeste
2002	2.696,54	238,40	22.685,84	25.620,78	2.138,17	198,34	0,00	2.336,52	27.957,30	276.763,99	542.847,03	1.439.337,12
2003	717,48	302,93	11.780,05	12.800,47	57,63	150,30	0,00	207,93	13.008,41	173.990,90	342.372,77	919.815,25
2004	0,00	3.735,53	7.869,79	11.605,33	990,54	243,04	0,00	1.233,58	12.838,92	244.547,77	570.788,43	1.172.028,72
2005	1.243,76	3.750,26	4.714,57	9.708,60	1.192,73	72,47	15,71	1.280,92	10.989,52	303.251,27	666.024,09	1.468.080,54
2006	0,00	4.753,11	13.952,70	18.714,82	721,69	43,20	0,00	764,89	19.479,72	291.709,54	676.409,20	1.444.349,90
2007	450,00	5.919,79	22.557,15	28.926,95	2.838,28	10.437,12	1.861,34	15.136,75	44.063,70	424.280,48	957.124,58	1.973.840,35
2008	11.246,02	6.502,32	19.156,53	36.904,88	5.704,49	3.610,41	1.039,99	10.354,90	47.259,79	627.563,47	1.474.988,48	3.469.289,76

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil S.A.

Valores nominais

A tabela 73 revela o montante de recursos do FCO aplicados na microrregião de Quirinópolis, no período de 2002 a 2008, pelo Banco do Brasil:

- a) em 2002, 91,64% dos recursos foram direcionados à atividade rural, sendo que 88,54% foram aplicados em operações de investimento, 10,52% em operações de custeio e 0,93% em operações de Pronaf. Na área empresarial, 91,51% dos recursos foram para o financiamento das atividades de comércio e serviços e 8,49% dos recursos foram para a indústria;
- b) em 2003, 98,40% dos recursos foram para a atividade rural, sendo que 92,03% para operações de investimento, 5,61% em operações de custeio e 2,37% para operações de Pronaf. Na área empresarial, 72,28% dos recursos foram para a indústria e 27,72% para o financiamento do comércio e serviços;
- c) em 2004, 90,39% dos recursos foram aplicados em operações da área rural, sendo que 67,81% foram aplicados em operações de investimento e 32,19% em operações de Pronaf. Na área empresarial, 80,30% dos recursos foram aplicados em operações destinadas ao setor de comércio e serviços e 19,70% em operações de financiamento da indústria;
- d) em 2005, 88,34% em operações da área rural, sendo 48,56% para operações de investimento, 38,63% para operações de Pronaf e 12,81% em operações de custeio. Na área empresarial, 93,12% dos recursos foram aplicados no comércio e serviços, 5,66% aplicados na indústria e 1,23% no turismo;
- e) em 2006, 96,07% dos recursos foram aplicados em operações da área rural, sendo que 74,55% foram aplicados em operações de investimento e

25,40% em operações de Pronaf. Na área empresarial, 94,35% dos recursos foram para o financiamento das atividades de comércio e serviços e 5,65% em operações destinadas ao financiamento de atividades industriais;

f) em 2007, 65,65% dos recursos foram aplicados na atividade rural, sendo 77,98% em operações de investimento, 20,46% em operações de Pronaf e 1,56% em operações de custeio. Na área empresarial, 68,95% dos recursos foram aplicados em operações da indústria, 18,75% em operações de financiamento do comércio e serviços e 12,30% em operações de financiamento do turismo;

g) em 2008, 78,09% dos recursos foram aplicados na atividade rural, sendo que 51,91% em operações de investimento, 17,62% em operações de Pronaf e 30,47% em operações de custeio. Na atividade empresarial, 55,09% dos recursos foram destinados ao financiamento do comércio e serviços, 34,87% em operações da indústria e 10,04% em operações de financiamento do turismo.

3.4.3.14 MICRORREGIÃO DE RIO VERMELHO

Mapa 21 – Microrregião de Rio Vermelho



Fonte <http://pt.wikipedia.org/wiki/Microrregi%C3%A3o_do_rio_vermelho>, acesso em 11.10.2009.

A microrregião de Rio Vermelho está vinculada à mesorregião de Noroeste Goiano, apresenta uma população estimada em 2007 em 86.362 habitantes e está dividida em 09 (nove) municípios, com área total de 20.205,983 km².

Os municípios da microrregião são: Araguapaz, Aruanã, Britânia, Faina, Goiás, Itapirapuã, Jussara, Matrinchã e Santa Fé de Goiás.

A Microrregião apresenta uma densidade populacional de 4,6hab./km², com IDH médio de 0,726 (IBGE/2007).

TABELA – 74 – PIB DA MICRORREGIÃO DO RIO VERMELHO (R\$ MIL)

Anos	Agronegócio	Indústria	Serviços	Adm. Pública	Impostos	PIB
2002	170.182,05	70.054,97	216.827,12	79.025,82	28.900,92	485.965,06
2003	204.177,79	93.741,29	250.747,78	86.105,42	38.814,54	587.481,40
2004	218.852,22	87.921,27	265.253,57	90.993,33	35.666,84	607.693,90
2005	200.669,68	116.997,22	298.302,93	101.286,46	42.734,09	658.703,91
2006	201.084,70	120.602,98	340.182,48	114.363,46	44.232,30	706.102,46
2007	223.170,10	114.039,29	364.264,01	125.730,91	44.362,71	745.836,11

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir de dados contidos no PIB de cada município, disponível na sessão de economia do “site” do IBGE
Valores nominais

Conforme apresentado na tabela 74, os dados do PIB, de 2002 a 2007, revelaram um crescimento de 53%. O PIB do setor de serviços apresentou um crescimento contínuo, chegando a 68%. O PIB da indústria cresceu no período 62%, com pequena retração apenas em 2004. O PIB do agronegócio apresentou crescimento até 2004, com redução nos anos de 2005 e 2006, voltando a apresentar crescimento em 2007, configurando uma taxa de crescimento no período de 31%.

TABELA – 75 – Percentual de Distribuição dos Recursos do FCO na Microrregião de Rio Vermelho em Relação ao Total do Estado de Goiás (em % 2002 a 2008)

Microrregião	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
RIO VERMELHO	2,32%	1,45%	2,89%	1,78%	2,64%	3,12%	3,72%

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil S.A.

TABELA – 76 – VALORES APLICADOS PELO FCO NA MICRORREGIÃO DE RIO VERMELHO

(R\$ MIL)

Anos	Custeio	Pronaf	Investimento	Agronegócio	Com. e Serviços	Indústria	Turismo	Empresarial	Total da Microrregião	Mesorregião Noroeste Goiano	Total do Estado de Goiás	Total da Região Centro- Oeste
2002	2.472,65	182,09	9.502,36	12.157,11	328,42	34,75	77,73	440,91	12.598,03	47.164,35	542.847,03	1.439.337,12
2003	1.100,62	443,71	3.436,20	4.980,55	36,97	140,39	0,00	177,36	5.157,91	20.627,16	342.372,77	919.815,25
2004	0,00	6.967,46	8.254,89	15.222,36	1.162,23	93,22	0,00	1.255,46	16.477,82	51.260,49	570.788,43	1.172.028,72
2005	14,74	5.326,85	5.518,48	10.860,08	982,70	29,59	0,00	1.012,29	11.872,38	40.632,52	666.024,09	1.468.080,54
2006	14,78	5.584,09	10.392,08	15.990,96	1.666,62	0,00	195,00	1.861,62	17.852,59	61.810,71	676.409,20	1.444.349,90
2007	823,04	10.408,71	15.890,99	27.122,75	1.951,35	817,01	0,00	2.768,35	29.891,10	76.170,23	957.124,58	1.973.840,35
2008	9.692,85	13.381,30	26.658,54	49.732,71	4.253,71	287,21	565,45	5.106,37	54.839,09	148.702,51	1.474.988,48	3.469.289,76

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil S.A.
Valores nominais

A tabela 76 revela o montante de recursos do FCO aplicados na microrregião do Rio Vermelho, no período de 2002 a 2008, pelo Banco do Brasil:

- a) em 2002, 96,50% dos recursos foram direcionados à atividade rural, sendo que 78,16% foram aplicados em operações de investimento, 20,34% em operações de custeio e 1,50% em operações de Pronaf. Na área empresarial, 74,49% dos recursos foram para o financiamento das atividades de comércio e serviços, 7,88% foram para o financiamento da indústria e 17,63% dos recursos foram para o turismo;
- b) em 2003, 96,56% dos recursos foram para a atividade rural, sendo que 68,99% para operações de investimento, 22,10% em operações de custeio e 8,91% para operações de Pronaf. Na área empresarial, 79,15% dos recursos foram para a indústria e 20,85% para o financiamento do comércio e serviços;
- c) em 2004, 92,38% dos recursos foram aplicados em operações da área rural, sendo que 54,23% foram aplicados em operações de investimento e 45,77% em operações de Pronaf. Na área empresarial, 92,57% dos recursos foram aplicados em operações destinadas ao setor de comércio e serviços e 7,43% em operações de financiamento da indústria;
- d) em 2005, 91,47% em operações da área rural, sendo 50,81% para operações de investimento, 49,05% para operações de Pronaf e 0,14% em operações de custeio. Na área empresarial, 97,08% dos recursos foram aplicados no comércio e serviços e 2,92% aplicados na indústria;
- e) em 2006, 89,57% dos recursos foram aplicados em operações da área rural, sendo que 64,99% foram aplicados em operações de investimento, 34,92% em operações de Pronaf e 0,09% em operações de custeio. Na

área empresarial, 89,53% dos recursos foram para o financiamento das atividades de comércio e serviços e 10,47% em operações destinadas ao financiamento de turismo;

- f) em 2007, 90,74% dos recursos foram aplicados na atividade rural, sendo 58,59% em operações de investimento, 38,38% em operações de Pronaf e 3,03% em operações de custeio. Na área empresarial, 70,49% dos recursos foram aplicados em operações de financiamento do comércio e serviços e 29,51% em operações de financiamento da indústria;
- g) em 2008, 90,69% dos recursos foram aplicados na atividade rural, sendo que 53,60% em operações de investimento, 26,91% em operações de Pronaf e 19,49% em operações de custeio. Na atividade empresarial, 83,30% dos recursos foram destinados ao financiamento do comércio, 11,07% destinam-se ao financiamento do turismo e serviços e 5,62% em operações de financiamento da indústria.

3.4.3.15 MICRORREGIÃO SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA

Mapa 22 – Microrregião de São Miguel do Araguaia



Fonte:

<<http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Especial%3ABusca&search=MICRORREGI%C3%83O+S%C3%83O+MIGUEL+DO+ARAGUAIA&fulltext=Pesquisar>>, acesso em 11.10.2009

A microrregião de São Miguel do Araguaia está vinculada à mesorregião de Noroeste Goiano, apresenta uma população estimada em 2006 em 76.625 habitantes e está dividida em 07 (sete) municípios, com área total de 24.381,371 km².

Os municípios da microrregião de São Miguel do Araguaia são: Crixás, Mozarlândia, Mundo Novo, Nova Crixás, Novo Planalto, São Miguel do Araguaia e Uirapuru.

A microrregião de São Miguel do Araguaia apresenta uma densidade populacional de 3,1hab./km², com IDH médio de 0,715 (IBGE/2007).

TABELA – 77 – PIB NA MICRORREGIÃO DE SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA (R\$ MIL)

Anos	Agronegócio	Indústria	Serviços	Adm. Pública	Impostos	PIB
2002	146.707,56	106.912,80	180.641,55	64.811,67	32.349,51	466.611,42
2003	178.942,67	116.824,21	209.833,50	73.741,77	39.855,60	545.455,97
2004	186.621,93	157.317,93	235.689,78	81.509,16	44.317,40	623.947,03
2005	188.626,48	184.406,75	268.774,96	93.490,48	52.152,29	693.960,48
2006	177.967,66	249.320,29	315.858,80	103.411,98	60.394,61	803.541,36
2007	202.909,77	256.141,28	349.230,82	119.950,63	64.157,89	872.439,76

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir de dados contidos no PIB de cada município, disponível na sessão de economia do "site" do IBGE
Valores nominais

Os dados do PIB de 2002 a 2007, apresentados na tabela 77, demonstraram um crescimento no PIB de 87%. O PIB dos setores de serviços e da indústria revelaram um crescimento contínuo, ficando em 93% e 141%, respectivamente. O PIB do agronegócio apresentou crescimento até 2005 e uma pequena queda em 2006, voltando a apresentar uma trajetória de crescimento.

TABELA – 78 – Percentual de Distribuição dos Recursos do FCO na Microrregião de São Miguel do Araguaia em Relação ao Total do Estado de Goiás (em % 2002 a 2008)

Microrregião	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA	3,86%	2,57%	2,35%	1,72%	4,33%	2,86%	3,64%

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil S.A.

A tabela 78 revela os percentuais de recursos destinados à microrregião de São Miguel do Araguaia, em relação às demais. No período avaliado, a média de distribuição de recursos à microrregião ficou em 3,05%.

TABELA – 79 – VALORES APLICADOS PELO FCO NA MICRORREGIÃO DE SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA

(R\$ MIL)

Anos	Custeio	Pronaf	Investimento	Agronegócio	Com. e Serviços	Indústria	Turismo	Empresarial	Total da Microrregião	Mesorregião Noroeste Goiano	Total do Estado de Goiás	Total da Região Centro- Oeste
2002	3.107,21	962,57	16.437,81	20.507,60	463,97	0,00	0,00	463,97	20.971,57	47.164,35	542.847,03	1.439.337,12
2003	1.173,27	378,66	7.472,82	9.024,77	125,68	0,00	0,00	125,68	9.150,46	20.627,16	342.372,77	919.815,25
2004	0,00	5.041,05	7.887,66	12.928,72	212,89	284,43	0,00	497,32	13.426,05	51.260,49	570.788,43	1.172.028,72
2005	161,87	5.130,51	5.686,17	10.978,57	441,55	48,00	20,00	509,55	11.488,13	40.632,52	666.024,09	1.468.080,54
2006	0,00	6.672,50	19.728,61	26.401,12	2.872,42	26,00	0,00	2.898,44	29.299,54	61.810,71	676.409,20	1.444.349,90
2007	2.046,01	6.338,68	16.414,15	24.798,84	1.924,82	228,88	433,07	2.586,77	27.385,62	76.170,23	957.124,58	1.973.840,35
2008	9.630,35	10.066,89	30.637,57	50.334,81	1.818,26	1.091,68	381,03	3.290,99	53.625,81	148.702,51	1.474.988,48	3.469.289,76

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil S.A.

Valores nominais

A tabela 79 revela o montante de recursos do FCO aplicados na microrregião de São Miguel do Araguaia, no período de 2002 a 2008, pelo Banco do Brasil:

- a) em 2002, 97,79% dos recursos foram direcionados à atividade rural, sendo que 80,15% foram aplicados em operações de investimento, 15,15% em operações de custeio e 4,69% em operações de Pronaf. Na área empresarial, todos os recursos foram aplicados no financiamento das atividades de comércio e serviços;
- b) em 2003, 98,63% dos recursos foram para a atividade rural, sendo que 82,80% para operações de investimento, 13% em operações de custeio e 4,20% para operações de Pronaf. Na área empresarial, todos os recursos foram aplicados no financiamento das atividades de comércio e serviços;
- c) em 2004, 96,30% dos recursos foram aplicados em operações da área rural, sendo que 61,01% foram aplicados em operações de investimento e 38,99% em operações de Pronaf. Na área empresarial, 42,81% dos recursos foram aplicados em operações destinadas ao setor de comércio e serviços e 57,19% em operações de financiamento da indústria;
- d) em 2005, 95,56% em operações da área rural, sendo 51,79% para operações de investimento, 46,73% para operações de Pronaf e 1,47% em operações de custeio. Na área empresarial, 86,66% dos recursos foram aplicados no comércio e serviços;
- e) em 2006, 90,11% dos recursos foram aplicados em operações da área rural, sendo que 74,73% foram aplicados em operações de investimento e 25,27% em operações de Pronaf. Na área empresarial, 99,10% dos recursos foram para o financiamento das atividades de comércio e

serviços e 0,90% em operações destinadas ao financiamento de atividades industriais;

- f) em 2007, 90,55% dos recursos foram aplicados na atividade rural, sendo 66,19% em operações de investimento, 25,56% em operações de Pronaf e 8,25% em operações de custeio. Na área empresarial, 74,41% dos recursos foram aplicados em operações do comércio e serviços;
- g) em 2008, 93,86% dos recursos foram aplicados na atividade rural, sendo que 60,87% em operações de investimento, 20% em operações de Pronaf e 19,13% em operações de custeio. Na atividade empresarial, 55,25% dos recursos foram destinados ao financiamento do comércio e serviços, 33,17% em operações da indústria e 11,58% em operações de financiamento do turismo.

3.4.3.16 MICRORREGIÃO SUDOESTE DE GOIÁS

Mapa 23 – Microrregião de Sudoeste de Goiás



Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Microrregi%C3%A3o_do_Sudoeste_de_Goi%C3%A1s>, acesso e 11.10.2009.

A microrregião de Sudoeste de Goiás está vinculada à mesorregião de Sul Goiano, apresenta uma população estimada, em 2007, em 397.387 habitantes, e está dividida em 18 municípios, com área total de 56.111,526 km².

Os municípios da microrregião do Sudoeste de Goiás são: Aparecida do Rio Doce, Aporé, Caiapônia, Castelândia, Chapadão do Céu, Doverlândia, Jataí, Maurilândia, Mineiros, Montividiu, Palestina de Goiás, Perolândia, Portelândia, Rio Verde, Santa Helena de Goiás, Santa Rita do Araguaia, Santo Antônio da Barra e Serranópolis.

A microrregião do Sudoeste de Goiás apresenta uma densidade populacional de 6,89hab./km², com IDH médio de 0,783 (IBGE/2007).

TABELA – 80 – VALORES APLICADOS PELO FCO NA MICRORREGIÃO DE SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA (R\$ MIL)

Anos	Agronegócio	Indústria	Serviços	Adm. Pública	Impostos	PIB
2002	1.912.246,97	788.629,05	1.659.817,97	331.919,67	359.568,53	4.720.262,53
2003	1.800.752,34	907.134,50	1.987.728,66	387.574,43	452.510,74	5.148.126,24
2004	1.977.505,34	1.097.963,14	2.201.764,70	445.263,80	461.175,05	5.738.408,23
2005	1.309.166,19	1.308.606,88	2.363.606,53	510.247,08	464.494,31	5.445.873,91
2006	912.268,26	1.532.576,98	2.654.580,66	570.849,06	482.027,69	5.581.453,59
2007	1.261.757,31	1.721.097,13	3.032.037,45	666.702,63	552.147,55	6.567.039,43

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir de dados contidos no PIB de cada município, disponível na sessão de economia do "site" do IBGE
Valores nominais

Conforme apresentado na tabela 80, os dados do PIB, de 2002 a 2007, demonstraram um crescimento de 39%, no período. O PIB dos setores de serviços e da indústria apresentaram um crescimento continuado, correspondendo a 82% e 118%, respectivamente.

O PIB do agronegócio apresentou queda no período. Se observado o comportamento dos números em relação ao ano de 2002, somente no ano de 2004 os valores apurados foram superiores, com redução mais acentuada em 2006 e retomada de crescimento em 2007.

TABELA – 81 – Percentual de Distribuição dos Recursos do FCO na Microrregião de Sudoeste de Goiás em Relação ao Total do Estado de Goiás (em % 2002 a 2008)

Microrregião	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
SUDOESTE DE GOIÁS	19,76%	17,79%	23,09%	24,07%	21,86%	20,15%	17,64%

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil S.A.

TABELA – 82 – VALORES APLICADOS PELO FCO NA MICRORREGIÃO DE SUDOESTE DE GOIÁS

(R\$ MIL)

Anos	Custeio	Pronaf	Investimento	Agronegócio	Com. e Serviços	Indústria	Turismo	Empresarial	Total da Microrregião	Mesorregião Sul Goiano	Total do Estado de Goiás	Total da Região Centro- Oeste
2002	3.718,03	438,92	93.828,99	97.985,95	5.823,43	3.462,41	0,00	9.285,84	107.271,79	276.763,99	542.847,03	1.439.337,12
2003	1.799,62	2.908,60	54.581,43	59.289,65	1.732,72	2.248,90	163,42	4.145,05	63.434,71	173.990,90	342.372,77	919.815,25
2004	0,00	17.228,49	43.292,29	60.520,78	7.139,82	33.524,96	30.594,87	71.259,66	131.780,45	244.547,77	570.788,43	1.172.028,72
2005	40.929,18	14.562,35	84.503,60	139.995,14	8.495,69	11.480,39	358,11	20.334,20	160.329,34	303.251,27	666.024,09	1.468.080,54
2006	599,66	18.995,23	111.299,07	130.893,97	8.985,32	7.746,25	224,49	16.956,06	147.850,04	291.709,54	676.409,20	1.444.349,90
2007	2.138,02	18.684,22	117.452,21	138.274,46	28.022,63	23.925,21	2.602,07	54.549,93	192.824,40	424.280,48	957.124,58	1.973.840,35
2008	41.799,63	23.501,47	141.277,17	206.578,28	25.776,55	24.915,13	2.915,98	53.607,67	260.185,96	627.563,47	1.474.988,48	3.469.289,76

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil S.A.
Valores nominais

A tabela 82 revela o montante de recursos do FCO aplicados na microrregião de Sudoeste de Goiás, no período de 2002 a 2008, pelo Banco do Brasil:

- a) em 2002, 91,34% dos recursos foram direcionados à atividade rural, sendo que 95,76% foram aplicados em operações de investimento, 3,79% em operações de custeio e 0,45% em operações de Pronaf. Na área empresarial, 62,71% dos recursos foram para o financiamento das atividades de comércio e serviços e 37,29% dos recursos foram para a indústria;
- b) em 2003, 93,47% dos recursos foram para a atividade rural, sendo que 92,06% para operações de investimento, 4,91% em operações de Pronaf e 3,04% para operações de custeio. Na área empresarial, 54,26% dos recursos foram para a indústria, 41,80% para o financiamento do comércio e serviços e 3,94% para o financiamento do turismo;
- c) em 2004, 54,07% dos recursos foram aplicados em operações da área empresarial, sendo que 47,05% em operações da indústria, 42,93% em operações de financiamento do turismo e 10,02% em operações de comércio e serviços. Na área rural, 71,53% foram aplicados em operações de investimento e 28,47% em operações de Pronaf;
- d) em 2005, 87,32% em operações da área rural, sendo 60,36% para operações de investimento, 29,24% para operações de custeio e 10,40% em operações de Pronaf. Na área empresarial, 56,46% dos recursos foram aplicados na indústria, 41,78% aplicados no comércio e serviços e 1,76% no turismo;
- e) em 2006, 88,53% dos recursos foram aplicados em operações da área rural, sendo que 85,03% foram aplicados em operações de investimento,

14,51% em operações de Pronaf e 0,46% em operações de custeio. Na área empresarial, 52,99% dos recursos foram para o financiamento das atividades de comércio e serviços, 45,68% em operações destinadas ao financiamento de atividades industriais e 1,32% foram aplicados no turismo;

- f) em 2007, 71,71% dos recursos foram aplicados na atividade rural, sendo 84,94% em operações de investimento, 13,51% em operações de Pronaf e 1,55% em operações de custeio. Na área empresarial, 51,37% dos recursos foram aplicados em operações do comércio e serviços, 43,86% em operações de financiamento da indústria e 4,77% em operações de financiamento do turismo;
- g) em 2008, 79,40% dos recursos foram aplicados na atividade rural, sendo que 68,39% em operações de investimento, 20,23% em operações de custeio e 11,38% em operações de Pronaf. Na atividade empresarial, 48,08% dos recursos foram destinados ao financiamento do comércio e serviços, 46,48% em operações da indústria e 5,44% em operações de financiamento do turismo.

3.4.3.17 MICRORREGIÃO VALE DO RIO DOS BOIS

Mapa 24 – Microrregião do Vale do Rio dos Bois



Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Microrregião_do_Vale_do_Rio_dos_Bois>, acesso em 11.10.2009.

A microrregião do Vale do Rio dos Bois está vinculada à mesorregião de Sul Goiano, apresenta uma população estimada em 2007 em 107.317 habitantes e está dividida em 13 municípios, com área total de 13.608,603 km².

Os municípios da microrregião do Vale do Rio dos Bois são: Acreúna, Campestre de Goiás, Cezarina, Edealina, Edéia, Indiara, Jandaia, Palmeiras de Goiás, Palminópolis, Paraúna, São João da Paraúna, Turvelândia e Varjão.

A microrregião do Vale do Rio dos Bois apresenta uma densidade populacional de 8,0hab./km², com IDH médio de 0,748 (IBGE/2007).

TABELA – 83 – PIB NA MICRORREGIÃO DO VALE DO RIO DOS BOIS (R\$ MIL)

Anos	Agronegócio	Indústria	Serviços	Adm. Pública	Impostos	PIB
2002	452.217,39	153.802,45	323.636,78	94.299,04	80.763,42	1.010.420,03
2003	557.871,38	176.301,04	395.299,04	111.337,02	94.267,42	1.223.738,88
2004	592.695,97	216.361,25	463.592,33	124.310,84	97.641,86	1.370.291,40
2005	458.281,78	268.340,29	487.443,45	142.202,71	121.346,78	1.335.412,30
2006	343.260,33	365.492,04	534.015,54	160.011,23	127.481,95	1.370.249,86
2007	351.172,77	430.700,01	559.480,30	170.858,21	129.722,56	1.471.075,65

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir de dados contidos no PIB de cada município, disponível na sessão de economia do "site" do IBGE
Valores nominais

A tabela 83, com os dados do PIB de 2002 a 2007, revela um crescimento de 45%. O PIB dos setores de serviços e da indústria apresentaram um crescimento contínuo, ficando em 73% e 181%, respectivamente. O PIB do agronegócio apresentou crescimento constante até 2004 e decréscimo a partir de 2005.

TABELA – 84 – Percentual de Distribuição dos Recursos do FCO na Microrregião de Vale do Rio dos Bois em Relação ao Total do Estado de Goiás (em % 2002 a 2008)

Microrregião	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
VALE DO RIO DOS BOIS	4,44%	3,63%	4,38%	4,51%	3,88%	7,27%	5,01%

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil S.A.

A tabela 84 revela os percentuais de recursos destinados à microrregião do Vale do Rio dos Bois, em relação às demais microrregiões do estado. No período avaliado, verificamos que o ano de 2007 foi o que recebeu maior participação de recursos ficando em 7,27% e a média do período foi de 4,73%.

TABELA – 85 – VALORES APLICADOS PELO FCO NA MICRORREGIÃO DO VALE DO RIO DOS BOIS

(R\$ MIL)

Anos	Custeio	Pronaf	Investimento	Agronegócio	Com. e Serviços	Indústria	Turismo	Empresarial	Total da Microrregião	Mesorregião Sul Goiano	Total do Estado de Goiás	Total da Região Centro- Oeste
2002	1.235,65	338,57	20.051,54	21.625,76	948,37	1.526,78	0,00	2.475,16	24.100,93	276.763,99	542.847,03	1.439.337,12
2003	179,66	396,09	11.097,99	11.673,75	174,65	1.095,54	0,00	1.270,19	12.943,95	173.990,90	342.372,77	919.815,25
2004	0,00	9.600,29	14.394,64	23.994,93	1.006,56	16,00	0,00	1.022,56	25.017,50	244.547,77	570.788,43	1.172.028,72
2005	4.625,42	9.433,83	15.065,01	29.124,26	911,54	0,00	0,00	911,53	30.035,79	303.251,27	666.024,09	1.468.080,54
2006	146,13	12.775,01	11.123,02	24.044,15	907,11	1.197,79	72,96	2.177,86	26.222,01	291.709,54	676.409,20	1.444.349,90
2007	0,00	10.808,58	16.368,76	27.177,35	1.541,09	40.689,49	200,00	42.430,58	69.607,93	424.280,48	957.124,58	1.973.840,35
2008	17.464,65	16.707,75	29.023,04	63.195,46	2.735,73	7.570,64	440,00	10.746,37	73.941,83	627.563,47	1.474.988,48	3.469.289,76

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil S.A.

Valores nominais

A tabela 85 revela o montante de recursos do FCO aplicados na microrregião do Vale do Rio dos Bois, no período de 2002 a 2008, pelo Banco do Brasil:

- a) em 2002, 89,73% dos recursos foram direcionados à atividade rural, sendo que 92,72% foram aplicados em operações de investimento, 5,71% em operações de custeio e 1,57% em operações de Pronaf. Na área empresarial, 61,68% dos recursos foram para o financiamento da indústria e 38,32% dos recursos foram para as atividades de comércio e serviços;
- b) em 2003, 90,19% dos recursos foram para a atividade rural, sendo que 95,07% para operações de investimento, 3,39% em operações de Pronaf e 1,54% para operações de custeio. Na área empresarial, 86,25% dos recursos foram para a indústria e 13,75% para o financiamento do comércio e serviços;
- c) em 2004, 95,91% dos recursos foram aplicados em operações da área rural, sendo que 59,99% foram aplicados em operações de investimento e 40,01% em operações de Pronaf. Na área empresarial, 98,44% dos recursos foram aplicados em operações destinadas ao setor de comércio e serviços e 1,56% em operações de financiamento da indústria;
- d) em 2005, 96,97% em operações da área rural, sendo 51,73% para operações de investimento, 32,39% para operações de Pronaf e 15,88% em operações de custeio. Na área empresarial, todos os recursos foram aplicados no comércio e serviços;
- e) em 2006, 91,69% dos recursos foram aplicados em operações da área rural, sendo que 53,13% foram aplicados em operações de Pronaf, 46,26% em operações de investimento e 0,61% em operações de custeio. Na área empresarial, 55% dos recursos foram para o financiamento das

atividades da indústria, 41,65% em operações destinadas ao financiamento de atividades de comércio e serviços;

- f) em 2007, 60,96% dos recursos foram aplicados na área empresarial, sendo 95,90% em operações da indústria, 3,63% em operações de financiamento do comércio e serviços e 0,47% em operações de financiamento do turismo. Na área rural, 60,23% em operações de investimento e 39,77% em operações de Pronaf;
- g) em 2008, 85,47% dos recursos foram aplicados na atividade rural, sendo que 45,93% em operações de investimento, 27,64% em operações de custeio e 26,44% em operações de Pronaf. Na atividade empresarial, 70,45% dos recursos foram destinados ao financiamento da indústria, 25,46% em operações do comércio e serviços e 4,09% em operações de financiamento do turismo.

3.4.3.18 MICRORREGIÃO VÃO DO PARANÁ

Mapa 25 – Microrregião do Vão do Paraná



Fonte <http://pt.wikipedia.org/wiki/Microrregi%C3%A3o_do_V%C3%A3o_do_Paran%C3%A3>, acesso em 11.10.2009.

A microrregião do Vão do Paranã está vinculada à mesorregião de Leste Goiano, apresenta uma população estimada em 2007 em 180.927 habitantes e está dividida em 12 (doze) municípios, com área total de 17.388,823 km².

Os municípios da microrregião do Vale do Paranã são: Alvorada do Norte, Buritinópolis, Damianópolis, Divinópolis de Goiás, Flores de Goiás, Guarani de Goiás, Iaciara, Mambaí, Posse, São Domingos, Simolândia e Sítio d'Abadia.

A microrregião do Vão do Paranã apresenta uma densidade populacional de 5,56hab./km², com IDH médio de 0,673 (IBGE/2007).

TABELA –86 – PIB DA MICRORREGIÃO DO VÃO DO PARANÃ (R\$ MIL)

Anos	Agronegócio	Indústria	Serviços	Adm. Pública	Impostos	PIB
2002	63.049,28	27.970,48	156.712,95	74.978,29	14.505,98	262.238,69
2003	143.566,58	66.875,38	435.200,82	150.148,21	59.003,92	704.646,70
2004	187.559,73	93.504,04	491.608,25	170.668,40	58.972,72	831.644,75
2005	168.020,85	100.836,23	542.004,89	189.798,83	62.070,37	872.932,33
2006	159.511,68	113.128,38	637.248,77	224.342,13	67.691,81	977.580,64
2007	163.392,05	114.621,79	641.906,70	224.782,46	67.920,43	988.840,96

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir de dados contidos no PIB de cada município, disponível na sessão de economia do "site" do IBGE
Valores nominais

Conforme apresentado na tabela 86, os dados do PIB, de 2002 a 2007, demonstram um crescimento de 277%, no período. O PIB dos setores de serviços e da indústria apresentaram um crescimento continuado, correspondente a 310% e 322%, respectivamente. O PIB do agronegócio apresentou crescimento até 2004, de 193%. Nos anos de 2005 e 2006 apresentou redução, voltando a crescer em 2007.

TABELA – 87 – Percentual de Distribuição dos Recursos do FCO na Microrregião de Vão do Paranã em Relação ao Total do Estado de Goiás (em % 2002 a 2008)

Microrregião	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
VÃO DO PARANÃ	1,02%	2,17%	6,04%	2,45%	1,99%	0,89%	0,84%

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil S.A.

TABELA – 88 – VALORES APLICADOS PELO FCO NA MICRORREGIÃO DO VÃO DO PARANÁ

(R\$ MIL)

Anos	Custeio	Pronaf	Investimento	Agronegócio	Com. e Serviços	Indústria	Turismo	Empresarial	Total da Microrregião	Mesorregião Leste Goiano	Total do Estado de Goiás	Total da Região Centro-Oeste
2002	757,05	1.089,45	3.614,95	5.461,45	84,18	0,00	0,00	84,18	5.545,63	43.730,70	542.847,03	1.439.337,12
2003	179,04	1.206,98	5.506,17	6.892,20	0,00	836,25	0,00	836,25	7.728,46	49.644,87	342.372,77	919.815,25
2004	0,00	6.309,25	7.034,82	13.344,07	347,03	20.810,00	0,00	21.157,03	34.501,11	82.713,50	570.788,43	1.172.028,72
2005	0,00	6.650,91	8.663,86	15.314,77	997,89	25,00	0,00	1.022,89	16.337,66	88.809,58	666.024,09	1.468.080,54
2006	0,00	6.523,70	5.946,64	12.470,35	1.006,79	0,00	0,00	1.006,79	13.477,15	55.157,55	676.409,20	1.444.349,90
2007	0,00	3.640,40	3.925,05	7.565,46	914,68	0,00	37,19	951,88	8.517,34	55.145,51	957.124,58	1.973.840,35
2008	2.746,51	2.288,86	6.277,21	11.312,59	995,96	99,90	0,00	1.095,86	12.408,46	129.683,13	1.474.988,48	3.469.289,76

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil S.A.

Valores nominais

A tabela 88 mostra o montante de recursos do FCO aplicados na microrregião do Vão do Paranã, no período de 2002 a 2008, pelo Banco do Brasil:

- a) em 2002, 98,48% dos recursos foram direcionados à atividade rural, sendo que 66,19% foram aplicados em operações de investimento, 19,95% em operações de Pronaf e 13,86% em operações de custeio. Na área empresarial, todos os recursos foram aplicados nas atividades de comércio e serviços;
- b) em 2003, 89,18% dos recursos foram para a atividade rural, sendo que 79,89% para operações de investimento, 2,60% em operações de custeio e 17,51% para operações de Pronaf. Na área empresarial, todos os recursos foram aplicados na indústria;
- c) em 2004, 61,32% dos recursos foram aplicados em operações da área empresarial, sendo que 98,36% foram aplicados na indústria e 1,64% no financiamento do comércio e serviços. Na área rural, 52,72% foram aplicados em operações de investimento e 47,28% em operações de Pronaf;
- d) em 2005, 93,74% em operações da área rural, sendo 56,57% para operações de investimento e 43,43% para operações de Pronaf. Na área empresarial, 97,56% dos recursos foram aplicados no comércio e serviços e 2,44% aplicados na indústria;
- e) em 2006, 92,53% dos recursos foram aplicados em operações da área rural, sendo que 52,31% foram aplicados em operações de Pronaf e 47,69% em operações de investimento. Na área empresarial, todos os recursos foram direcionados para o comércio e serviços;

- f) em 2007, 88,82% dos recursos foram aplicados na atividade rural, sendo 51,88% em operações de investimento e 48,12% em operações de Pronaf. Na área empresarial, 96,09% dos recursos foram aplicados em operações do comércio e serviços e 3,91% em operações de financiamento do turismo;
- g) em 2008, 91,17% dos recursos foram aplicados na atividade rural, sendo que 55,49% em operações de investimento, 20,23% em operações de Pronaf e 24,28% em operações de custeio. Na atividade empresarial, 90,88% dos recursos foram destinados ao financiamento do comércio e serviços e 9,12% em operações de financiamento da indústria.

Os dados coletados acerca das microrregiões de Goiás dá condições ao pesquisador de informar que a economia do estado é alavancada principalmente por atividades empresariais, voltadas para o setor de Serviços e para a Indústria. No entanto, o agronegócio sempre teve um papel relevante no desenvolvimento do estado justificando as políticas adotadas pelo FCO na priorização do segmento para concessão de crédito.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Condições Estabelecidas para Análise

A análise foi realizada com maior ênfase nas informações do Estado de Goiás, consolidadas em suas 5 Mesorregiões. A análise também foi pautada pelos dados gerais da Região Centro-Oeste, avaliando a participação do Fundo no financiamento nos seus 3 Estados e no Distrito Federal.

Foram utilizados os valores aplicados pelo FCO no agronegócio e também o montante de recursos aplicados em outras atividades empresariais.

A fim de estabelecer as comparações necessárias para aferir os impactos dos recursos do Fundo foram utilizados os dados do Produto Interno Bruto do Agronegócio e os valores totais do PIB. As informações foram extraídas dos dados do PIB Nacional, dos dados do PIB dos Estados da Região Centro-Oeste e dos dados do PIB das Mesorregiões de Goiás.

Os dados relativos às microrregiões do Estado de Goiás foram comentados na pesquisa, estabelecendo comparações que permitem aferir a dinâmica de cada uma delas. Entretanto, essas informações não foram objeto de análise conclusiva acerca do desempenho de crescimento dos recursos em relação aos dados do PIB.

4.2 Metodologia utilizada na apuração das taxas de crescimento e testes de média

Na tomada de decisões é útil formular hipóteses ou suposições sobre as populações em jogo. Tais hipóteses, que podem ou não ser verdadeiras, chamam-se

hipóteses estatísticas e, em geral, consistem de afirmações sobre as distribuições de probabilidade das populações (SPIEGEL, 1978).

No caso de teste de médias, o que se deseja é avaliar a(s) média(s) de populações e compará-las ou entre si ou ainda a algum valor pelo qual se deseja verificar a similaridade em sua pesquisa com outras já oficializadas (FONSECA; MARTINS, 1982).

Na maioria das pesquisas o que se estuda não é uma única variável, mas sim diversas variáveis e a cada variável está associada uma população.

Se admitido que determinada hipótese é verdadeira, obtém-se resultados que diferem substancialmente do resultado esperado, sob a hipótese formulada. Os processos que nos permitem decidir aceitar ou rejeitar uma hipótese, ou determinar se amostras observadas diferem significativamente dos resultados esperados, são chamados testes de hipóteses, testes de significância ou regras de decisão (SPIEGEL, 1978).

Aplica-se o método de regressão linear para obter a expressão analítica da relação linear entre as variáveis x e y . Sendo assim, procuramos uma equação da forma que é a equação da reta média. O método consiste em minimizar os desvios (dispersões) em torno da reta média (FONSECA; MARTINS, 1982).

Neste estudo, a comparação entre as médias dos recursos aplicados e o PIB do agronegócio e das regiões com suas respectivas taxas de crescimento foram calculadas para auxiliar a análise das dinâmicas regionais.

Segundo definido por Fonseca; Martins (1982), o procedimento para a realização de testes estatísticos pode ser resumido nos seguintes procedimentos:

a) enunciar as hipóteses H_0 e H_1 , onde:

$$H_0: \mu = \mu_0$$

$$H_1: \mu \neq \mu_0$$

$$H_1: \mu > \mu_0$$

$$H_1: \mu < \mu_0$$

- b) fixar o limite de erro α e identificar a variável do teste;
- c) determinar as RC e RA em função do nível α , pelas tabelas estatísticas;
- d) por meio dos elementos amostrais, avaliar o valor da variável do teste;
- e) concluir pela aceitação ou rejeição de H_0 pela comparação do valor obtido com as regiões críticas e de aceitação fixadas.

Para Spiegel (1978), o teste de Tukey é um dos testes de comparação de média mais utilizados, por ser bastante rigoroso e fácil aplicação e apresenta os seguintes pontos como vantagem:

- Não permite comparar grupos de tratamentos entre si;
- É utilizado para testar toda e qualquer diferença entre duas médias de tratamento;
- É aplicado quando o teste "F" para tratamentos da ANAVA (análise de variância) for significativo.

O teste de Tukey tem como base a DMS (diferença mínima significativa), representada no geral por Δ e calculada da seguinte forma:

$$\Delta(\alpha) = q_{\alpha} \sqrt{QM Re \frac{s}{r}}$$

Onde:

q_{Δ} = é o valor da amplitude estudada, cujo o valor é encontrado em tabelas, em

função do número de tratamentos e do número de grau de liberdade do resíduo, ao nível α de probabilidade (em geral 5%);

s = é a estimativa do desvio padrão residual (erro experimental);

r = número de repetições.

O nível de confiança pode ser representado com a seguinte identificação: ***, ** e * significativo ao nível de confiança de 99%, 95% e 90%, respectivamente.

As taxas com asterísco mostram uma tendência significativa de crescimento. Quando a taxa é sem asterísco significa que não tem uma tendência definida (nem de crescimento, nem de redução).

4.3 Análise dos dados da região Centro-Oeste

4.3.1 Análise da taxa de crescimento na aplicação dos recursos do FCO e na taxa de crescimento do PIB do agronegócio

Os dados indicados no quadro 01, revelam que o volume de recursos destinados ao financiamento do agronegócio na região, no período de 2002 a 2008, cresceram a uma taxa de 6,9%a.a, enquanto que o PIB do agronegócio reduziu 2,67%a.a, no período de 2002 a 2007. Os recursos destinados ao financiamento do agronegócio no Estado de Goiás cresceram 14,7%a.a, de 2002 a 2008, e o PIB do agronegócio reduziu 8%a.a, no período de 2002 a 2007. O financiamento ao Distrito Federal cresceu 28,9% a.a, de 2002 a 2008 e o seu PIB reduziu 8,6%a.a, de 2002 a 2007. O financiamento destinado ao Estado do Mato Grosso apresentou uma taxa negativa de crescimento de 3% a.a, no período de 2002 a 2008 e os seus dados do PIB cresceram 3,5% a.a, de 2002 a 2007. O Estado do Mato Grosso do Sul teve uma taxa de crescimento de 5,4%a.a, de 2002 a 2008, no volume de recursos

destinados pelo FCO ao financiamento do agronegócio, enquanto que o PIB reduziu 5,8%.a.a, no período de 2002 a 2007.

As informações revelam que os recursos do Fundo direcionados ao agronegócio da região Centro-Oeste não são suficientes para influenciar significativamente os seus resultados do PIB.

As divergências de resultado apresentadas entre as aplicações de recursos do Fundo e os resultados do PIB do agronegócio não foram possíveis de serem investigadas a fim de apresentar conclusões decisivas. Entretanto, pode-se perceber que a região já apresenta uma dinâmica de desenvolvimento e os recursos do Fundo não são as únicas fontes de concessão de crédito que viabilizam o desenvolvimento do agronegócio.

Quadro 01 – Taxa de Crescimento na Aplicação dos Recursos do FCO e Taxa de Crescimento do PIB – Agronegócio da Região Centro-Oeste (%)

ESTADOS DA REGIÃO CENTRO-OESTE	Taxa de crescimento dos Recursos do FCO 2002 a 2008 (%a.a)	Taxa de crescimento do PIB 2002 A 2007 (%a.a)
GOIÁS	14,7	-8,0**
DISTRITO FEDERAL	28,9**	-8,6
MATO GROSSO	-3	3,5
MATO GROSSO DO SUL	5,4	-5,8
TOTAL	6,9	-2,67

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados contidos nos relatórios do Banco do Brasil e dados obtidos do "site" do IBGE

À exceção do Estado do Mato Grosso, que apresentou crescimento nas taxas do PIB do agronegócio, as demais Unidades Federativas da região apresentaram redução em seus dados do PIB. Entretanto, a atuação do FCO nessas áreas foi anti-cíclica, pois mesmo com tendência de queda nas taxas de crescimento, houve aumento na aplicação de recursos por parte do Fundo.

4.3.2 Análise da taxa de crescimento na aplicação dos recursos do FCO e na taxa de crescimento do PIB

Os financiamentos concedidos com recursos do FCO destinados a todas as atividades econômicas, conforme indicado no quadro 02, apresentam uma taxa de crescimento de 10,65% a.a de 2002 a 2008, enquanto que a taxa de crescimento do PIB ficou em 5,8% a.a. no período de 2002 a 2007.

Os recursos do Fundo aplicados no Estado de Goiás cresceram a uma taxa de 14,1% a.a. (2002 a 2008) e o seu PIB cresceu a uma taxa de 5,1% a.a. (2002 a 2007). No Distrito Federal, os recursos cresceram a uma taxa de 23,2% a.a. (2002 a 2008) e o PIB local cresceu a uma taxa de 6,1% a.a (2002 a 2007). Os recursos ao Estado do Mato Grosso cresceram a uma taxa de 3% a.a. (2002 a 2008) e o PIB cresceu 6,7% a.a. (2002 a 2007). No Estado do Mato Grosso do Sul, os recursos do FCO cresceram a uma taxa de 12,3% a.a (2002 a 2008) e o PIB cresceu em 5,3% a.a. (2002 a 2007).

A taxa de crescimento da aplicação dos recursos do Fundo realizadas pelo Banco do Brasil, no período de 2002 a 2008, ficou positiva em todos os Estados da região Centro-Oeste, assim também como a taxa de crescimento do PIB, no período de 2002 a 2007. No entanto, o fato de haver crescimento significativo nas taxas de aplicações de recursos ocorrida em todos os Estados da região, os dados não chegaram a proporcionar um crescimento do PIB na mesma proporção.

A questão pode ser explicada em razão do fato de existirem outras fontes de recursos ao alcance do setor produtivo. A partir dos dados apurados, percebe-se também que a dinâmica dos Estados e do Distrito Federal, na região, mostra que os recursos do Fundo são importantes, mas não são decisivos a ponto de direcionar o crescimento econômico.

Quadro 02 – Taxa de Crescimento na Aplicação dos Recursos do FCO e Taxa de Crescimento do PIB da Região Centro-Oeste (%)

ESTADOS DA REGIÃO CENTRO-OESTE	Taxa de crescimento dos Recursos do FCO 2002 A 2008 (%a.a)	Taxa de crescimento do PIB 2002 A 2007 (%a.a)
GOIÁS	14,1**	5,1***
DISTRITO FEDERAL	23,2	6,1***
MATO GROSSO	3	6,7*
MATO GROSSO DO SUL	12,3	5,3**
TOTAL	10,65	5,8***

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados contidos nos relatórios do Banco do Brasil e dados obtidos do "site" do IBGE

4.3.3 Análise das médias dos recursos aplicados no agronegócio pelo FCO com as médias do PIB do agronegócio dos Estados da Região

As médias obtidas a partir dos recursos do Fundo aplicados no agronegócio, no período de 2002 a 2008, e os dados do PIB apurados de 2002 a 2007, conforme indicado no quadro 03, evidenciam que o Estado de Goiás apresentou a maior média de recursos recebidos do FCO, com R\$ 561 milhões e uma média de PIB de R\$ 7,6 bilhões, seguido do Estado do Mato Grosso com R\$ 375 milhões e uma média de PIB de R\$ 10,7 bilhões, Mato Grosso do Sul com R\$ 276 milhões e uma média de PIB de R\$ 4,1 bilhões e o Distrito Federal com uma média de R\$ 11 milhões e uma média de PIB de R\$ 267 milhões.

Apesar do Estado de Goiás ser o que tem a maior participação nos recursos do Fundo, o Estado do Mato Grosso demonstra ter maior capacidade de acessar outras fontes de recursos, pois é o que apresenta o maior resultado no PIB do Agronegócio.

Estabelecendo uma comparação entre a média dos valores aplicados pelo FCO no agronegócio de cada Unidade da Federação com a média dos resultados do PIB do agronegócio, pode-se verificar o seguinte: os recursos aplicados em Goiás representam 7,34% do PIB do Estado, os recursos aplicados no Distrito Federal representam 4,1% do seu PIB, os recursos aplicados no Estado do Mato Grosso

representam 3,5% do PIB do Estado e os recursos aplicados no Estado do Mato Grosso do Sul representam 6,7% do PIB do Estado.

Quadro 03 – Média anual de Recursos Aplicados pelo FCO e Média anual do PIB do Agronegócio da Região Centro-Oeste (R\$ Milhões)

ESTADOS DA REGIÃO CENTRO-OESTE	A MÉDIA DO FCO 2002 A 2008	B MÉDIA DO PIB 2002 A 2007	A/B Percentual de Recursos do FCO em relação ao PIB
GOIÁS	561,43	7.638,16	7,35%
DISTRITO FEDERAL	11,09	267,36	4,15%
MATO GROSSO	375,88	10.717,64	3,51%
MATO GROSSO DO SUL	276,19	4.138,51	6,67%

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil e dados contidos no PIB de cada município, disponível na sessão de economia do "site" do IBGE.

Valores atualizados pelo IPCA

4.3.4 Análise das médias dos recursos aplicados pelo FCO com as médias do PIB dos Estados da região Centro-Oeste

Com relação ao volume total de recursos do FCO destinados à Região, conforme consta no quadro 04, verifica-se que o Estado de Goiás apresenta a maior média na destinação das verbas do Fundo, ficando com R\$ 854 milhões enquanto que a sua média de PIB é de R\$ 59,4 bilhões, seguido do Estado do Mato Grosso com R\$ 536 milhões e uma média de PIB de R\$ 39,5 bilhões, Mato Grosso do Sul com R\$ 396 milhões com média de PIB de R\$ 25,5 bilhões e o Distrito Federal com média de aplicações do Fundo de R\$ 115 milhões e uma média de PIB de R\$ 90,6 bilhões.

Avaliando as médias dos valores aplicados pelo FCO em cada Unidade da Federação com a média dos resultados do PIB, pode-se verificar o seguinte: os recursos aplicados em Goiás representam 1,4% do PIB do Estado, os recursos aplicados no Distrito Federal representam 0,12% do seu PIB, os recursos aplicados

no Estado do Mato Grosso representam 1,4% do PIB do Estado e os recursos aplicados no Estado do Mato Grosso do Sul representam 1,5% do PIB do Estado.

Quadro 04 – Média anual de Recursos Aplicados pelo FCO e Média anual do PIB da Região Centro-Oeste (R\$ Milhões)

ESTADOS DA REGIÃO CENTRO-OESTE	A	B	MÉDIA	A/B
	MÉDIA DO FCO 2002 A 2008	DO PIB	2002 A 2007	Percentual de Recursos do FCO em relação ao PIB
GOIÁS	854,89		59.480,22	1,44%
DISTRITO FEDERAL	115,22		90.609,81	0,13%
MATO GROSSO	536,36		39.569,24	1,36%
MATO GROSSO DO SUL	396,23		25.560,35	1,55%

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil e dados contidos no PIB de cada município, disponível na sessão de economia do "site" do IBGE.

Valores atualizados pelo IPCA

4.4 Análise dos dados do Estado de Goiás

4.4.1 Análise da taxa de crescimento na aplicação dos recursos do FCO e na taxa de crescimento do PIB do agronegócio nas mesorregiões do Estado de Goiás

As informações contidas no quadro 05, indicam que os recursos do FCO destinados ao financiamento do agronegócio no Estado de Goiás (2002 a 2008), distribuído em suas Mesorregiões, cresceram a uma taxa de 14,7% a.a e o PIB do agronegócio (2002 a 2007), reduziu 8% a.a. Os resultados das aplicações realizadas pelo Fundo e os dados de crescimento do PIB nas Mesorregiões de Goiás, ficaram assim distribuídos: Mesorregião Norte Goiano cresceu em 15,6% a.a nas aplicações do Fundo e o seu PIB reduziu 0,6% a.a; Mesorregião Sul Goiano cresceu 12,7% a.a nos recursos do FCO e reduziu 12,4% a.a nas taxas de crescimento do PIB; Mesorregião Leste Goiano cresceu 10% a.a nas aplicações do FCO e apresentou redução de 3,1% a.a em sua taxa de crescimento do PIB; Mesorregião Centro Goiano cresceu 22,7% a.a nas aplicações do Fundo e reduziu 1,7% a.a em suas taxas de crescimento do PIB e a Mesorregião do Noroeste Goiano cresceu 17% a.a

nas taxas de aplicação de recursos do FCO e reduziu 1,9%a.a nas taxas de crescimento do PIB.

Mesmo apresentando queda no PIB do agronegócio do Estado, refletido em todas as mesorregiões, percebe-se a importância da existência dos recursos do FCO, pois a queda apresentada poderia ser maior se não fosse o ingresso dos recursos na economia do Estado.

A queda verificada nos dados do PIB de 2005 e 2006 influenciou os resultados encontrados, fazendo com que a taxa de crescimento do agronegócio ficasse negativa em quase todos os Estados da região, refletido também em todas as Mesorregiões do Estado de Goiás.

Quadro 05 – Taxa de Crescimento na Aplicação dos Recursos do FCO e Taxa de Crescimento no PIB do Agronegócio nas Mesorregiões de Goiás (%)

MESORREGIÕES DE GOIÁS	Taxa de crescimento dos Recursos do FCO 2002 a 2008 (%a.a)	Taxa de crescimento do PIB 2002 A 2007 (%a.a)
NORTE GOIANO	15,6**	-0,6
SUL GOIANO	12,7	-12,4**
LESTE GOIANO	10,0	-3,1
CENTRO GOIANO	22,7*	-1,7
NOROESTE GOIANO	17,0	-1,9
TOTAL	14,7	-8,0**

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil e dados contidos no PIB de cada município, disponível na sessão de economia do "site" do IBGE.

A exemplo do que ocorreu com os dados da região Centro-Oeste, no Estado de Goiás também houve uma redução nas taxas de crescimento do PIB do agronegócio, refletido em todas as suas Mesorregiões. O comportamento verificado na aplicação dos recursos do FCO, também foi no sentido de aumentar a disponibilização de recursos, fazendo com que houvesse um movimento contrário e dessa forma minimizasse os efeitos da crise.

4.4.2 Análise da taxa de crescimento na aplicação dos recursos do FCO e na taxa de crescimento do PIB das mesorregiões do Estado de Goiás

A taxa de crescimento na aplicação dos recursos do Fundo para o Estado de Goiás ficou em 13,7%a.a (2002 a 2008) e a sua taxa de crescimento do PIB ficou em 6,2%a.a (2002 a 2007), conforme indicado no quadro 06.

Os dados das mesorregiões ficaram assim distribuídos: Mesorregião do Norte Goiano apresentou crescimento nos recursos do FCO de 19,1%a.a com uma taxa de crescimento do PIB de 8,5%a.a; Mesorregião do Sul Goiano apresentou crescimento nos recursos do FCO de 10,8% a.a e crescimento no PIB de 9,1%a.a, Mesorregião do Leste Goiano ficou com taxa de crescimento nas aplicações do Fundo de 5,6%a.a e o crescimento geral do PIB ficou em 7%a.a; Mesorregião do Centro Goiano ficou com taxa de crescimento na disponibilização de recursos do FCO de 19%a.a e crescimento no PIB de 6,7%a.a e a Mesorregião do Noroeste Goiano apresentou crescimento nos recursos do Fundo de 18,3a.a e crescimento no PIB de 4,5% a.a.

O PIB do Estado de Goiás, quando consideradas as riquezas geradas por outras atividades, tais como: a Indústria, o Comércio, os Serviços e o Turismo, permitem inferir que a economia do Estado apresenta uma estrutura sólida de crescimento e que o agronegócio já não é o único responsável pelo seu desenvolvimento.

Quadro 06 – Taxa de Crescimento na Aplicação dos Recursos do FCO e Taxa de Crescimento no PIB das Mesorregiões de Goiás (%)

MESORREGIÕES DE GOIÁS	Taxa de crescimento dos recursos do FCO – 2002 A 2008 (%a.a)	Taxa de crescimento do PIB – 2002 A 2007 (%a.a)
NORTE GOIANO	19,1**	8,5***
SUL GOIANO	10,8	9,1
LESTE GOIANO	5,6	6,7***
CENTRO GOIANO	19,0*	7,0***
NOROESTE GOIANO	18,3	4,5***
TOTAL	13,7*	6,2

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil e dados contidos no PIB de cada município, disponível na sessão de economia do “site” do IBGE.

4.4.3 Análise das médias dos recursos aplicados no agronegócio pelo FCO com as médias do PIB do agronegócio nas mesorregiões do Estado de Goiás

Conforme indicado no quadro 07, as médias obtidas a partir da disponibilização dos recursos do Fundo no agronegócio, de 2002 a 2008 e também a partir dos números do PIB agrícola, de 2002 a 2007, nas mesorregiões do Estado de Goiás, pode-se visualizar os seguintes dados:

a) a Mesorregião do Norte Goiano apresenta uma média de R\$ 42 milhões de recursos do Fundo aplicados no agronegócio e uma média de PIB agrícola de R\$ 394 milhões. Essa mesorregião tem a menor participação na fatia dos recursos destinados pelo Fundo ao financiamento do agronegócio, apresentando uma média de 7,5% do total de recursos aplicados no Estado;

b) a Mesorregião do Sul Goiano teve uma média de R\$ 287 milhões na disponibilização de recursos, com uma média de PIB agrícola de R\$ 4,3 bilhões. A Mesorregião tem a maior fatia de participação nos recursos do agronegócio, apresentando uma média no período de 51,2%;

c) a Mesorregião do Leste Goiano recebeu uma média de aplicação de recursos do FCO de R\$ 57 milhões, com uma média de resultado no PIB agrícola de

R\$ 994 milhões. Essa Mesorregião ficou com 10,2% do total de recursos aplicados pelo Fundo no agronegócio do Estado;

d) a Mesorregião do Centro Goiano recebeu uma média de R\$ 107 milhões em recursos do FCO, com uma média de PIB agrícola de R\$ 1,3 bilhões. A participação média no total de recursos do agronegócio aplicados pelo FCO, chegou a 19,09% e

e) a Mesorregião do Noroeste Goiano apresentou uma média anual de R\$ 67 milhões de recursos aplicados pelo Fundo, com uma média de R\$ 591 milhões de PIB agrícola. A participação da Mesorregião nos recursos aplicados no agronegócio do Estado ficou em 11,99%.

Estabelecendo uma comparação entre a média dos valores aplicados pelo Fundo no agronegócio de cada Mesorregião, com a média dos resultados do PIB do agronegócio, pode-se obter as seguintes informações: os recursos aplicados na Mesorregião do Norte Goiano representam 10,6% do PIB do agronegócio da Mesorregião, os recursos aplicados na Mesorregião do Sul Goiano representam 6,6% do seu PIB, os recursos aplicados na Mesorregião do Leste Goiano representam 5,7% do PIB do agronegócio da Mesorregião, os recursos aplicados na Mesorregião do Centro Goiano representam 8,1% do PIB do agronegócio na área e os recursos aplicados na Mesorregião do Noroeste Goiano representam 11,3% do PIB do agronegócio.

Quadro 07 – Média de Recursos Aplicados pelo FCO e Média do PIB do Agronegócio nas Mesorregiões de Goiás (R\$ Milhões)

MESORREGIÕES DE GOIÁS	A MÉDIA DO FCO 2002 A 2008	B MÉDIA DO PIB 2002 A 2007	A/B Percentual de Recursos do FCO em relação ao PIB
NORTE GOIANO	42,09	394,96	10,66%
SUL GOIANO	287,58	4.341,85	6,62%
LESTE GOIANO	57,30	994,12	5,76%
CENTRO GOIANO	107,16	1.315,72	8,14%
NOROESTE GOIANO	67,30	591,52	11,38%

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil e dados contidos no PIB de cada município, disponível na sessão de economia do "site" do IBGE.

Valores atualizados pelo IPCA

4.4.4 Análise das médias dos recursos aplicados pelo FCO com as médias do PIB das mesorregiões do Estado de Goiás

A partir das médias obtidas dos recursos do FCO aplicados nas Mesorregiões de Goiás, de 2002 a 2008 e das médias encontradas nos dados gerais do PIB de cada Mesorregião, conforme indicado no quadro 08, pode-se extrair as seguintes conclusões:

a) a Mesorregião do Sul Goiano apresentou a maior média de recursos aplicados pelo FCO, com R\$ 379 milhões e uma média de PIB de 16 bilhões, com participação média no montante de recursos do Fundo aplicados no Estado de 44,93%;

b) a Mesorregião do Centro Goiano também recebeu grande volume de recursos do FCO ficando com uma média de R\$ 262 milhões e uma média de PIB de 29 bilhões, com participação média no montante de recursos direcionados ao Estado, chegando a 31,09%;

c) a Mesorregião do Leste Goiano apresentou uma média de R\$ 82 milhões em aplicações de recursos do Fundo e uma média de 5,7 bilhões do PIB, com participação média de 9,74% no total de recursos direcionados ao Estado;

d) a Mesorregião do Noroeste Goiano apresentou uma média de R\$ 71,3 milhões em recursos do FCO e uma média de R\$ 1,9 bilhões de PIB, com participação média de 8,44% nos recursos do Fundo;

e) a Mesorregião do Norte Goiano ficou com a menor média de recursos recebidos em aplicações do Fundo, com R\$ 48 milhões e uma média de PIB de R\$ 2,7 bilhões. A participação média no montante de recursos do Fundo ficou em 5,79%.

Realizando uma comparação entre a média dos valores aplicados pelo Fundo e média dos resultados do PIB, em cada mesorregião, pode-se verificar o seguinte: os recursos aplicados na Mesorregião do Norte Goiano representam 1,8% do PIB da Mesorregião, os recursos aplicados na Mesorregião do Sul Goiano representam 2,33% do seu PIB, os recursos aplicados na Mesorregião do Leste Goiano representam 1,4% do PIB da Mesorregião, os recursos aplicados na Mesorregião do Centro Goiano representam 0,88% do seu PIB e os recursos aplicados na Mesorregião do Noroeste Goiano representam 3,7% do seu PIB.

Quadro 08 – Média de Recursos Aplicados pelo FCO e Média do PIB das Mesorregiões de Goiás (R\$ Milhões)

MESORREGIÕES DE GOIÁS	A Média de Recursos do FCO 2002 A 2008	B Média do PIB 2002 A 2007	A/B Percentual de Recursos do FCO em relação ao PIB
NORTE GOIANO	48,97	2.714,91	1,80%
SUL GOIANO	379,83	16.212,11	2,34%
LESTE GOIANO	82,38	5.789,24	1,42%
CENTRO GOIANO	262,84	29.782,63	0,88%
NOROESTE GOIANO	71,37	1.903,53	3,75%

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados dispostos nos relatórios contábeis do Fundo, disponibilizados pelo Banco do Brasil e dados contidos no PIB de cada município, disponível na sessão de economia do "site" do IBGE.

Valores atualizados pelo IPCA

4.5 Análise com base nos dados do PIB nacional

O dado do PIB do agronegócio brasileiro e o dado geral do PIB no Brasil, indicados no quadro 09, demonstram que a taxa de crescimento do agronegócio brasileiro foi bem menor que a taxa de crescimento das demais atividades.

Quadro 09 – Taxa de Crescimento do PIB do Brasil (%)

PIB do Agronegócio no Brasil	Taxa de crescimento do PIB do Agronegócio 2002 a 2007 (%a.a)	Taxa de crescimento do PIB 2002 a 2007 (%a.a)
TOTAL	0,2	6,0***

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir dos dados obtidos do "site" do IBGE

A crise enfrentada pelo Agronegócio nos anos de 2005 e 2006, contribuiu muito para que as taxas de crescimento apuradas no período de 2002 a 2007 fossem mais baixas e mesmo negativas na economia da região.

O agronegócio, entendido como a soma dos setores produtivos com os de processamento do produto final e os de fabricação de insumos, responde por quase um terço do PIB do Brasil. A melhoria da competitividade do Agronegócio brasileiro, sobretudo nos últimos dez anos, tem contribuído muito para a estabilidade econômica e a profissionalização do setor.

A caracterização do setor a partir da participação relativa no PIB das atividades de produção estritamente agrícola não dá conta da totalidade e da complexidade, pois a sua importância vai além.

5. CONCLUSÕES

O trabalho coletou e organizou informações relativas à aplicação de recursos na região Centro-Oeste. Houve maior ênfase nos dados do Estado de Goiás. Mesmo havendo uma preocupação maior em se apurar informações sobre os dados do agronegócio, a pesquisa alcançou toda a movimentação dos recursos do Fundo para as áreas rurais e empresariais, no período de 2002 a 2008 e com os dados PIB, no período de 2002 a 2007, na mesma região.

A hipótese investigada foi a de que a sistemática de aplicação dos recursos do Fundo privilegia a concessão de crédito em favor de atividades relacionadas ao agronegócio, e que a disponibilização de recursos do Fundo na economia do Estado tem uma relação direta com o crescimento do PIB.

O PIB do agronegócio considera os dados da produção primária da agricultura e da pecuária, além dos insumos e distribuição.

A pesquisa utilizou métodos de estatística descritiva para organizar, resumir e descrever os aspectos relevantes de um conjunto de dados observadas.

Foi utilizada na pesquisa testes de média mensurando as taxas de crescimento e suas significâncias (regressão log-linear), e de diferenças das médias dos recursos aplicados no período pelo Fundo e também as diferença de média com base nos resultados do PIB.

A pesquisa se iniciou com um estudo bibliográfico, na busca de publicações especializadas e no levantamento de dados secundários que foram tratados e consolidados a fim de viabilizar a concretização do objetivo proposto.

No início da tabulação dos dados secundários foi possível comprovar parte da hipótese ao se constatar que no período avaliado a destinação dos recursos ao

Estado de Goiás apresentou uma média de 65% de aplicações direcionadas ao financiamento da atividade rural.

As informações obtidas foram coletadas a nível de município e posteriormente foram consolidadas nas 18 microrregiões e também nas 05 mesorregiões do Estado.

A avaliação dos dados em cada localidade foi precedida de um conjunto de informações que permitem extrair um entendimento mais aprofundado acerca da área estudada e os efeitos causados pela injeção de recursos do FCO no desenvolvimento local.

O levantamento de dados permite concluir que a aplicação dos recursos do Fundo é majoritariamente direcionada ao financiamento do agronegócio. A hipótese não foi refutada, mas também não foi possível estabelecer uma relação direta entre as taxas de crescimento na aplicação dos recursos do FCO com as taxas de desenvolvimento e geração de riqueza apurados por meio do PIB, pois a influência dos recursos do Fundo não chega a ser decisiva a ponto de direcionar o desenvolvimento do Estado e da região.

A partir desta conclusão, abre-se uma discussão sobre o papel das novas fontes de recursos criadas com o intuito de atingir o público que historicamente teve dificuldade de acesso a crédito.

O trabalho não teve como foco a identificação do porte dos principais tomadores. Entretanto, o senso de justiça leva ao entendimento de que recursos subsidiados com as características apresentadas pelos Fundos constitucionais deveriam privilegiar a concessão de crédito em benefício de mini e pequenos agricultores, assim como também para os micro e pequenos empresários, pois teriam uma importância inquestionável além de contribuir para reduzir as enormes desigualdades vivenciadas no Brasil. O entendimento não exclui o reconhecimento

da importância existente na concessão de crédito aos grandes empreendimentos, pois esses também são responsáveis pela geração de emprego e renda e tem um papel de grande relevância no desenvolvimento regional.

O maior mérito apresentado pelos Fundos constitucionais é proporcionar a redução de desigualdades regionais figurando como uma alternativa interessante de desenvolvimento local. Cabe à sociedade o desenvolvimento de mecanismos que possibilitem o acesso igualitário a todos os interessados e que não seja alternativa apenas àqueles que tem maior condição financeira e maior acesso a informações, fato que reduziria muito o mérito desse importante mecanismo de desenvolvimento.

Espera-se que a pesquisa contribua para estimular a realização de novos trabalhos envolvendo também os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte e do Nordeste.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M.; Da SILVA, A.; RESENDE, G. Uma Análise dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste (FNE), Norte (FNO) e Centro-Oeste (FCO). Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2006.

ARBAGE, A. P. Custos de transação e seu impacto na formação e gestão da cadeia de suprimentos: Estudo de caso em estruturas de governança híbridas do sistema agroalimentar no rio grande do sul. 280 p. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

ARIDA, P. Mecanismos compulsórios e mercado de capitais: propostas de política econômica. In: BACHA, E.; OLIVEIRA FILHO, L. C. Mercado de Capitais e Crescimento Econômico. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.

AZZONI, C. R. Sobre a necessidade de uma política regional. In: KON, Anita. Unidade e Fragmentação: a questão regional no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 2002.

BANCO DO BRASIL. Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/portallbb/page3,110,4502,11,0,1,3.bb?codigoNoticia=338...>>, acesso: 07.02.2009.

BARBOSA, Hellen Ferreira. Análise do Fundo Constitucional do Centro-Oeste – FCO. Instituto de Economia. Universidade Federal de Uberlândia – UFU/MG, 2005.

BARBOSA, Hellen Ferreira. Análise do Direcionamento dos Recursos dos Fundos Constitucionais – Um Estudo do FCO, FNO e FNE. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Uberlândia - UFU/MG, Uberlândia, 2005.

BARONE, F. M.; ZOUAIN, D. M. O Papel do Estado como Formulador e Indutor de uma Política Pública de Acesso ao Crédito como Ferramenta de Combate à Pobreza e Inclusão Social. CONGRESSO INTERNACIONAL DO CENTRO LATINO AMERICANO DE 169 ADMINISTRAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO (CLAD) SOBRE REFORMA DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 9., Madrid, 2004. Anais... Madrid: Instituto Nacional de Administração Pública (INAP), 2004. Disponível em: <<http://www.universia.com.br/materia/img/ilustra/2005/mai/barone.doc>>. Acesso em: 26.02.2009.

BENAYON, A. Globalização versus desenvolvimento. São Paulo: Escrituras, 2005.

BITTENCOURT, G. A.; ABRAMOVAY, R. Inovações institucionais no financiamento à agricultura familiar: o Sistema Cresol. Revista Economia Ensaios, v.16, 2003. Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos/2003/Inovacoes_institucionais>. Acesso em: 11.01.2009.

BRASIL. Constituição Federal, disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>>, acesso: 07.02.2009.

BRASIL. Lei 7.827, de 27 de setembro de 1989, Institui os Fundos Constitucionais de Financiamento, disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1989/7827.htm>>, acesso: 12.02.2009.

BRASIL. Lei 7.998, de 11 de janeiro de 1990, Institui o Fundo de Amparo do Trabalhador, disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L7998.htm>>, acesso em 03.07.2009.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, disponível em: <http://www.integracao.gov.br/fundos/fundos_constitucionais/>, acesso: 07.02.2009.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Programação de Financiamento para o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/fundos/fundos_constitucionais/index.asp?area=F>, acesso: 07.02.2009.

CARVALHO, D. F. Financiamento do FNO e seus impactos financeiros e socioeconômicos na indústria da Região Norte. In: SANTANA, Antônio Cordeiro de (Coordenador). O Fundo constitucional de financiamento do norte e o desenvolvimento da Amazônia. Belém-PA.:M&S, 2002. 623 p.

FERREIRA, M. N. C.; MENDES, F. A. T. Impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) sobre a agricultura paraense no período de 1900 a 1999. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 41., 2003, Juiz de Fora. Anais... Brasília, DF: SOBER, 2003. Disponível em: <<http://www.bancoamazonia.com.br/download/ArtigoFNO1.pdf>>. Acesso em: 11.01.2009.

FONSECA, J. S.; MARTINS, G. A. Curso de Estatística. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1982.

FREUND, J. E.; SIMON, G. A. Estatística aplicada. 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2000.

GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R. RODRIGUES, R.I. Financiamento da agricultura: experiências e propostas. Brasília: IPEA, 2000 (Projeto BRA 97/013).

GASQUES, J. G.; VILLA VERDE, C. M. Novas Fontes de Recursos, Propostas e Experiências de Financiamento Rural. Texto Para Discussão N.º 392. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Brasília-DF, Dezembro de 1995. Disponível em: <http://desafios2.ipea.gov.br/pub/td/1995/td_0392.pdf> 02.02.2009.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/>> em: 11.02.2009

JAYME JR, F. G.; CROCCO, M. Política Fiscal, Disponibilidade de Crédito e Financiamento de Políticas Regionais no Brasil - Versão Preliminar Para Discussão. Belo Horizonte: Departamento de Economia e Cedeplar-UFMG, 2005. Disponível em: <<http://www.economia.ufpr.br/publica/textos/2005/JaymeJreCrocco.pdf>>. Acesso em: 23.11.2008.

MALHOTRA, N. Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MANTEGA, G. Discurso do ministro na Mesa Nacional de Negociação Permanente. [S.l.:s.n.], 16/06/2003. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/noticias/discursos/guido/discurso_guido_mesa_negociacao.htm>. Acesso em: 04.12.2008.

MÉSZÁROS, I. Para além do capital. Campinas: Ed. Unicamp/Boitempo, 2002.

MINAYO, M.C. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1993. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. Agronegócio Brasileiro. Brasília-DF, 2006.

NIYAMA, Jorge Katsumi e GOMES, Amaro L. O. Contabilidade de Instituições Financeiras. São Paulo. Ed. Atlas, 2005

PAIVA, R. A. O Fundo Constitucional do Norte - FNO no Estado do Acre: Recursos do Povo, Políticas de Estado, Benefícios da Elite. 2008 (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2008.

PIRES, M. de S. Construção do Modelo Endógeno, Sistêmico e Distintivo de Desenvolvimento Regional e a sua validação através da elaboração e da aplicação de uma metodologia ao caso do Mercoeste. 2001. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis – SC, Disponível em: <https://portal.fucapi.br/tec/imagens/revistas/ed004_056_063.pdf>. Acesso em: 07.12.2008.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, disponível em: <<http://www.pnud.org.br/idh/>> em: 22.08.2009

SILVA, A; RESENDE, G; SILVEIRA NETO, R. Eficácia do Gasto Público: Uma Avaliação do FNE, FNO e FCO. Brasília: Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. IPEA, 2007.

SOUZA, Juliana V. Prado, Novas Estratégias de Financiamento do Agronegócio: uma análise sobre a viabilidade de emissão de CDCA pelas cooperativas, Ribeirão Preto/SP., Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, USP, 2007.

SPIEGEL, M. R. Probabilidade e Estatística. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1978.

SPOLADOR, H.F.S. Reflexões sobre a experiência brasileira de financiamento da agricultura. 2001. Dissertação (Mestrado em Economia) – Escola Superior Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2002.

VON PISCHKE, J.D. *Preconditions for sustainable Agricultural Finance and Credit Systems*. In: OECD Proceedings Agricultural Finance and Credit Infrastructure In: Transition Economies. Center for cooperation with non-members, OECD, Paris, 1999: 38-53.

WIKIPEDIA – Enciclopédia livre, disponível em:
<http://www.google.com.br/search?hl=pt-BR&source=hp&q=wikipedia&meta=&aq=f&aqi=g10&aql=&oq=&gs_rfai=&rlz=1W1SKPB_pt-BR> acesso em 11.10.2009.

APÊNDICE - A

Período	Inflação - IPCA - (% a.a.) - IBGE/SNIPC	PRECOS_IPCAG
2001	7,67326302	100,00
2002	12,5303371	112,53
2003	9,29994933	123,00
2004	7,60064414	132,34
2005	5,68973335	139,87
2006	3,14177497	144,27
2007	4,45733043	150,70
2008	5,90231342	159,59

Fonte: IPEA - índice elaborado com a inflação anual.

APÊNDICE – B

Tabela – 89 – Taxa de Crescimento na Aplicação dos Recursos do FCO no Agronegócio da Região Centro-Oeste

ANO/TAXA/SIGNIFICÂNCIA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Taxa de crescimento (%a.a)
GOIÁS	537.896.672,30	261.156.564,53	423.987.570,60	544.011.093,23	536.259.891,07	596.306.423,58	1.030.346.810,92	14,7
DISTRITO FEDERAL	6.619.744,75	6.185.146,94	3.763.397,95	6.596.460,85	14.240.217,21	18.089.553,40	22.153.210,53	28,9**
MATO GROSSO	578.077.505,22	325.641.356,34	260.835.068,89	411.892.464,04	297.796.172,69	386.783.569,53	370.139.371,29	-3
MATO GROSSO DO SUL	309.831.790,28	238.353.542,44	213.149.239,49	209.113.513,86	196.028.167,89	220.533.592,59	546.274.354,32	5,4
TOTAL DA REGIÃO	1.432.425.712,55	831.336.610,25	901.735.276,93	1.171.613.531,98	1.044.324.448,86	1.221.713.139,10	1.968.913.747,06	6,9

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados obtidos junto ao Banco do Brasil S.A. e IPEA
Valores atualizados pelo IPCA

Tabela – 90 – Taxa de Crescimento do PIB do Agronegócio na Região Centro-Oeste

ANO/TAXA/SIGNIFICÂNCIA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Taxa de crescimento (%a.a)
GOIÁS	8.796.493,00	8.914.813,64	8.840.662,79	6.820.687,27	5.715.522,49	6.740.814,02	-8,0**
DISTRITO FEDERAL	340.273,00	359.847,66	239.301,87	199.569,19	187.433,88	277.735,48	-8,6
MATO GROSSO	7.834.015,00	10.205.834,16	14.063.147,71	12.258.545,62	8.656.624,61	11.287.689,15	3,5
MATO GROSSO DO SUL	4.240.383,00	5.416.241,82	4.595.907,02	3.248.345,14	3.327.673,30	4.002.463,23	-5,8
TOTAL DA REGIÃO	21.211.164,00	24.896.737,28	27.739.019,39	22.527.147,22	17.887.254,28	22.308.701,88	-2,67

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir de dados obtidos no site do IBGE
Valores atualizados pelo IPCA

O nível de confiança pode ser representado com a seguinte identificação: ***, ** e * significativo ao nível de confiança de 99%, 95% e 90%, respectivamente.

APÊNDICE – C

Tabela – 91 - Taxa de Crescimento na Aplicação dos Recursos do FCO na Região Centro-Oeste

ANO/TAXA/SIGNIFICÂNCIA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Taxa de crescimento (%a.a)
GOIÁS	769.881.846,00	444.248.396,20	688.314.533,40	759.921.816,40	748.262.321,90	1.013.617.074,00	1.474.988.490,00	14,1**
DISTRITO FEDERAL	92.004.968,00	74.813.984,01	31.134.751,79	69.221.957,71	130.086.610,40	126.815.504,30	282.415.382,10	23,2
MATO GROSSO	814.029.864,00	393.279.990,30	415.359.870,30	575.999.623,40	435.117.723,10	581.276.294,50	817.101.519,70	3,0
MATO GROSSO DO SUL	365.394.119,00	281.170.898,60	278.541.842,60	269.910.768,60	284.312.634,40	368.633.726,90	894.784.370,00	12,3
TOTAL DA REGIÃO	2.041.310.797,00	1.193.513.269,11	1.413.350.998,09	1.675.054.166,11	1.597.779.289,80	2.090.342.599,70	3.469.289.761,80	10,65

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados obtidos junto ao Banco do Brasil S.A. e IPEA
Valores atualizados pelo IPCA

Tabela – 92 – Taxa de Crescimento do PIB na Região Centro-Oeste

ANO/TAXA/SIGNIFICÂNCIA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Taxa de crescimento (%a.a)
GOIAS	53.064.482,00	55.582.683,25	57.908.526,26	57.658.873,62	63.155.493,16	69.511.256,89	5,1***
DISTRITO FEDERAL	79.616.561,00	81.882.242,73	85.286.301,87	91.879.452,45	99.149.551,98	105.844.724,17	6,1***
MATO GROSSO	29.699.236,00	36.187.140,01	44.571.467,43	42.747.977,13	39.002.935,16	45.206.646,88	6,7*
MATO GROSSO DO SUL	21.491.208,00	25.008.711,34	25.450.752,05	24.703.244,40	26.926.939,16	29.781.234,86	5,3**
TOTAL DA REGIÃO	183.871.487,00	198.660.777,33	213.217.047,61	216.989.547,60	228.234.919,46	250.343.862,80	5,8***

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir de dados obtidos no site do IBGE
Valores atualizados pelo IPCA

O nível de confiança pode ser representado com a seguinte identificação: ***, ** e * significativo ao nível de confiança de 99%, 95% e 90%, respectivamente.

APÊNDICE – D

Tabela – 93 – Médias dos Recursos do FCO Aplicados no Agronegócio da Região Centro-Oeste (R\$)

Goiás		Distrito Federal		Mato Grosso		Mato Grosso do Sul	
Anos	valor	Anos	Valor	Anos	Valor	Anos	Valor
2002	537.896.672,30	2002	6.619.744,75	2002	578.077.505,22	2002	309.831.790,28
2003	261.156.564,53	2003	6.185.146,94	2003	325.641.356,34	2003	238.353.542,44
2004	423.987.570,60	2004	3.763.397,95	2004	260.835.068,89	2004	213.149.239,49
2005	544.011.093,23	2005	6.596.460,85	2005	411.892.464,04	2005	209.113.513,86
2006	536.259.891,07	2006	14.240.217,21	2006	297.796.172,69	2006	196.028.167,89
2007	596.306.423,58	2007	18.089.553,40	2007	386.783.569,53	2007	220.533.592,59
2008	1.030.346.810,92	2008	22.153.210,53	2008	370.139.371,29	2008	546.274.354,32
MÉDIA =	561.423.575	11.092.533	375.880.787	375.880.787	276.183.457	276.183.457	276.183.457

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados obtidos junto ao Banco do Brasil S.A. e IPEA
Valores atualizados pelo IPCA

Tabela – 94 – Médias do PIB do Agronegócio na Região Centro-Oeste (R\$ MIL)

Goiás		Distrito Federal		Mato Grosso		Mato Grosso do Sul	
Anos	valor	Anos	Valor	Anos	Valor	Anos	Valor
2002	8.796.493,00	2002	340.273,00	2002	7.834.015,00	2002	4.240.383,00
2003	8.914.813,64	2003	359.847,66	2003	10.205.834,16	2003	5.416.241,82
2004	8.840.662,79	2004	239.301,87	2004	14.063.147,71	2004	4.595.907,02
2005	6.820.687,27	2005	199.569,19	2005	12.258.545,62	2005	3.248.345,14
2006	5.715.522,49	2006	187.433,88	2006	8.656.624,61	2006	3.327.673,30
2007	6.740.814,02	2007	277.735,48	2007	11.287.689,15	2007	4.002.463,23
MÉDIA =	7.638.166	267.360	10.717.643	10.717.643	4.138.502	4.138.502	4.138.502

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir de dados obtidos no site do IBGE
Valores atualizados pelo IPCA

APÊNDICE – E

Tabela – 95 – Médias dos Recursos Aplicados pelo FCO na Região Centro-Oeste (R\$)

Goiás		Distrito Federal		Mato Grosso		Mato Grosso do Sul	
Anos	Valor	Anos	Valor	Anos	Valor	Anos	Valor
2002	769 881 846	2002	92 004 968	2002	814 029 864	2002	365 394 119
2003	444248396,2	2003	74813984,01	2003	393279990,3	2003	281170898,6
2004	688314533,4	2004	31134751,79	2004	415359870,3	2004	278541842,6
2005	759921816,4	2005	69221957,71	2005	575999623,4	2005	269910768,6
2006	748262321,9	2006	130086610,4	2006	435117723,1	2006	284312634,4
2007	1013617074	2007	126815504,3	2007	581276294,5	2007	368633726,9
2008	1474988490	2008	282415382,1	2008	817101519,7	2008	894784370
MÉDIA =	854.892.105		115.213.308,21		536.355.837		396.225.707

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados obtidos junto ao Banco do Brasil S.A. e IPEA
Valores atualizados pelo IPCA

Tabela – 96 – Médias do PIB na Região Centro-Oeste (R\$ MIL)

Goiás		Distrito Federal		Mato Grosso		Mato Grosso do Sul	
Anos	valor	Anos	Valor	Anos	Valor	Anos	Valor
2002	53.064.482,00	2002	79.616.561,00	2002	29.699.236,00	2002	21.491.208,00
2003	55.582.683,25	2003	81.882.242,73	2003	36.187.140,01	2003	25.008.711,34
2004	57.908.526,26	2004	85.286.301,87	2004	44.571.467,43	2004	25.450.752,05
2005	57.658.873,62	2005	91.879.452,45	2005	42.747.977,13	2005	24.703.244,40
2006	63.155.493,16	2006	99.149.551,98	2006	39.002.935,16	2006	26.926.939,16
2007	69.511.256,89	2007	105.844.724,17	2007	45.206.646,88	2007	29.781.234,86
MÉDIA =	59.480.219		90.609.806		39.569.234		25.560.348

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir de dados obtidos no site do IBGE
Valores atualizados pelo IPCA

APÊNDICE – F

Tabela – 97 – Taxa de Crescimento na Aplicação dos Recursos do FCO no Agronegócio das Mesorregiões de Goiás

ANO/TAXA/SIGNIFICÂNCIA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Taxa de crescimento (%a.a)
Norte Goiano	34 808 253	19.896.014,24	36.965.051,17	42.206.174,13	39.182.289,24	44.954.675,12	76.575.753,26	15,6**
Sul Goiano	302 682 312	148 700 350	188 116 994	289 487 177	276 933 154	297 502 915	509 663 842	12,7
Leste Goiano	52 100 191	35.097.229,47	49.692.681,58	63.464.077,06	46.801.488,36	45.532.422,21	108.350.858,36	10,0
Centro Goiano	83 102 505	31.091.263,00	89.535.919,46	104.685.282,52	110.791.060,30	133.961.197,20	196.936.111,89	22,7*
Noroeste Goiano	65 203 411	26.371.707,45	59.676.924,54	44.168.382,45	62.551.899,66	74.355.213,80	138.820.245,44	17,0
TOTAL DO ESTADO	537.896.672,00	261.156.564,16	423.987.570,75	544.011.093,16	536.259.891,56	596.306.423,33	1.030.346.810,95	14,7

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados obtidos junto ao Banco do Brasil S.A. e IPEA
Valores atualizados pelo IPCA

TABELA – 98 – Taxa de Crescimento do PIB do Agronegócio nas Mesorregiões de Goiás

ANO/TAXA/SIGNIFICÂNCIA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Taxa de crescimento (%a.a)
Norte Goiano	355.885,00	436.107,84	435.930,15	391.184,31	361.399,90	389.266,01	-0,6
Sul Goiano	5.578.990,00	5.282.909,41	5.228.657,83	3.685.063,74	2.818.956,91	3.456.539,13	-12,4**
Centro Goiano	1.296.564,00	1.439.689,47	1.434.420,63	1.197.619,42	1.188.311,32	1.337.707,13	-1,7
Leste Goiano	990.506,00	1.114.732,35	1.095.330,64	967.311,89	811.773,77	985.017,90	-3,1
Noroeste Goiano	574.548,00	641.374,61	646.323,55	579.507,90	535.080,59	572.283,86	-1,9
TOTAL DO ESTADO	8.796.493,00	8.914.813,68	8.840.662,80	6.820.687,26	5.715.522,49	6.740.814,03	-8,0**

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir de dados obtidos no site do IBGE
Valores atualizados pelo IPCA

O nível de confiança pode ser representado com a seguinte identificação: ***, ** e * significativo ao nível de confiança de 99%, 95% e 90%, respectivamente.

APÊNDICE – G

Tabela – 99 – Taxa de Crescimento na Aplicação dos Recursos do FCO nas Mesorregiões de Goiás

ANO/TAXA/SIGNIFICÂNCIA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Taxa de crescimento (%a.a)
Norte Goiano	37.688.209,00	21.248.120,59	39.805.257,71	45.656.846,16	42.117.215,74	74.392.862,48	81.876.484,57	19,1**
Sul Goiano	392.514.939,00	225.763.223,96	294.900.481,38	346.004.388,08	322.697.056,36	449.322.852,94	627.563.472,40	10,8
Leste Goiano	62.020.186,00	64.417.084,23	99.744.330,81	101.330.173,72	61.016.790,71	58.400.375,81	129.683.136,79	5,6
Centro Goiano	210.768.617,00	124.456.705,16	192.049.362,26	220.569.406,70	254.054.553,65	350.834.942,47	487.162.880,31	19,0**
Noroeste Goiano	66.889.894,00	26.764.936,17	61.815.101,26	46.361.001,69	68.376.705,43	80.666.039,94	148.702.515,51	18,3
TOTAL DO ESTADO	769.881.845,00	462.650.070,11	688.314.533,42	759.921.816,35	748.262.321,89	1.013.617.073,64	1.474.988.489,58	13,7*

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados obtidos junto ao Banco do Brasil S.A. e IPEA
Valores atualizados pelo IPCA

Tabela – 100 – Taxa de Crescimento do PIB nas Mesorregiões de Goiás

ANO/TAXA/SIGNIFICÂNCIA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Taxa de crescimento (%a.a)
Norte Goiano	2.209.717,00	2.455.768,79	2.577.661,66	2.628.775,37	2.861.435,39	3.556.059,87	8,5***
Sul Goiano	18.055.114,00	19.359.627,38	1.652.436,22	18.558.535,37	18.940.253,28	20.706.661,90	9,1
Centro Goiano	26.399.180,00	26.614.809,28	27.635.672,19	28.690.085,61	33.182.768,97	36.173.226,14	6,7***
Leste Goiano	4.726.864,00	5.332.531,42	5.714.521,02	5.866.753,39	6.125.236,54	6.969.483,07	7,0***
Noroeste Goiano	1.673.607,00	1.819.946,41	1.861.272,48	1.914.723,89	2.045.798,98	2.105.825,90	4,5***
TOTAL DO ESTADO	53.064.482,00	55.582.683,28	39.441.563,57	57.658.873,63	63.155.493,16	69.511.256,88	6,2

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir de dados obtidos no site do IBGE
Valores atualizados pelo IPCA

O nível de confiança pode ser representado com a seguinte identificação: ***, ** e * significativo ao nível de confiança de 99%, 95% e 90%, respectivamente.

APÊNDICE – H

Tabela – 101 – Médias dos Recursos do FCO Aplicados no Agronegócio das Mesorregiões de Goiás (R\$)

Norte Goiano		Sul Goiano		Leste Goiano		Centro Goiano		Noroeste Goiano	
Anos	valor	Anos	Valor	Anos	Valor	Anos	Valor	Anos	valor
2002	34 808 253	2002	302 682 312	2002	52 100 191	2002	83 102 505	2002	65 203 411
2003	19.896.014,24	2003	148 700 350	2003	35.097.229,47	2003	31.091.263,00	2003	26.371.707,45
2004	36.965.051,17	2004	188 116 994	2004	49.692.681,58	2004	89.535.919,46	2004	59.676.924,54
2005	42.206.174,13	2005	289 487 177	2005	63.464.077,06	2005	104.685.282,52	2005	44.168.382,45
2006	39.182.289,24	2006	276 933 154	2006	46.801.488,36	2006	110.791.060,30	2006	62.551.899,66
2007	44.954.675,12	2007	297 502 915	2007	45.532.422,21	2007	133.961.197,20	2007	74.355.213,80
2008	76.575.753,26	2008	509 663 842	2008	108.350.858,36	2008	196.936.111,89	2008	138.820.245,44
MÉDIA =	42.084.030		287.583.821		57.291.278		107.157.620		67.306.826

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados obtidos junto ao Banco do Brasil S.A. e IPEA
Valores atualizados pelo IPCA

Tabela – 102 – Médias do PIB do Agronegócio nas Mesorregiões de Goiás (R\$ MIL)

Norte Goiano		Sul Goiano		Leste Goiano		Centro Goiano		Noroeste Goiano	
Anos	valor	Anos	Valor	Anos	Valor	Anos	Valor	Anos	valor
2002	355.885,00	2002	5.578.990,00	2002	990.506,00	2002	1.296.564,00	2002	574.548,00
2003	436.107,84	2003	5.282.909,41	2003	1.114.732,35	2003	1.439.689,47	2003	641.374,61
2004	435.930,15	2004	5.228.657,83	2004	1.095.330,64	2004	1.434.420,63	2004	646.323,55
2005	391.184,31	2005	3.685.063,74	2005	967.311,89	2005	1.197.619,42	2005	579.507,90
2006	361.399,90	2006	2.818.956,91	2006	811.773,77	2006	1.188.311,32	2006	535.080,59
2007	389.266,01	2007	3.456.539,13	2007	985.017,90	2007	1.337.707,13	2007	572.283,86
MÉDIA =	394.962		4.341.853		994.112		1.315.719		591.520

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir de dados obtidos no site do IBGE
Valores atualizados pelo IPCA

APÊNDICE – I

Tabela – 103 – Médias dos Recursos Aplicados pelo FCO nas Mesorregiões de Goiás (R\$)

Norte Goiano		Sul Goiano		Leste Goiano		Centro Goiano		Noroeste Goiano	
Anos	valor	Anos	Valor	Anos	Valor	Anos	Valor	Anos	valor
2002	37.688.209,00	2002	392.514.939,00	2002	62.020.186,00	2002	210.768.617,00	2002	66.889.894,00
2003	21.248.120,59	2003	225.763.223,96	2003	64.417.084,23	2003	124.456.705,16	2003	26.764.936,17
2004	39.805.257,71	2004	294.900.481,38	2004	99.744.330,81	2004	192.049.362,26	2004	61.815.101,26
2005	45.656.846,16	2005	346.004.388,08	2005	101.330.173,72	2005	220.569.406,70	2005	46.361.001,69
2006	42.117.215,74	2006	322.697.056,36	2006	61.016.790,71	2006	254.054.553,65	2006	68.376.705,43
2007	74.392.862,48	2007	449.322.852,94	2007	58.400.375,81	2007	350.834.942,47	2007	80.666.039,94
2008	81.876.484,57	2008	627.563.472,40	2008	129.683.136,79	2008	487.162.880,31	2008	148.702.515,51
MÉDIA = 48.969.285		379.823.773,45		82.373.154		262.842.353		71.368.028	

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados obtidos junto ao Banco do Brasil S.A. e IPEA
Valores atualizados pelo IPCA

Tabela – 104 – Médias do PIB nas Mesorregiões de Goiás (R\$ MIL)

Norte Goiano		Sul Goiano		Leste Goiano		Centro Goiano		Noroeste Goiano	
Anos	Valor	Anos	Valor	Anos	Valor	Anos	Valor	Anos	Valor
2002	2.209.717,00	2002	18.055.114,00	2002	4.726.864,00	2002	26.399.180,00	2002	1.673.607,00
2003	2.455.768,79	2003	19.359.627,38	2003	5.332.531,42	2003	26.614.809,28	2003	1.819.946,41
2004	2.577.661,66	2004	1.652.436,22	2004	5.714.521,02	2004	27.635.672,19	2004	1.861.272,48
2005	2.628.775,37	2005	18.558.535,37	2005	5.866.753,39	2005	28.690.085,61	2005	1.914.723,89
2006	2.861.435,39	2006	18.940.253,28	2006	6.125.236,54	2006	33.182.768,97	2006	2.045.798,98
2007	3.556.059,87	2007	20.706.661,90	2007	6.969.483,07	2007	36.173.226,14	2007	2.105.825,90
MÉDIA = 2.714.903		16.212.105		5.789.232		29.782.624		1.903.529	

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir de dados obtidos no site do IBGE
Valores atualizados pelo IPCA

APÊNDICE – J

Tabela – 105 – PIB do Agronegócio no Brasil

ANO/TAXA/SIGNIFICÂNCIA.	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Taxa de crescimento (%a.a)
TOTAL BRASIL	119.487.278,39	140.939.408,44	138.912.597,43	119.989.139,16	123.417.354,35	134.778.697,22	0,2

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir de dados obtidos no site do IBGE
Valores atualizados pelo IPCA

Tabela – 106 – Total do PIB no Brasil

ANO/TAXA/SIGNIFICÂNCIA.	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Taxa de crescimento (%a.a)
TOTAL BRASIL	2.095.890.863,21	2.205.780.041,89	2.341.255.445,80	2.449.962.384,34	2.621.187.372,95	2.818.425.419,99	6,0***

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir de dados obtidos no site do IBGE
Valores atualizados pelo IPCA

O nível de confiança pode ser representado com a seguinte identificação: ***, ** e * significativo ao nível de confiança de 99%, 95% e 90%, respectivamente.